



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 115

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 11 de dezembro de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, passou-se de seguida para o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, onde foram apresentados várias votos que, aquando da sua votação, foram aprovados por unanimidade:

- **Voto de Congratulação a Rui Dowling**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*);

- **Voto de Congratulação a Rui Dowling**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*);

- **Voto de Congratulação a Rui Dowling**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*);
- **Voto de Congratulação a Tiago Rodrigues**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*);

- **Voto de Congratulação a Tiago Rodrigues**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A leitura do voto foi feita pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*);

- **Voto de Congratulação a Miguel Alves**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A apresentação do voto coube à Sra. Deputada Maria Isabel Quinto (*PS*);

- **Voto de Congratulação a Miguel Alves**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pela Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*);

- **Voto de Congratulação à Marcha pelo Clima**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Após a leitura do voto feita a cargo do Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*), usou da palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa (*PS*), Carlos Ferreira (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*) e João Paulo Corvelo (*PCP*);

- **Voto de Congratulação à Aldeia da Cuada**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes (*PS*);

- **Voto de Congratulação a Ana Margarida Filipe**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Mónica Rocha (*PS*), tendo usado da palavra posteriormente a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) e o Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*);

- **Voto de Congratulação a Maria Vicente**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*);

- **Voto de Congratulação ao Veleiro Super Açor**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*);

- **Voto de Congratulação ao prémio internacional ganho pela paisagem protegida da ilha do Pico**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), tendo posteriormente usado da palavra o Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*);

- **Voto de Congratulação aos prémios conquistados pelos Queijo de São Miguel e pelo Queijo Ilha Azul**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado António Almeida (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*);

- **Voto de Congratulação ao prémio conquistado pela Meloa de Santa Maria**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*);

- **Voto de Congratulação ao prémio conquistado pelos Açores como destino turismo sustentável**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*);

- **Voto de Congratulação pelos 25 anos do Clube de Patinagem da Lagoa**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), tendo posteriormente usado da palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*);

- **Voto de Congratulação a Marco Cordeiro**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto feita pela Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*);

- **Voto de Congratulação a Dário Moitoso**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*);

- **Voto de Congratulação a Dário Moitoso**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*);

- **Voto de Congratulação a Renato Costa**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*);

- **Voto de Congratulação pela representação de Portugal na Cimeira de Nova York**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado José Contente (*PS*), tendo posteriormente usado da palavra a Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*);

- **Voto de Congratulação a Augusto Arruda pela conquista do prémio Mercúrio – empresas com história**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado António Almeida (*PSD*);

- **Voto de Congratulação aos atletas de Rabo de Peixe**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Marta Couto (*PS*);

- [Voto de Congratulação pela conquista do Grande Prémio de Literatura Biográfica por Joel Neto](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube à Sra. Deputada Maria de Fátima Ferreira (*PS*);

- [Voto de Congratulação pela conquista do Grande Prémio de Literatura Biográfica por Joel Neto](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto foi feita pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*);

- [Voto de Congratulação ao Terra Nostra Garden Hotel](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), tendo posteriormente usado da palavra a Sra. Deputada Maria Eduarda Pimenta (*PS*);

Na **Agenda da Reunião**, foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- [Projeto de Resolução n.º 103/XI – “Criação e implementação de um Sistema Regional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral para cobertura integral do Território”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a intervenção inicial pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), participaram neste debate os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*), as Sras. Deputadas Graça Silveira (*Independente*) e Catarina Chamacame

Furtado (*PSD*) e a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

Foi proferido um protesto e contraprotesto pela Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*) e pelo Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*), respetivamente.

Submetido à votação, o projeto de resolução foi rejeitado por maioria.

De seguida foi rejeitado por maioria o [Projeto de Resolução n.º 150/XI – “Recomenda ao Governo Regional a eliminação da valorização energética por incineração na ilha de São Miguel na próxima revisão do PEPGRA”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Após a apresentação feita a cargo do Sr. Deputado António Lima (*BE*) pediram para usar da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*) e João Paulo Ávila (*PS*), as Sras. Deputadas Graça Silveira (*Independente*) e Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), bem como a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Lima (*BE*), João Paulo Ávila (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e as Sras. Deputadas Graça Silveira (*Independente*) e Catarina Chamacame Furtado (*PS*).

Por fim, iniciou-se o debate com a apresentação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XI – “Segunda alteração ao](#)

Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2016/A, de 24 de fevereiro, que estabelece o Regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores – FUNDOPESCA”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e o Projeto Decreto Legislativo Regional n.º 35/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores – FUNDOPESCA.”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feitas as apresentações iniciais pelos Srs. Deputados António Lima (*BE*) e Jaime Vieira (*PSD*), respetivamente, pediram para usar da palavra os Srs. Deputados José Ávila (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Mário Tomé (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Bruto da Costa (*PSD*), Francisco César (*PS*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*), bem como o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 01 minutos.

Presidente: Bom dia.

Agradeço que ocupem os vossos lugares. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 08 minutos

Secretário: Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes
Deputados/as:*

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Eduarda Silva Moniz **Pimenta**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Ávila de **Matos**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Elisa Lima **Sousa**

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal de Lima

Catarina Oliveira Cabeceiras

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio Sousa Mendes

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum.

Declaro aberto a sessão.

Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP, nomeadamente à apresentação de votos.

Vamos começar pelo voto de congratulação ao Rui Dowling – campeão europeu da classe hansa 2.3 em vela adaptada, apresentado pelo grupo parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

RUI DOWLING – CAMPEÃO EUROPEU DA CLASSE HANSA 2.3 EM VELA ADAPTADA

Realizou-se entre os dias 7 e 12 de outubro de 2019, na cidade de Portimão, o Campeonato da Europa de Vela Adaptada promovido pelo Iate Clube Marina de Portimão e pela Associação Teia D'Impulsos.

Nele participaram 113 atletas de 10 países que competiram em 4 quatros classes: Hansa 2.3, 303 Singles, 303 Doubles e Liberty.

Entre os participantes estiveram os velejadores do Clube Naval da Horta Rui Dowling, Libério Santos e Lício Silva, tendo o primeiro sagrando-se Campeão Europeu da Classe Hansa 2.3.

Libério Santos obteve o 8.º lugar da classificação em virtude das difíceis condições meteorológicas que se fizeram sentir naqueles dias que em muito dificultaram o desempenho do atleta.

Por sua vez, Lício Silva não conseguiu concluir a prova devido ao surgimento de uma lesão que o impediu de competir nos dois últimos dias.

Dias antes, sensivelmente entre 27 e 29 de setembro, Rui Dowling, repetindo o feito de 2016, havia conquistado o título de Campeão Nacional da Classe Hansa 2.3 em Vela Adaptada. Libério Santos e Lício Silva conquistaram o 3.º e 4.º lugar, respetivamente naquela prova.

Mas mais do que resultados, estas participações premeiam estes atletas faialenses que lutam contra as vicissitudes da vida e fazem dos seus pontos fracos armas poderosas para ultrapassar os desafios que se colocam tanto em mar como em terra, elevando o nome do Faial e dos Açores no contexto do desporto nacional e europeu.

Tal como os atletas, merecem igualmente uma palavra de reconhecimento toda a comitiva que os acompanhou nestas deslocações nomeadamente o Treinador João Duarte, o Terapeuta Nilzo Fialho e os Colaboradores do Clube Naval da Horta, Luís Paulo Moniz, Orlanda Moniz e Armando Oliveira, por todo o suporte

técnico e logístico dado aos atletas que vai muito para além do treino competitivo.

Uma especial referência para o Clube Naval da Horta e para a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da ilha do Faial – instituições ímpares da ilha do Faial - que se unem no projeto “Vela para Todos – Faial Sem Limites” através do qual promovem a inclusão de todos na prática de vela, destruindo barreiras e preconceitos que ainda possam existir e contribuindo para a construção de um sociedade mais justa e aberta à diferença.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de dezembro, que aprove um Voto de Congratulação pelo título de Campeão Europeu da Classe Hansa 2.3 em Vela Adaptada conquistado por Rui Dowling, bem como pela participação dos demais atletas naquele certame.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento aos atletas e comitiva que os acompanhou, bem como ao Clube Naval da Horta e à Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da ilha do Faial.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

Os Deputados, Tiago Branco, Francisco César, José Ávila e Maria Isabel Quinto.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também um voto de congratulação ao Rui Dowling, desta feita apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Rui Dowling

Campeão Nacional e Europeu de Vela na Classe Hansa 2.3

Rui Filipe Furtado Dowling, de 38 anos de idade, natural e residente na cidade da Horta, tem-se destacado na prática de vela como atleta do Clube Naval da Horta.

O velejador faialense, repetindo o feito alcançado em 2016, sagrou-se de novo, no final do passado mês de setembro, em Portimão, Campeão Nacional de Vela na Classe Hansa 2.3 (Vela Adaptada).

Para além deste primeiro lugar do pódio, o Clube da Naval da Horta também conseguiu o terceiro e o quarto lugares neste Campeonato, classificações alcançadas respetivamente pelos seus atletas Libério Santos e Lício Silva.

Depois do título nacional, Rui Dowling participou no Campeonato da Europa da Classe Hansa 2.3 (Vela Adaptada), que decorreu entre 8 e 13 de outubro, também em Portimão, conquistando o honroso título de Campeão Europeu da modalidade.

Com o objetivo principal de lançar a prática de vela adaptada incentivando para o efeito cidadãos com mobilidade reduzida ou portadores de multideficiência, em 2011, a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF) e o Clube Naval da Horta formaram uma parceria para lançar o Projeto “Vela para Todos – Faial sem Limites”.

Integrado neste projeto, Rui Dowling tem participado em inúmeras provas locais, nacionais e internacionais e tem demonstrado com o seu exemplo, a sua dedicação, esforço e persistência, que é possível ultrapassar barreiras e preconceitos e contribuir para uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.

Estes resultados alcançados por Rui Dowling são motivo para o felicitar e congratular as Instituições e os técnicos envolvidos neste projeto; mas tais resultados também prestigiam e projetam os Açores, o que é merecedor de reconhecimento pelos representantes do povo dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista dos títulos de Campeão Nacional e Europeu de Vela na Classe Hansa 2.3 (Vela adaptada), pelo velejador açoriano Rui Dowling.

Mais se propõe ainda que deste voto seja dado conhecimento ao atleta Rui Dowling, ao Clube Naval da Horta, à Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial, à Associação Regional de Vela dos Açores e à Federação Portuguesa de Vela.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019

Os Deputados: Luís Garcia, Mónica Seidi, Bruno Belo, António Vasco Viveiros, João Bruto da Costa e Carlos Ferreira.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se também ao campeão europeu e nacional da classe hansa – Rui Dowling, desta feita apresentado pelo PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

RUI DOWLING - CAMPEÃO EUROPEU E NACIONAL DE VELA NA CLASSE HANSA

Em 2011, a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF) e o Clube Naval da Horta (CNH) constituíram-se como parceiros para lançar o projeto “Vela para Todos - Faial sem Limites”, tendo três objetivos essenciais: primeiro, lançar a prática de vela adaptada motivando para o efeito cidadãos com mobilidade reduzida ou portadores de multideficiência; segundo, adquirir embarcações da classe Hansa 2.3 e Hansa 303 em número suficiente, quer para criar e manter equipas de competição, quer para promover atividades ocupacionais e lúdicas; terceiro, criar condições para que o projeto pudesse ter viabilidade, durabilidade e qualidade desportiva e lúdica.

Tendo sido este, nos Açores, o primeiro projeto de vela adaptada, utilizando uma classe já prestigiada internacionalmente de embarcações de vela (classe Access, agora designada Hansa) especialmente pensada e criada para vela adaptada a cidadãos com

vários tipos de limitação, logo se percebeu que estávamos perante um desafio muito grande, que só poderia fazer pleno vencimento se houvesse uma muito larga e lúcida conjugação de vontades entre instituições, associações e cidadãos.

O que é certo é que o projeto “Vela para Todos - Faial sem Limites”, arrancando logo em 2012, foi fazendo o seu caminho, formando velejadores, constituindo a frota, erguendo uma equipa de competição que hoje está com um alto padrão de qualidade, realizando, sempre que tem sido possível, atividades ocupacionais e lúdicas, convidando velejadores da classe Hansa de fora da Região para participar em regatas do Festival Náutico da Semana do Mar. Logo em 2014, o Clube Naval da Horta candidatou-se a ser o clube organizador do Campeonato Nacional da classe Hansa que se realizou em julho desse ano na Baía da Horta. A organização desse Campeonato Nacional de 2014 da classe Hansa, em que o Clube Naval da Horta e a APADIF conjugaram de forma exemplar os seus esforços para assegurar a logística, constituiu um passo decisivo na evolução rápida e sólida da equipa de competição do Clube Naval da Horta que era já bem visível nesse ano.

Em 2016, no Campeonato Nacional da classe Hansa realizado em Viana do Castelo, Rui Dowling consagrou-se como campeão nacional de Hansa 2.3 e Lício Silva consagrou-se como vice-campeão nacional.

Chegámos a 2019 e realizaram-se em Portimão o Campeonato Nacional da classe Hansa, entre 25 e 29 de setembro, e o Campeonato Europeu da classe Hansa, entre 8 e 13 de outubro. Nestas importantíssimas provas a equipa faialense da classe Hansa trabalhou de forma exemplar e obteve excelentes resultados.

Foi neste quadro de evolução qualitativa muito segura de todos os velejadores de Hansa 2.3 do CNH, que este ano, Rui Dowling foi, com toda a justiça, campeão nacional e 15 dias depois campeão europeu. No Campeonato Nacional deste ano Libério Santos obteve o terceiro lugar no pódio.

Merecem especial saudação por estes resultados todos os membros da equipa que representou o Clube Naval da Horta no Campeonato Europeu e no Campeonato Nacional: nomeadamente, os velejadores Rui Dowling, Libério Santos e Lício Silva, o treinador João Duarte, o terapeuta Nilzo Fialho e os quadros de apoio logístico Luís Paulo Moniz e Armando Oliveira.

Não podem ainda ficar ausentes de uma saudação especial o Clube Naval da Horta e a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF), instituições que em parceria montaram, desenvolveram e mantêm o projeto “Vela para Todos - Faial sem Limites”.

Também devem ser saudadas todas as entidades públicas, entidades associativas e cidadãos individualmente considerados que ao longo destes últimos 8 anos apoiaram o desenvolvimento do projeto “Vela

para todos – Faial sem limites”, que conseguiu ser um grande sucesso nos planos desportivo, social e de promoção dos Açores.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação a Rui Dowling pelos títulos de campeão europeu e campeão nacional 2019 de vela na classe Hansa.

Mais se propõe que deste Voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais do Clube Naval da Horta, aos órgãos sociais da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF), à Direção da Federação Portuguesa de Vela, à Direção da Associação da Classe Hansa, à Direção da Associação Regional de Vela dos Açores, à Câmara e Assembleia Municipal da Horta e ao Conselho de Ilha do Faial.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019

O Deputado: João Paulo Corvelo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação ao Tiago Rodrigues pela conquista do campeonato nacional de seniores e de absolutos, deste atleta do Judo de São Jorge.

É apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

Conquista do Campeonato Nacional de Seniores e de Absolutos, pelo atleta do Judo Clube de S. Jorge, Tiago Rodrigues

O desporto tem sido uma das atividades pelas quais os açorianos mais se têm afirmado no contexto nacional e internacional, alcançando sucessos significativos ao mais alto nível competitivo.

O Judo Clube de S. Jorge, fundado no mês de março de 2002 tem como missão desenvolver o ensino do Judo de forma regular e devidamente orientada na ilha de S. Jorge. Esta modalidade incorpora um conjunto de valores que este clube não prescinde de transmitir aos jovens, valores esses como o respeito, disciplina, humildade, perseverança e superação.

Este clube conta atualmente com 12 classes de treino cerca de 214 atletas federados, cerca de 300 atletas, onde se inclui pela primeira

vez na história da modalidade nos Açores, a abertura de 2 núcleos de desporto adaptado (Velas e Calheta) inserido num projeto nacional intitulado “Ippon à exclusão”.

Este trabalho intenso e empenhado permitiu a formação de atletas de excelência que tem participado em diversas competições nacionais e internacionais obtendo a nível nacional mais de cinquenta medalhas, sendo dezoito de ouro, e conquistando 17 medalhas a nível internacional das quais uma de ouro, resultados muito positivos para orgulho do clube, dos Jorgenses, da Região e até do País.

Todo este trabalho deverá ser potenciado com o centro de treino, onde estão criadas condições para uma adequada preparação dos atletas, bem como para acolher a realização de estágios e preparação de equipas e seleções nacionais ou estrangeiras ao mais alto nível.

Em 2012 este clube foi agraciado com a Insígnia Autonómica de Mérito Cívico da Região Autónoma dos Açores, em reconhecimento do trabalho realizado no desporto açoriano.

O atleta sénior Tiago Rodrigues, natural das Velas, tem vindo a conquistar várias medalhas a nível nacional e internacional, voltou a sagrou-se Campeão Nacional Sénior na categoria de menos de noventa kilos, no Campeonato Nacional de Seniores e de Absolutos que decorreu no Pavilhão Multiusos de Odivelas no passado mês de novembro, competição levada a efeito pela Federação Nacional de Judo.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos regimentais do artigo 71 e 73 do Regimento, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em plenário, emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pelo facto de o Judo Clube de S. Jorge e o seu atleta Tiago Rodrigues ter conquistado o título de Campeão Nacional de Seniores, na categoria de menos de noventa kilos, no Campeonato Nacional de Seniores e de Absolutos que decorreu no Pavilhão Multiusos de Odivelas no passado mês de novembro, competição levada a efeito pela Federação Nacional de Judo.

A presente congratulação é extensiva aos mesmos, equipa técnica e dirigentes, que veem assim reconhecido o seu trabalho de excelência e empenho na prática desta modalidade.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao respetivo clube, a Associação de Judo do Arquipélago dos Açores, e à Federação Portuguesa de Judo

Horta, 11 de dezembro de 2019

Os Deputados: António Pedroso, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros e Bruno Belo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues** (PS): Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto peço a palavra para dar os parabéns, mais uma vez, ao Tiago Rodrigues pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pelo seu empenho e disciplina com que encara a prática desta modalidade desde os seis anos, permitiu e ainda permite e espero que por muitos mais anos, a conquista de mais um título nacional que se junta assim a todos os outros que já conquistou durante a sua carreira que tem permitido projetar o nome do seu clube, o nome da sua ilha, dos Açores, de Portugal no mundo do judo.

Este também é mais um reconhecimento ao trabalho de excelência que é realizado pelo Judo Clube de São Jorge, o trabalho de excelência que é realizado tanto pelos seus atletas, pelos treinadores e diretores, tanto na formação de base, mas também no alto rendimento, colocando o nome dos Açores no topo do judo nacional.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação ao Tiago Rodrigues pela revalidação do título de campeão nacional de seniores. Desta feita apresentado pelo CDS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao Tiago Rodrigues pela revalidação do título de Campeão Nacional de Seniores

O Judo Clube de São Jorge foi fundado a 7 de março de 2002, desenvolvendo até à presente data uma atividade desportiva de excelência que lhe tem permitido alcançar extraordinários resultados nos panoramas regional, nacional e internacional.

Este trabalho contínuo, empenhado e intenso permitiu formar, até aos dias de hoje, atletas de excelência que permitem que o Judo Clube de São Jorge conte com um palmarés invejável, sendo detentor de resultados muito relevantes ao nível regional, nacional e internacional e levando o nome de S. Jorge, dos Açores e de Portugal além fronteiras.

Recentemente, o Judo Clube de São Jorge participou no Campeonato Nacional de Seniores, que decorreu no passado dia 9 de novembro no pavilhão Multiusos de Odivelas, representado pelos atletas Tiago

Rodrigues, Moisés Soares e Fábio Relva, sendo esta a competição mais importante do calendário nacional. O judoca Tiago Rodrigues venceu todos os seus adversários, de forma categórica, e subiu ao lugar mais alto do pódio nacional pela décima primeira vez. Este foi um feito memorável do atleta que revela um enorme espírito de sacrifício, determinação e longevidade acima da média, ficando assim para a história do Judo dos Açores como o atleta com mais títulos nacionais de sempre.

Muitos outros foram os resultados de excelência alcançados e as participações brilhantes nas mais variadas competições regionais, nacionais e internacionais, por diversos atletas deste Clube durante o ano de 2019, que devem continuar a motivar e a inspirar os dirigentes, treinadores e atletas do Judo Clube de São Jorge a percorrer este caminho de sucesso, empenho, determinação e dedicação, de promoção do desporto e de um estilo de vida saudável.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores propõe a aprovação do seguinte Voto de Congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do atleta, Tiago Rodrigues, do Judo Clube São Jorge, se ter tornado Campeão Nacional na categoria de -90quilos, reconhecendo igualmente todo o trabalho desenvolvido e resultados alcançados pelos atletas, técnicos e dirigentes do Judo

Clube de São Jorge que levam o nome de S. Jorge e dos Açores mais além”.

A presente congratulação deve ser comunicada ao próprio atleta, ao Judo Clube São Jorge, à Associação de Judo do Arquipélago dos Açores e à Federação Portuguesa de Judo.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019

Os Deputados, Artur Lima, Alonso Miguel e Catarina Cabeceiras

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação a Miguel Alves pelo título de campeão nacional dos 200 metros.

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito obrigada, Sra. Presidente.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Miguel Alves pelo título de Campeão de Portugal

nos 200 metros

O jovem atleta terceirense Miguel Alves conquistou, no verão passado, o título de Campeão de Portugal nos 200 metros, com a marca de 21,17 segundos, em representação do JIV- Clube Desportivo e Cultural Juventude Ilha Verde, da ilha de São Miguel.

A conquista do título nacional, obtido na pista do Estádio Universitário de Lisboa, garantiu a Miguel Alves, de 21 anos, a possibilidade de passar a representar a secção de atletismo do Sporting Clube de Portugal, tendo como atuais objetivos competir nos grandes palcos do atletismo, nomeadamente nos Jogos Olímpicos e nas diversas competições no quadro europeu e mundial.

A paixão de Miguel Alves pelo atletismo fez-se sentir por volta dos 13/14 anos, ao participar pela primeira vez numa prova de “resistência”, tendo-se tornado atleta do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da ilha Terceira.

A ida para o JIV-Clube Desportivo e Cultural Juventude Ilha Verde possibilitou-lhe a participação no Campeonato Nacional de Clubes, onde se destacou pelo seu notável percurso na modalidade de Atletismo, nas provas de 200 e 400 metros.

Sendo o desporto inevitável para o bem-estar de todos e, logo, havendo necessidade de continuar a ser incentivado e apoiado, é com inegável orgulho que se vê um açoriano a singrar, imparável, na

competição e tornar-se uma verdadeira esperança do Atletismo nacional.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2019, a aprovação de um Voto de Congratulação ao atleta Miguel Alves pelo título de Campeão Nacional nos 200 metros e pela sua integração na secção de atletismo do Sporting Clube de Portugal.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento ao atleta Miguel Alves, ao JIV-Clube Desportivo e Cultural Juventude Ilha Verde e ao Sporting Clube de Portugal.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

Os Deputados, Maria Isabel Quinto, José Ávila, Francisco César, Fátima Ferreira, Mónica Rocha, Francisco Coelho e António Parreira.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputada Bárbara Chaves (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Vamos por isso passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação também a Miguel Alves que se sagrou campeão nacional dos 200 metros. Desta feita é apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado (*PSD*).

Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Miguel Alves sagrou-se campeão nacional de 200 metros planos

O atleta do Clube Desportivo e Cultural Juventude da Ilha Verde, Miguel Alves, sagrou-se campeão nacional de 200 metros planos sub-23, no passado mês de julho, no Estádio Universitário de Lisboa, com o tempo de 21,17 segundos.

O feito do atleta do Clube Desportivo e Cultural Juventude da Ilha Verde é deveras de louvar, tendo em conta que nesta prova competiu com atletas nacionais de alto gabarito, contando entre eles o campeão europeu nos 100 metros.

O Clube Desportivo e Cultural Juventude da Ilha Verde foi fundado a 24 de julho de 2012, e tem como seus grandes objetivos: a formação de atletas a nível desportivo, social e educacional; proporcionar vivências sociais, desportivas e competitivas; conquistar títulos nacionais, internacionais e medalhas, para prestigiar os seus atletas e

o clube a nível nacional; colocar atletas na Seleção Nacional e estar presente em Campeonatos da Europa e do Mundo; ser um clube de prestígio a nível da formação nacional.

O Clube Desportivo e Cultural Juventude da Ilha Verde desenvolve as seguintes atividades: participa no campeonato de estrada, corta mato e em todas as provas e torneios de pista de São Miguel, para além de participar em todos os campeonatos regionais e nacionais. Participa, ainda, no Campeonato Nacional de Clubes, com uma equipa masculina e, na presente época, irá participar, pela primeira vez, com uma equipa feminina.

O Clube Desportivo e Cultural Juventude da Ilha Verde é o organizador da Corrida Noturna Juventude Ilha Verde e a Meia Maratona Juventude Ilha Verde.

O Clube Desportivo e Cultural Juventude da Ilha Verde terminou a época passada com 426 atletas federados, sendo o clube de atletismo dos Açores com mais atletas federados e o segundo clube a nível nacional.

Em sete anos, o Clube Desportivo e Cultural Juventude da Ilha Verde conquistou cerca de cem medalhas a nível nacional e três a nível internacional.

Há que realçar, neste momento, que o Clube Desportivo e Cultural Juventude da Ilha Verde desenvolve todas estas atividades e com este número de atletas, obtendo excelentes resultados a nível regional, nacional e até internacional, apesar dos fracos meios financeiros, o

que em muito dificulta o desenvolvimento das suas atividades em prol da juventude açoriana e do desporto regional.

Assim, pelo que representa a consagração do atleta Miguel Alves, do Clube Desportivo e Cultural Juventude da Ilha Verde, como campeão nacional de 200 metros planos, na categoria de sub-23, para a promoção do desporto junto das camadas mais jovens da população açoriana, e o trabalho deveras louvável desenvolvido pelo Clube Desportivo e Cultural Juventude da Ilha Verde, o Grupo Parlamentar do PSD, nos termos regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um voto de congratulação ao Atleta Miguel Alves e ao Clube Desportivo e Cultural Juventude da Ilha Verde, do qual deve ser dado conhecimento aos próprios e à Associação de Atletismo de São Miguel.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

Os Deputados, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros e Bruno Belo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é do Bloco de Esquerda e é um voto de saudação pela marcha pelo clima.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

VOTO DE SAUDAÇÃO

No passado dia 29 de novembro, milhares de jovens, de todo o mundo, saíram à rua fazendo-se ouvir por uma causa que deve ser de todos e de todas nós: o ambiente.

Nos últimos tempos, face às consequências das alterações climáticas que já se sentem, e perante um futuro em que as catástrofes naturais colocam e colocarão em perigo a fauna, a flora e a vida da população, surgiu o movimento “Fridays for Future” (“Sextas-feiras pelo Clima”) pela jovem ativista Greta Thunberg, que conseguiu motivar milhares de jovens e adultos, ao ponto de levar os mais altos patamares das decisões políticas a dedicar maior atenção à luta contra as alterações climáticas.

Na última sexta-feira do mês de novembro, o objetivo da “Fridays for Future” foi a mobilização e sensibilização das pessoas e dos/as participantes na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP25), que decorreu no dia 6 de dezembro, logo após a declaração de uma situação de emergência climática e ambiental, pelo Parlamento Europeu.

A resolução que declara a situação emergência climática apela à aplicação de medidas concretas para combater os problemas decorrentes do impacto climático e ambiental em todas as propostas legislativas e orçamentais relevantes, por parte da Comissão Europeia, bem como dos Estados-membros e pede ainda a todos os intervenientes a nível mundial que tomem urgentemente as medidas concretas necessárias para combater e conter esta ameaça.

A este enorme movimento estudantil e aos apelos da comunidade científica internacional, juntou-se um grupo de alunos da Escola Secundária Manuel de Arriaga, que realizou uma marcha pelo clima, na Horta, e que não quis deixar passar a oportunidade de se fazer ouvir pelos decisores políticos da Região, fazendo, para tal, uma paragem junto da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A presença deste grupo de jovens neste parlamento – palco das decisões que definem as políticas do presente, que são determinantes para o futuro – dá-nos, a todos e todas, ainda mais responsabilidade perante os desafios de proteger o futuro do planeta e combater as alterações climáticas.

A nós, deputados e deputadas eleitos/as, cabe-nos ouvir as suas preocupações, reivindicações, sugestões, colocando-nos numa posição de ouvintes – recetores da sua mensagem – concretizando medidas que vão ao encontro das expectativas e das necessidades desta e das próximas gerações.

Não basta escrever no papel e reproduzir oralmente! Urge passar de palavras a atos, aliando o discurso à prática.

Cabe-nos dar respostas a estes jovens e implementar políticas que lhes permitam desfrutar deste planeta, que é a casa de toda a Humanidade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Saudação à Marcha pelo Clima, ocorrida em várias cidades dos Açores, mais concretamente à Marcha que ocorreu na cidade da Horta, a 29 de novembro de 2019.

Deste Voto deverá ser dado conhecimento ao Conselho Executivo da Escola Secundária Manuel de Arriaga, assim como a Associação de Estudantes e Associação de Pais da escola.

Obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

Os Deputados, António Lima e Paulo Mendes

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se sem qualquer hesitação e com gosto ao voto apresentado.

O tema é importantíssimo e todos os passos, mais ou menos populistas, são contributos para que se inverta o caminho de autodestruição do planeta que tem vindo a ser criado pela ação direta do homem.

O Partido Socialista como a generalidade das forças políticas aqui representadas neste Parlamento têm dado contributos objetivos nesta Casa, com diversas medidas e diplomas que promovem à nossa escala a sustentabilidade ambiental, o futuro do nosso planeta tal qual o conhecemos está de facto ameaçado e por isso, esta e outras iniciativas, são certamente contributos para impor a quem teima em não ver a realidade, que possa efetivamente alterar comportamentos e agir de forma amiga do ambiente e da natureza a bem da humanidade. Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A preocupação com as alterações climáticas e com a preservação do ambiente e a tomada de medidas com vista à prossecução desses objetivos merecem o apoio inequívoco do grupo parlamentar do PSD. Nesta área, como noutras, diga-se, a população faialense tem dado um exemplo de participação cívica, incluindo os mais jovens e por isso o grupo parlamentar do PSD associa-se a este voto, congratula os

alunos da Escola Secundária Manuel de Arriga e alguns alunos também da Escola Básica e Integrada da Horta e todos os cidadãos que participaram nesta iniciativa, bem como todos aqueles que dão efetivamente o exemplo de participação cívica e participam noutros movimentos de cidadania nesta ilha e na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o CDS associa-se também a este voto. Congratulamos os alunos da Escola Manuel de Arriaga por esta iniciativa. Certamente que olhamos para esta marcha como um contributo para a consciencialização das populações e dos decisores políticos para esta nova realidade.

É certo que todos os partidos tem feito um esforço também para dar contributos para o combate e adaptação às alterações climáticas, o CDS certamente que já o fez, aliás o grupo parlamentar do CDS-PP Açores já há muitos anos que fez um conjunto de propostas de mitigação e adaptação às alterações climáticas e portanto, naturalmente associamo-nos com muito gosto a esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o PCP também se associa a este voto, mas além de se associar não são preciso só palavras pomposas, é preciso medidas concretas em relação à proteção do ambiente.

Aliás, é preciso não esquecer e isto tem que ser lembrado aqui nesta Casa, que ainda o mês passado o Governo Regional dos Açores esteve por exemplo na ilha das Flores em cima de caldeiras e lagoas a fazer um enterro de pneus, plásticos e ferros, portanto a verdade é esta, é que não são só preciso palavras pomposas, são precisas medidas concretas e medidas concretas passam não só por essas palavras bonitas aqui, mas também por medidas eficazes que vão de encontro a minimizar problemas ambientais e o governo regional este mês esteve na ilha das Flores a fazer um enterro de pneus, plásticos em cima de duas lagoas bonitas da ilha das Flores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pela conquista do prémio nacional de turismo na categoria de alojamento pela Aldeia da Cuada.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pela conquista do Premio Nacional de Turismo na categoria de alojamento pela Aldeia da Cuada

No passado dia 28 de Novembro, a Aldeia da Cuada venceu o Prémio Nacional de Turismo na categoria de alojamento, num evento que decorreu em Lisboa numa cerimónia que deu a conhecer o que de melhor Portugal tem para oferecer neste setor. Desta forma a Aldeia da Cuada, que já em 2018 tinha vencido os prémios AHRESP tornou-se claramente numa embaixadora dos Açores colocando a ilha das Flores em particular e os Açores em geral no mapa da excelência, da sustentabilidade e da singularidade da oferta turística. O Prémio Nacional de Turismo 2019 foi criado com o objetivo de premiar as empresas portuguesas que se distinguiram como casos de sucesso, enquadradas nas categorias de Alojamento, Restauração e Serviços Turísticos. Pretende igualmente reconhecer projetos de turismo responsável,

iniciativas que se destaquem pela inovação e diferenciação em projetos de âmbito público.

O Prémio Nacional de Turismo 2019 distinguiu também personalidades que se destacaram pelo seu contributo para o setor do turismo.

A iniciativa resultou de uma parceria Expresso/BPI e contou com o alto patrocínio do Ministério da Economia, o apoio institucional do Turismo de Portugal e a assessoria técnica da Deloitte.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista do Premio Nacional de Turismo na categoria de alojamento.

Mais se propõe ainda que deste voto seja dado conhecimento à empresa, à Assembleia Municipal das Lajes das Flores e à Câmara Municipal das Lajes das Flores.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

Os Deputados, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros e Bruno Belo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista naturalmente associa-se a este voto.

A Aldeia da Cuada é um marco na ilha das Flores e nos Açores e é certamente um exemplo da forma sustentável como se pode recuperar o património edificado abandonado, valorizando o produto de um destino único, rico em natureza, história e cultura.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação a Ana Margarida Filipe pela conquista de 4 medalhas numa competição mundial de atletismo.

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ana Margarida Filipe pela conquista de quatro medalhas numa competição mundial de atletismo

Ana Margarida Filipe, atleta do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da ilha Terceira, voltou a brilhar numa competição mundial, ao trazer para a Região Autónoma dos Açores quatro medalhas conquistadas na edição deste ano do INAS Global Games, competição mundial para atletas com deficiência intelectual, que teve lugar em Brisbane, Austrália.

A atleta terceirense, treinada por Ana Paula Costa, tornou-se campeã mundial na disciplina de salto em altura (T20), com o registo de 1,52 metros, e à medalha de ouro juntou duas de prata, no triplo salto e nos 100 metros barreiras, e uma de bronze, no salto em comprimento.

Ana Margarida Filipe não é estranha à conquista de medalhas em competições internacionais, tendo trazido para casa duas medalhas de ouro, nos 60 metros barreiras e no salto em altura, uma de prata no triplo salto e uma de bronze no salto em comprimento, no passado mês de março, no Campeonato da Europa de Atletismo de Pista Coberta, que decorreu em Istambul, Turquia.

A medalhada atleta da ACM tem sido uma presença assídua nos últimos cinco anos no atletismo “regular” como no “adaptado”, em provas locais e regionais, tendo-se sagrado campeã regional em diversas disciplinas e escalões etários.

Ana Margarida Filipe representou a Região, por diversas vezes, em competições nacionais no Atletismo “regular” e, em 2015, iniciou as participações internacionais inserida na Seleção Nacional, trazendo duas medalhas de bronze do Campeonato do Mundo de Pista Coberta INAS, em São Petersburgo, Rússia.

Nas Jornadas Paralímpicas da Juventude Europeia foi campeã na prova de salto em comprimento e, no Global Games, disputado no Equador, bateu o recorde no Heptatlo e obteve três medalhas de ouro, duas de prata e uma de bronze. Ainda em 2015, participou no Campeonato do Mundo IPC, no Qatar.

Representou os Açores, em 2017, nos Jogos Paralímpicos e participou no Campeonato da Europa de Pista Coberta INAS, em Ancona, Itália, onde obteve duas medalhas de ouro, no salto em altura e nos 4x200 metros, uma medalha de prata nos 60m barreiras, e uma medalha de bronze no salto em comprimento.

As conquistas atléticas de Ana Margarida Filipe passam ainda pela entrada para o *ranking* internacional em 2016, após o 9º lugar alcançado nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, pela medalha de bronze no salto em comprimento no Mundial IPC, realizado em Londres, pela prata obtida no Campeonato Mundial Júnior de Atletismo, realizado em Nottwil, na Suíça e pelo ouro no salto em comprimento nos Jogos Europeus da Juventude, realizados em Génova, Itália.

Ana Margarida Filipe continua a dignificar o desporto regional e nacional, sendo um exemplo a seguir por todos os nossos jovens e um orgulho para a Região Autónoma dos Açores e para Portugal.

O inegável valor e importância do desporto na vida de todos e praticado desde tenra idade, mas sempre aberto à adesão de qualquer pessoa em qualquer etapa da vida, é uma mais-valia para uma vida saudável e duradoura e para o bem-estar físico e mental de todos os cidadãos, e o invejável palmarés de Ana Margarida Filipe é um verdadeiro incentivo à sua prática.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2019, a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Ana Margarida Filipe pelas quatro medalhas obtidas no INAS Global Games, nomeadamente, pela conquista do título de campeã mundial na disciplina de salto em altura.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento à atleta Ana Margarida Filipe, à Associação Cristã da Mocidade, à sua treinadora Ana Paula Santos, à Secretaria Regional da Educação e Cultura e à Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD).

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

Os Deputados, Mónica Rocha, Fátima Ferreira, António Parreira, Francisco César, José Ávila e Maria Isabel Quinto.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com enorme prazer que o grupo parlamentar do PSD se associa a este voto.

Penso que ao longo da legislatura já todos nós perdemos a conta aos enorme feitos que a Ana Margarida Filipe alcançou enquanto atleta e que pôde não só dignificar o nome da Região e o nome do desporto regional, mas também o nome da Associação Cristã da Mocidade, clube que desde sempre, desde o início da sua carreira lhe garante todas as comodidades e todas as possibilidades para que consiga treinar em condições juntamente com a sua treinadora Paula Costa e nesse sentido é óbvio que os feitos da Ana Margarida merecem da nossa parte tudo aquilo que de bom podemos oferecer, neste caso é um voto de congratulação, não deixa de ser um papel, mas que terá enorme significado naquilo que será a carreira desportiva da Ana Margarida.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se naturalmente a este voto.

É para nós de facto incrível o percurso que tem sido efetuado por esta atleta, é uma verdadeira inspiração para todos os atletas da modalidade, quer regular, quer adaptada e portanto, nós associamo-nos e damos os parabéns à atleta Ana Margarida Filipe e à ACM e é de facto um gosto ver que esta atleta tem sabido e tem conseguido levar o nome da Região e o nome do país pelos quatro cantos do mundo, elevando também este desporto e a nossa capacidade desportiva a nível mundial.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação a Maria Vicente, Vice-Campeã da Europa em Atletismo para portadores do Síndrome de Down.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Maria Vicente Vice-Campeã da Europa em atletismo para portadores de Síndrome de Down

Maria do Rosário Correia Vicente, de 18 anos de idade, natural de Vila Franca do Campo, participou entre 24 e 29 de julho passado, em Tampere, Finlândia, na 5ª edição do Campeonato da Europa para atletas com Síndrome de Down, tendo-se sagrado vice-campeã europeia.

Maria Vicente, utente do Centro de Atividade Ocupacionais - CAO, da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo, integrou a seleção de Portugal nesta 5ª edição do Campeonato da Europa, conquistando seis medalhas de prata, alcançando o 2º lugar nas provas de 100 metros, 200 metros, 400 metros e Triatlo, e ainda nas provas de estafetas 4X100m e 4X400m.

O feito alcançado pela atleta Maria Vicente, utente do CAO, da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo, em muito, também, se deve ao esforço e dedicação do seu treinador Paulo Jorge Borges, Coordenador do Serviço de Desporto Adaptado da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores – APACDAA.

O Serviço de Desporto Adaptado da APACDAA, coordenado por Paulo Jorge Borges, foi criado em 2001 e possui atualmente uma

vertente de Recreação e Lazer, onde se incluem a Natação, Equitação e Exploração da Natureza, e uma vertente de Competição, onde se englobam o Atletismo, Boccia e Futsal.

O Serviço de Desporto Adaptado da APACDAA conta atualmente com 56 atletas distribuídos por todas as modalidades acima referidas, e são provenientes dos concelhos de Ponta Delgada, Lagoa, Vila Franca do Campo e Ribeira Grande.

Na vertente de competição, o Boccia compete a nível de ilha de São Miguel, onde já começa a dar os seus primeiros passos e com alguns bons resultados. No Atletismo, e desde 2001, a nível regional e nacional, a APACDAA conta com mais de uma centena de campeões nacionais e regionais.

A nível internacional a APACDAA, na Deficiência Intelectual, alcançou 1 título de Campeã da Europa e 1 título de Vice-campeã do Mundo.

No escalão de Síndrome Down, a nível internacional, a APACDAA obteve 5 medalhas de prata e 3 de bronze em Campeonatos da Europa e mais 2 medalhas de bronze em Campeonatos do Mundo.

Na última época 2018/2019, os atletas da APACDAA obtiveram 4 títulos de campeões nacionais em pista coberta e 10 títulos de campeões nacionais em pista ao ar livre, a somar aos 11 segundos lugares e 6 terceiros lugares também alcançados.

A somar a estes triunfos, a APACDAA conquistou 5 medalhas de prata no Campeonato da Europa para atletas com Síndrome Down e 2

medalhas de bronze no Campeonato do Mundo para atletas com Síndrome Down.

Desde o início da atividade desportiva da APACDAA o seu principal objetivo é o de proporcionar a prática desportiva a todos os seus atletas, sejam eles utentes da APACDAA ou não, promovendo deste modo um estilo de vida mais salutar e uma melhor qualidade de vida.

Em termos desportivos, a APACDAA tenta sempre promover as capacidades dos seus utentes, abordando-os como verdadeiros atletas que são, e tentar, em cada treino e competição, retirar o melhor de cada um, proporcionando-lhes métodos adaptados para aquisição de conhecimentos técnicos e táticos, de modo a que todos eles possam alcançar todos os seus objetivos desportivos.

A APACDAA tem-se esforçado por conseguir as condições físicas, de treino, financeiras e sociais, por forma a conseguir acompanhar as qualidades desportivas dos seus atletas, e proporcionar a sua presença em todos os eventos desportivos regionais, nacionais e internacionais, de modo a poderem alcançar patamares de eleição e se tornarem, através do desporto, verdadeiros cidadãos ativos, contribuindo, também, para honrar o seu clube, a instituição e os Açores.

Assim, pelo que representa a consagração da atleta Maria Vicente, utente do Centro de Atividades Ocupacionais, da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo, e atleta da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores, como vice-campeã da Europa, no Campeonato da Europa de Atletismo para

atletas com Síndrome de Down, para a promoção do desporto junto das camadas mais jovens da população açoriana, nomeadamente as portadores de deficiência, e o trabalho deveras louvável desenvolvido pelo Serviço de Desporto Adaptado da APACDAA, o Grupo Parlamentar do PSD, nos termos regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um voto de congratulação à Atleta Maria Vicente, do qual deverá ser dado conhecimento à atleta, ao CAO da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo e, ainda, à Direção da APACDAA.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019

Os Deputados, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Bruno Belo e Maria João Carreiro.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra.

Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós efetivamente vivemos numa Região cada vez mais inclusiva. O trabalho que temos vindo a fazer deve orgulhar-nos a todos, a evolução dos CAO's e a criação em 2001 de um serviço de desporto adaptado são bem prova desse trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.

À Maria do Rosário, ao seu treinador e a todos os trabalhadores do CAO da Santa Casa de Vila Franco do Campo o nosso bem haja, por

nos fazerem acreditar a cada passo dado que vale a pena, que tudo vale a pena quando trabalhamos para nos tornarmos numa Região cada vez melhor, também nessa matéria.

Quando temos uma atleta como a Maria do Rosário a conseguir um feito como este tornamo-nos nuns Açores mais felizes.

Disse.

Deputada Marta Matos (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação ao veleiro Super Açor, do Clube Naval de Vila Franca do Campo, que venceu o campeonato nacional de cruzeiros.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

**Veleiro “Super Açor” do Clube Naval de Vila Franca do Campo
vence campeonato nacional de cruzeiros**

O Veleiro “Super Açor Lusitânia Seguros”, em representação do Clube Naval de Vila Franca do Campo, venceu, no passado dia 14 de julho, o Campeonato Nacional de Cruzeiros, competição que teve lugar na Região Autónoma da Madeira.

Numa prova que contou com vinte e três embarcações, representando as Regiões Norte, Centro, Madeira e Açores, e, ainda, contando com a participação de cinco equipas provenientes de Espanha, o Veleiro “Super Açor”, capitaneado por Gonçalo Vaz Botelho ganhou o campeonato na sua classe – Divisão 2 – e foi vice-campeão na prova “600 anos Madeira”.

A equipa “Super Açor” foi constituída em 2001, e, desde 2009, ganhou diversas vezes o Troféu Dom Pedro V, o Troféu Quebra Mar 2002, a Regata Salazar e o Troféu Rainha Dona Amélia.

A equipa “Super Açor” foi Campeã Nacional em 2011, 2014, 2017 e 2019.

O Cascais Vela Troféu Quebra Mar é o mais importante torneio de Vela de Cruzeiro em Portugal e está entre as vitórias alcançadas pelo Veleiro “Super Açor” em 2014, 2015, 2016 e 2017.

O Clube Naval de Vila Franca do Campo foi fundado em 1993, e foi declarado como Instituição de Utilidade Pública pelo Governo Regional dos Açores, em 2003.

O Clube Naval de Vila Franca do Campo é uma entidade sem fins lucrativos que tem como grande objetivo a promoção do desporto e o

recreio náuticos, através do desenvolvimento de diversas atividades desportivas em ambiente marítimo.

Durante os vinte e seis anos da sua atividade, junto da comunidade Vila-franquense, os atletas do Clube Naval de Vila Franca do Campo atingiram um palmarés deveras notável, no mundo do desporto náutico regional, nacional e internacional, nas modalidades de Canoagem, Mergulho, Pesca e Vela.

O Clube Naval de Vila Franca do Campo é a entidade responsável pela manutenção e transporte de passageiros, trabalhadores e investigadores para o ilhéu de Vila Franca do Campo, ao abrigo de Protocolo de Cooperação celebrado este Clube e o Governo Regional dos Açores.

O Clube Naval de Vila Franca do Campo é, também, a entidade promotora do evento Red Bull Cliff Diving desde 2012.

O Clube Naval de Vila Franca do Campo tem diversas parcerias estratégicas a nível local, regional, nacional e internacional, permitindo, assim, uma conjugação de esforços, tendo em vista a uma maior e melhor participação no desenvolvimento social, cultural e desportivo da comunidade onde está inserido.

Assim, pelo que representa a vitória do Veleiro “Super Açor”, do Clube Naval de Vila Franca do Campo, no Campeonato Nacional de Cruzeiros – Divisão 2 para a promoção dos desportos náuticos junto da população açoriana, e o trabalho deveras louvável desenvolvido pelo Clube Naval de Vila Franca do Campo, o Grupo Parlamentar do

PSD, nos termos regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um voto de congratulação à equipa do Veleiro “Super Açor” e ao Clube Naval de Vila Franca do Campo, do qual deve ser dado conhecimento aos próprios.

Obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro, de 2019.

Os Deputados, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros e Bruno Belo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós somos mesmo uma Região virada para o mar e o Clube Naval de Vila Franca do Campo já nos habituou a grandes feitos.

A entidade promotora da etapa mundial do Red Bull Cliff Diving, destaca-se agora, mais uma vez, pela vitória do campeonato nacional de cruzeiro com o seu veleiro Super Açor.

Ao Gonçalo Vaz Botelho e à sua equipa, ao Clube Naval de Vila Franca do Campo as nossas maiores felicitações pelo feito.

Deputada Marta Matos (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao Prémio Internacional que ganhou a Paisagem da Vinha do Pico.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Prémio Internacional da Paisagem da vinha do Pico

No passado dia 6 de setembro, os Açores e a Ilha do Pico, em particular, foi distinguida desta vez a nível Internacional, nomeadamente, na Alemanha, com o primeiro prémio na categoria de “Melhor Desenvolvimento de uma Paisagem Cultural de Relevância Europeia”. A Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, ganhou o *European Garden Award*, um prémio europeu que distingue políticas de preservação cultural e paisagística de grande relevância.

A atribuição deste prémio europeu à Ilha do Pico e aos Açores constitui uma expressão prática e o reconhecimento do quanto os Picarotos - homens e mulheres de “negro” - contribuíram e têm

contribuído para o sucesso da cultura da vinha, e da orientação estratégica que tem sido seguida pelo Governo dos Açores na preservação e salvaguarda dos valores naturais e culturais, assim como na qualificação da paisagem que colabora para a revitalização do território.

A Paisagem da Cultura da Vinha difere das restantes paisagens açorianas devido à presença marcante e constante da Montanha, à extrema pedregosidade do seu solo, à cor negra dominante e à diversificada vegetação natural.

Esta paisagem, caracterizada pelo reticulado de currais ao longo da costa, reflete bem a evolução histórico-cultural de cinco séculos de ocupação humana de um território isolado e repleto de constrangimentos físicos e naturais que levaram ao desenvolvimento de processos de adaptação da população ao meio.

Entre os elementos naturais e culturais que conferem a esta paisagem um carácter único e distintivo, encontram-se muros negros de pedra seca, casas de abrigo, maroiços e *descansadouros*, adegas, alambiques e armazéns, poços de maré, portos, rilheiras e rola-pipas, espaços edificados, solares e património religioso, geo e biodiversidade e manifestações socioculturais associadas às vindimas.

Depois de 200 anos de expansão da vitivinicultura, em meados do século XIX, as pragas do oídio e da filoxera levaram ao declínio da atividade, ao abandono das vinhas e à degradação da paisagem. As áreas de vinha foram substituídas por matos, por vezes de espécies

exóticas invasoras. A crise trouxe a emigração, o fracionamento das grandes propriedades e a degradação do património edificado. Perante o abandono e a falta de ordenamento, proliferaram as dissonâncias arquitetónicas.

Assim, tornou-se necessário intervir com os objetivos de salvaguarda dos valores naturais, paisagísticos e culturais, e de promoção do desenvolvimento sustentado e da qualidade de vida das populações.

Com o foco na recuperação e consolidação de uma paisagem vitícola viva e no resgate da respetiva relevância social e económica, o Governo dos Açores desenvolveu, desde 1996, um conjunto diversificado de políticas e medidas na área da Paisagem da Vinha, com destaque para a reabilitação da cultura da vinha, o restauro do património edificado e a promoção da sustentabilidade.

Desde 1996, está classificada como área de paisagem protegida, integrada no Parque Natural do Pico e na Rede de Áreas Protegidas dos Açores.

A extensão da área protegida e a sua inscrição como Património Mundial faz da Paisagem da Vinha do Pico um elemento de referência na estratégia de desenvolvimento sustentável do Governo dos Açores.

As políticas e medidas específicas desenvolvidas na Paisagem da Vinha foram essenciais para a salvaguarda dos valores naturais, paisagísticos e culturais desta paisagem, bem como para a promoção

do desenvolvimento sustentado e da qualidade de vida das populações.

O Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida é um instrumento fundamental na preservação e recuperação da paisagem e dos seus elementos fundamentais, pois estabelece um zonamento rigoroso de toda a área, em função dos vários níveis de proteção. O Plano fixou parâmetros exigentes e delimitou áreas naturais e de intervenção específica para a salvaguarda de habitats e espécies.

As medidas de apoio à reabilitação e manutenção da cultura tradicional da vinha em currais e à reconstrução de ruínas e correção de dissonâncias arquitetónicas foram determinantes no estancar do abandono e degradação da paisagem e no alavancar de processos de regeneração das áreas de vinha e dos núcleos costeiros edificados. O aumento da área de vinha implicou a recuperação dos muros de pedra e a remoção de espécies exóticas invasoras em áreas extensas.

A reconstrução e reocupação de imóveis públicos contribuiu, igualmente, para a recuperação de ambientes degradados, dando-lhes nova vida.

Com o retorno das pessoas à Paisagem da Vinha e a reintrodução de métodos tradicionais de uso dos solos, voltaram também as manifestações socioculturais associadas à atividade vitivinícola.

A atribuição deste Prémio Internacional é, também, uma valorização da estratégia pública que tem sido desenvolvida pelo Governo dos

Açores e pelo Município da Madalena com a eleição a Cidade do Vinho em 2017 e muito bem aproveitada pelos empresários do setor.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Já foram recuperados mais de 700 hectares de vinha desde 2009, o que demonstra bem a dinâmica local, a qual utiliza os mecanismos de incentivos que o executivo dispõe, potenciando a iniciativa empresarial e dando provas de como se pode inovar numa área com potencial, possibilitando a criação de emprego e de empresas.

O Laboratório Regional de Enologia, tem sido um instrumento fundamental no desenvolvimento da qualidade dos vinhos nos últimos anos, facultando análises e recomendações técnicas a título gratuito e que é exemplo da aposta do Governo dos Açores no desenvolvimento do setor. As mais de 40 marcas de vinho certificado pela CVR Açores que atesta a qualidade e genuinidade dos vinhos açorianos que são distribuídos por 21 agentes económicos, 12 dos quais da Ilha do Pico, é bem demonstrativo da confiança que o setor atravessa.

O reconhecimento da especificidade desta paisagem é mais uma conquista do Governo dos Açores, da Ilha do Pico, mas principalmente é mais uma conquista dos ‘Picarotos’. A paisagem que agora é distinguida resultou de um trabalho árduo, que desde há muitos anos tem sido levado a cabo pela força e pelo empenho dos muitos homens que de ruínas ergueram currais e que das dificuldades fizeram a sua força.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um voto de congratulação pelo prémio internacional alcançado na Alemanha "A Paisagem da Vinha do Pico", na categoria de "Melhor Desenvolvimento de Uma Paisagem Cultural de Relevância Europeia".

Desse voto deve ser dado o conhecimento à Secretaria Regional de Energia, Ambiente e Turismo à Associação de Municípios da Ilha do Pico e à Adega Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico.

Disse.

Horta, Sala de Sessões, 11 de dezembro de 2019.

Os Deputados: Mário Tomé, Marta Matos, Francisco César, José Ávila e Maria Isabel Quinto.

Deputados Francisco César e João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o grupo parlamentar do PSD associa-se ao voto apresentado.

É só mais uma etapa das várias conquistas até ao momento de vitória na área da recuperação das áreas de vinha e todo o património associado.

Relembramos que também aqui foram apresentados os votos, inclusive o PSD, sobre o prémio nacional. Já na altura as expectativas eram elevadas sobre a representação nacional neste prémio europeu e confirmou-se esta vitória.

É importante relembrar as potencialidades desta área numa base de valor cultural, o potencial económico e um produto turístico que se tem vindo a afirmar através do enoturismo.

É importante também fazer um balanço de uma primeira etapa que foi a classificação como património mundial, uma segunda etapa com programas do governo regional sobre a recuperação da zona de vinhas e a correção das dissonâncias, como foi lembrado e uma fase que estamos a atravessar que teve a ver com uma boa implementação de um programa através da organização no mercado do vinho, o VITIS, com fundos europeus, com uma boa legislação regional e que nos fez recuperar vastas áreas.

Uma palavra ao Gabinete da Paisagem Protegida da Vinha da Ilha do Pico que tem tido um papel importante de sensibilização junto dos empresários e junto da população e um bom desempenho que está claro com todos os prémios na representação a nível nacional e fora da Região.

É bom relembrar que estamos com uma área recuperada que representa 1/3 da possível recuperar, portanto há um longo trajeto a percorrer quando falamos na área classificada como património mundial e o aumento da produção implica obviamente, cuidados com

a promoção e a valorização deste produto que se elabora, digamos assim, se produz em condições muito específicas, com muita dependência de mão de obra e de um saber adquirido de séculos.

E portanto, o nosso voto é que se consiga encontrar a receita ideal entre a cultura, o ambiente e o desenvolvimento económico.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelo prémio “Melhor queijo 2019” atribuído ao queijo de São Miguel e queijo Ilha Azul.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PRÉMIO MELHOR QUEIJO 2019

ATRIBUÍDO AO QUEIJO “SÃO MIGUEL” E QUEIJO “ILHA AZUL”

A excelência de um produto mede-se pela satisfação do seu consumidor e pela disponibilidade em remunerar a sua qualidade e distinção.

No caso dos queijos, e no âmbito nacional, o concurso “Queijos de Portugal” voltou a realizar-se, em outubro de 2019, na sua 11.ª edição do concurso, promovido pela Associação Nacional dos Industriais dos Lacticínios (ANIL), e que contou com 210 queijos inscritos em 23 categorias, um número recorde de referências em concurso.

Além dos vencedores das 23 categorias, foram entregues 46 menções honrosas, anunciadas durante o evento Grandes Escolhas Vinhos & Sabores 2019, que ocorreu na Feira Internacional de Lisboa.

Os resultados do Concurso Queijos de Portugal 2019 decorreram de uma análise rigorosa, objetiva e técnica, em regime de “prova cega”, feita por 25 jurados.

O Concurso Queijos de Portugal nasceu, em 2009, para potenciar e dinamizar toda a indústria de queijo. Através desta competição, a ANIL pretende promover uma competição dinâmica, e estimular os produtores a inovar produzindo queijos, mais saborosos e mais bem trabalhados e despertar a atenção dos consumidores.

Os produtores de leite dos Açores, responsáveis por mais de 30% da produção nacional de leite, asseguram às indústrias da Região

Autónoma, a produção de mais de 50% da totalidade dos queijos produzidos em Portugal.

Constitui, sem dúvida, o resultado de uma especialização numa fileira que sustenta a economia dos Açores, com presença na diversidade das ilhas, em dimensão e de forma distinta, mas enriquecedora, com enorme potencial futuro e com valor acrescentado que todos deve mobilizar.

O “Queijo São Miguel, 9 meses de cura”, na Categoria “Ilha”, produzido pela UNILEITE, na Ilha de São Miguel, e o “Queijo Ilha Azul”, na categoria “Flamengo”, produzido pela CALF, na Ilha do Faial, passarão a exibir o Selo “Prémio Melhor Queijo 2019, Concurso Queijos de Portugal, o que constitui mais um fator de distinção e notoriedade junto do mercado global e especializado.

Os Açores, enquanto “Capital do Leite de Portugal” devem prosseguir a aposta na diferenciação e na diversidade da produção de queijos, nas diversas ilhas, na perspetiva de ganhar notoriedade internacional, mas, e, principalmente, na melhoria da sua cadeia de valor com conseqüente aumento do rendimento dos produtores de leite dos Açores e da competitividade da sua indústria.

Este Voto de Congratulação, a par de tantos outros atribuídos a produtos dos Açores, constitui uma singela homenagem aos agricultores e aos industriais que, em muitos casos, sujeitos às mais diversas adversidades e constrangimentos, distintos da realidade da União Europeia e num contexto ultraperiférico, conseguem obter o

Galardão que os distingue entre os maiores e os melhores do país e em mercados extremamente concorrenciais.

Os Açores têm muito a oferecer ao mercado mundial no âmbito da fileira da produção de leite e lacticínios diferenciados, ao reunirem as condições para o caminho da excelência e da notoriedade.

O percurso de sucesso dos queijos açorianos justifica a organização de um concurso de âmbito regional, que crie as condições de oportunidade e de participação que todos os queijos dos Açores merecem, com um júri de reconhecida idoneidade, e do qual pode resultar, por um lado uma maior valorização e notoriedade dos queijos regionais e, por outro, num percurso capaz de eleger a presença dos Açores no “World Cheese Awards”.

À UNILEITE e à CALF, aos seus dirigentes, técnicos e colaboradores e aos seus lavradores fornecedores de leite importa almejar os maiores sucessos futuros, alargados ao mercado internacional e a todas as indústrias e queijarias regionais.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela atribuição do Prémio Melhor Queijo 2019 ao Queijo São Miguel 9 meses de cura e ao Queijo Ilha Azul, do qual deve ser dado conhecimento formal, respetivamente, à UNILEITE e à Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019

Os Deputados, António Almeida, Carlos Ferreira, Luís Garcia, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros e Bruno Belo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Tiago Branco tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista naturalmente que se associa ao voto de congratulação apresentado pelo PSD, pelos prémios atribuídos ao queijo Ilha Azul e ao queijo São Miguel, no âmbito do concurso Queijos de Portugal 2019.

Referindo também igualmente a menção honrosa que foi atribuída nesse concurso ao queijo Capelinhos, também ele da Cooperativa Agrícola de Lacticínios da Ilha do Faial, sendo este mais um reconhecimento de todo o trabalho que é feito pelos industriais dos lacticínios dos Açores, por todos os trabalhadores, mas principalmente pelos nossos produtores que são eles a assegurar a qualidade dos nossos lacticínios e por essa via permitindo-nos distinguir no contexto nacional e internacional pela nossa qualidade.

Muito obrigado.

Deputada Maria Graça Silva e Deputado João Paulo Ávila (PS):

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é à Melloa de Santa Maria que foi distinguida como produto açoriano de qualidade.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

Deputada Elisa Sousa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Melloa de Santa Maria distinguida como “Produto Açoriano de Qualidade”

No passado mês de outubro decorreu, na Bermuda, a XXII Assembleia Geral do Conselho Mundial das Casas do Açores. Todos os anos as Casas dos Açores reúnem para fazer um balanço das atividades desenvolvidas e analisar os principais desafios e problemas que atualmente se colocam às comunidades açorianas da Diáspora. Durante esta Assembleia é, também, escolhido um produto que será distinguido como “Produto Açoriano de Qualidade”, sendo que este ano, o prémio foi entregue à Melloa de Santa Maria.

A Meloa de Santa Maria distingue-se de outros frutos da mesma categoria produzidos noutros locais pelas suas características. A sua coloração alaranjada, textura macia e sabor adocicado são próprias deste fruto, bem como, o seu aroma distinto. Estas características especiais são devido às condições climáticas, ao tipo de solo e do relevo da ilha. O facto de os produtores utilizarem métodos locais de produção e por terem amplo conhecimento do fruto também ajudam a acentuar as características da Meloa.

A atribuição deste prémio pelo Conselho Mundial das Casas dos Açores constitui um claro reconhecimento do esforço e dedicação de todos os envolvidos desde a produção até à exportação da Meloa.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação, do qual deverá ser dado conhecimento à Cooperativa de Produtores Agro-Pecuários de Santa Maria – AgromarienseCoop.

Obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019

Os Deputados, Elisa Sousa, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Bruno Belo e António Almeida.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A distinção da meloa de Santa Maria como produto açoriano de qualidade por parte da assembleia geral do conselho mundial das Casas dos Açores é de facto um reconhecimento à dedicação, ao empenho, ao trabalho de todos os produtores da meloa de Santa Maria, assim como por parte do trabalho de todos os dirigentes associativos da Associação Agrícola de Santa Maria e da Cooperativa Agromariense Cop.

A meloa da ilha de Santa Maria tem merecido nos últimos anos reconhecimentos pela sua qualidade, desde logo ao nível dos consumidores, mas também por parte das entidades certificadoras que tendo sido já classificado como produto de indicação geográfica protegida pelo cumprimento dos critérios muito rigorosos estabelecidos pela comissão europeia, assim como a classificação pela Região como produto Marca Açores.

Hoje a nossa meloa tem também outros produtos associados, nomeadamente as compotas da meloa de Santa Maria, que a sua qualidade é também reconhecida e que reflete bem o trabalho da Associação Agrícola e da Agromariense Cop. na necessidade e no empenho ao nível da diversificação desta cultura.

Também permitam-me realçar aqui o empenho do governo regional no apoio que tem sido realizado ao nível de todos os processos de certificação dos produtos que, diga-se em abono da verdade, nem sempre é reconhecido por parte das entidades locais ao nível das necessidades que tem estas associações.

O grupo parlamentar do Partido Socialista saúda assim todos os dirigentes e todos os produtores, essencialmente os produtores da meloa de Santa Maria e associamo-nos ao voto apresentado pelo PSD.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 34 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 06 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade à apresentação dos votos.

O próximo é de congratulação pela certificação dos Açores como destino turístico sustentável pelo Global Sustainable Tourism Council.

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

CERTIFICAÇÃO DOS AÇORES COMO DESTINO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL PELO GLOBAL SUSTAINABLE TOURISM COUNCIL

No dia cinco de dezembro de 2019, a Região Autónoma dos Açores voltou a fazer história, ao receber o certificado de destino turístico sustentável, com o grau Silver (prata), pelo Global Sustainable Tourism Council (GSTC).

Isso significa que os Açores foram a primeira região do país e o único arquipélago do mundo a receber esta distinção, o que coloca Portugal num grupo restrito de oito países, com regiões certificadas ao abrigo de elevados padrões globais de turismo sustentável.

Mas a verdade é que o processo de certificação começou em 2017, envolveu várias entidades e um rigoroso trabalho de auditoria e

avaliação no terreno, pela EarthCheck, entidade de referência internacional ao nível de benchmarking, consultoria e certificação em viagens e turismo.

Nos últimos meses, os Açores têm sido distinguidos por várias organizações internacionais, sendo considerados um dos melhores destinos entre os melhores do mundo, como exemplo de turismo de qualidade, atratividade e sustentabilidade.

Como exemplo deste reconhecimento internacional, destacamos as palavras de Luigi Cabrini, presidente do conselho de administração do Global Sustainable Tourism Council, que referiu e cito **“Os Açores são um exemplo da parte boa do turismo. Um arquipélago onde até a promoção do destino é feito tendo em conta o real valor da ilha, a cultura, o ambiente, as tradições, até a maneira de preparar queijos”**.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro, que seja aprovado um Voto de Congratulação pela Certificação dos Açores como Destino Turístico Sustentável, pelo Global Sustainable Tourism Council.

Que do presente voto, seja dado conhecimento à Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, à Associação de Municípios da RAA, à delegação da ANAFRE na RAA, ao Conselho Económico e Social da RAA, ao Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento

Sustentável, ao Comité do Destino Turístico dos Açores, ao Conselho de Administração do Global Sustainable Tourism Council e ao Governo Regional dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 11 dezembro de 2019.

Os Deputados, Bárbara Chaves, Francisco César, Carlos Silva e José Ávila.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD naturalmente associa-se a este voto de congratulação porque entendemos que tudo o que vem a classificar e a reconhecer o destino dos Açores de forma positiva, é bem vindo.

Mais ou tão importante como obter certificações é também importante conservá-las de forma a todos os que nos visitam e os açorianos desfrutem da forma plena do que os Açores têm para nos oferecer e também quem nos visite leve uma imagem positiva destas ilhas e promovam os Açores nos seus países de origem.

É importante que os processos de certificação sejam instrumentos de mudança e melhoria contínua da qualidade e esperamos que este processo seja dinâmico e que sejam implementadas medidas relevantes no âmbito dos parâmetros desta certificação.

Obrigado.

Deputados Luís Rendeiro e Marco Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PSD, refere-se aos 25 anos do Clube de Patinagem de Santa Cruz da Lagoa.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25.º ANIVERSÁRIO DO CLUBE DE PATINAGEM DE SANTA CRUZ DA LAGOA

O Clube de Patinagem de Santa Cruz da Lagoa, fundado a 21 de setembro de 1994, completou as suas bodas de prata.

Os êxitos obtidos ao longo destes 25 anos são verdadeiramente assinaláveis, não só coletivamente como individualmente pelos seus atletas.

Destacamos os vários resultados alcançados em Campeonatos da Europa, Taças da Europa e Campeonato do Mundo nas diversas disciplinas da patinagem e em vários escalões, o que tem proporcionado a alguns dos seus atletas várias chamadas à seleção nacional.

Desde 1999 tem conquistado a Taça do melhor Clube nos Campeonatos Regionais.

Em 2002 dá um grande passo na sua história, sendo o 1.º Clube Açoriano a participar na Taça de Portugal de Patinagem Artística.

Desde então participou em cinco Taças consecutivas, conquistando em 2006 o 3.ª lugar de entre 18 clubes participantes.

Em 2003, participou no Torneio Cidade de Ponta Delgada, ficando na 2.ª posição, num total de oito equipas, das quais três oriundas do continente, vencendo nos anos seguintes até 2006.

No Campeonato Regional de Patinagem Artística de 2008, alcançou o 1.º lugar na geral e tem representado os Açores nos Campeonatos Nacionais, em todos os escalões etários.

Na sua sétima participação na Taça de Portugal, conquistou uma honrosa 4.ª posição da geral.

Salientamos ainda a participação noutros eventos, como o “Torneio Internacional de Patinagem Artística de Moaña”, na cidade de Vigo, obtendo o 1.º e 2.º lugares no escalão sénior e o 7.º lugar nos infantis.

Em termos individuais e para mencionar apenas alguns exemplos, de entre os seus atletas, salientamos a patinadora Ana Vitória Soares,

que em 2008, no escalão de cadetes, foi Campeã Nacional de Patinagem Artística, e que na “Taça da Europa de Patinagem Artística” realizada em Itália, obteve o 4.º lugar.

Ainda em 2008 alcançou o 1.º lugar no “Campeonato Nacional Intercalar de Juvenis”, integrando depois a seleção nacional, participando no “Campeonato da Europa” que se realizou em Paris, no qual alcançou o 8.º lugar.

Mencionamos ainda o atleta Daniel Moniz que, com 17 anos de idade, foi 10.º classificado no Mundial que se realizou na China em setembro de 2017, integrando no ano seguinte a seleção nacional, participando no Campeonato da Europa que se realizou em França, alcançando o 11.º lugar.

Todos estes brilhantes resultados contribuíram para a escolha da cidade da Lagoa para realização do Campeonato da Europa de Patinagem Artística de 2018, com a participação de 300 atletas oriundos de 17 países.

É ainda de toda a justiça enaltecer o desempenho exemplar da Direção do Clube, presidida há mais de 20 anos consecutivamente pelo Sr. António Augusto Borges, e do seu treinador Sr. Geraldo Almeida Andrade, em funções há mais de 22 anos.

Pela sua história de sucesso, pelo seu percurso e pela importância que o seu exemplo representou e representa na vida desportiva e educativa dos Açores, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos

estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos 25 anos do Clube de Patinagem de Santa Cruz da Lagoa, do qual deve ser dado conhecimento à respetiva Direção.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019

Os Deputados, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros e Bruno Belo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação aqui apresentado pelo PSD, do 25.º aniversário do Clube de Patinagem de Santa Cruz da Lagoa, associamo-nos e realçamos efetivamente aquele que é o destacado palmarés que esta mesma entidade tem obtido e desta forma enobrece aquele que é o percurso da patinagem em São Miguel e muito em particular no concelho da Lagoa.

Queremos aqui destacar aquele que é o nosso enorme preito a todas as famílias, a todos os desportistas, assim como também aos dirigentes aqui na pessoa do Sr. António Augusto Borges.

Salientamos igualmente porque entendemos que é importante esta cooperação que existe entre as políticas desportistas que valorizam a prática desportista e é desta forma que o grupo parlamentar, com regozijo, se associa a este voto de congratulação.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se a Marco Cordeiro, que venceu concurso nacional de mecatrónico.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Marco Cordeiro vence concurso nacional de Mecatrónico

A 16 e 17 do passado mês de novembro, decorreu, em Palmela, no espaço “AutoEuropa”, a 4ª edição do concurso nacional de Melhor

Mecatrónico, sendo vencedor Marco Cordeiro, empresário açoriano, proprietário da empresa Engenhosos Desafios, Lda. – AUTO CORDEIRO, localizada na zona comercial dos Valados, freguesia de Relvas, Ponta Delgada.

Este concurso nacional é uma organização do Jornal das Oficinas, em conjunto com a Academia de Formação ATEC, ao qual podem concorrer todo e qualquer profissional ligado às áreas da mecânica e eletromecânica automóvel.

O concurso tem início alguns meses antes das provas finais, com a respostas a diversos questionários de cariz técnico, até serem apurados os oito melhores classificados.

No ano de 2019, concorreram a este concurso nacional mais de 300 candidatos.

O concurso consiste numa série de provas técnicas, anomalias mecânicas e elétricas, que são previamente originadas e estudadas pelo grupo de nove jurados avaliadores.

Após ter completado o 9º ano de escolaridade, Marco Cordeiro formou-se na então Escola Profissional de Capelas, na área de mecânica automóvel.

Foi colaborador em diversas oficinas da área da mecânica automóvel, tendo inaugurado a sua própria empresa em 2007.

A empresa Engenhosos Desafios, Lda. – AUTO CORDEIRO conta hoje com dez colaboradores.

Marco Cordeiro frequentou, ao longo dos anos, vários cursos de formação on line, obrigando-o a ser um autodidata, em parte devido à insularidade, tendo conseguido ser um dos pioneiros, nos Açores, em Pass Thru, uma funcionalidade que permite estabelecer uma ligação direta entre o veículo na oficina e o fabricante, de modo a instalar a versão mais recente do software das unidades de comando.

Marco Cordeiro ambiciona num futuro próximo envolver-se num projeto de formação de jovens na área da mecânica automóvel.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, nos termos regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um Voto de Congratulação a Marco Cordeiro, proprietário da empresa Engenheiros Desafios, Lda. – AUTO CORDEIRO, pelo prémio de Melhor Mecatrónico, no concurso nacional de 2019, do qual deve ser dado conhecimento ao próprio.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

Os Deputados, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Bruno Belo e Maria João Carreiro.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação apresentado pelo PSD ao empresário Marco Cordeiro que venceu o concurso nacional de mecatrónica.

Queremos aqui aproveitar este momento para felicitar o empresário por ter sido considerado o melhor nesta área ao nível de Portugal e que teve a capacidade de conjugar a mecânica e a eletrónica aplicada àquela que é a sua área de trabalho, muito em específico na freguesia da Relva.

Queremos aqui também destacar aquele que foi o percurso formativo deste empresário, como foi dito e muito bem, fez a sua conclusão de formação na Escola Profissional de Capelas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação a Dário Moitoso, campeão nacional de Trail.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

DÁRIO MOITOSO – CAMPEÃO NACIONAL DE TRAIL

O faialense Dário Moitoso sagrou-se, no passado dia 22 de setembro, Campeão Nacional de Trail ao vencer o Grande Trail Serra D'Arga, decorrido em São Lourenço da Montaria, em Viana do Castelo.

Atleta do Clube Independente de Atletismo Ilha Azul (CIAIA), Dário Moitoso classificou-se no 1.º lugar da Prova Longa tendo percorrido os cerca de 37 km em 3h26m42s, quase menos 5 minutos que o 2.º classificado.

Natural da freguesia da Praia do Norte, o corredor que tinha sido Vice-Campeão em 2018, alcança agora o objetivo principal e vence a prova de âmbito nacional, cinco anos depois de ter começado a praticar o desporto.

Já durante a semana passada, Dário terminou em 3.º lugar da geral na *Half Marathon Des Sables*, realizada no Peru, numa prova que acontece em pleno deserto e apresenta uma extensão de 120 Kms divididos por três etapas.

De entre os cerca de 500 atletas participantes, Moitoso foi o único português a participar e voltou a demonstrar o seu forte talento na modalidade.

O atleta de 26 anos continua assim a dar sequência ao percurso de sucesso que tem vindo a concretizar, tendo já vencido diversas

distinções competitivas nomeadamente a maratona do *Azores Trail Run* e o *Louzan Trail*.

Participou ainda nas edições do *Ultra Trail du Mont Blanc* em 2018 e 2019, em França, classificando-se, na primeira vez, em 9.º lugar na prova de 56,5km, tendo sido mesmo o primeiro português a cortar a meta e foi ainda o 6.º do seu escalão, tendo em 2019 melhorado a prestação ao alcançar um 7.º lugar da geral, numa competição que assegura maior mediatismo a nível mundial.

O atleta é, pois, um dos portugueses com melhor rendimento no *trail running*, marcando lugar no top 6 de atletas nacionais da *International Trail Running Association*.

Dário Moitoso continua assim a levar o nome do Faial e da Região Autónoma dos Açores aos palcos nacionais e internacionais do desporto, contribuindo para a crescente projeção do *Trail Run* enquanto atleta do Clube Independente de Atletismo Ilha Azul, instituição responsável pela organização do *Azores Trail Run*.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de dezembro, que aprove um voto de congratulação pelo título de campeão nacional de *trail* alcançado por Dário Moitoso, no Grande *Trail Serra D'Arga*, assim como pela sua prestação na *Half Marathon Des Sables Peru*.

Do presente voto deve ser dado conhecimento a Dário Moitoso, ao Clube Independente de Atletismo do Faial e à Associação de *Trail Running* de Portugal.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

Os Deputados, Tiago Branco, Francisco César, José Ávila e Maria José Quinto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente ao título de campeão nacional de Trail conquistado pelo faialense Dário Moitoso, o próximo voto de congratulação é do PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

TÍTULO DE CAMPEÃO NACIONAL DE TRAIL CONQUISTADO PELO FAIALENSE DÁRIO MOITOSO

O atleta Dário Furtado Moitoso, de 26 anos, natural e residente na ilha do Faial, tem projetado o nome do Faial e dos Açores na modalidade de *trail running*, atividade potenciadora de benefícios ao nível da promoção da saúde, ao nível da sensibilização para a preservação do meio ambiente e ainda ao nível da economia das nossas ilhas.

A primeira participação do atleta em provas desta modalidade ocorreu apenas no *Azores Trail Run* de 2014, mas o seu percurso tem sido ascendente e altamente meritório.

No corrente ano de 2019, pode destacar-se a participação de Dário Moitoso, enquanto representante da Seleção Nacional de Trail, no *Trilho dos Abutres*, realizado no mês de junho em Miranda do Corvo, prova em que alcançou o quarto lugar.

No mês de agosto, o atleta faialense foi o primeiro português a cortar a meta na prova dos 55 km, no *Ultra Trail do Monte Branco*, nos Alpes Franceses, prova rainha do trail mundial, tendo alcançado o 7.º lugar, duas posições acima do 9.º lugar de 2018, que já na altura havia sido a melhor classificação de sempre de um português nesta prova.

E no início de dezembro, Dário Moitoso foi o único português a participar na *Half Marathon Des Sables Peru*, uma prova de 120 kms divididos por três etapas, que decorre em condições extremas no deserto Ica, e na qual o atleta açoriano alcançou um honroso 3.º lugar, contabilizando 9 horas, 28 minutos e 54 segundos de prova.

O esforço, o trabalho árduo e as invulgares qualidades do jovem Dário Moitoso foram coroados a nível nacional no dia 21 de setembro de 2019, na prova longa do *Grande Trail de Serra D'Arga*, onde conquistou o título de Campeão Nacional de Trail.

Com o seu percurso ascendente e os resultados alcançados, consagrados no corrente ano com o 7.º lugar no Ultra Trail do Monte Branco, o 3.º lugar na *Half Marathon Des Sables Peru*, e o título de campeão nacional de trail, o atleta faialense Dário Furtado Moitoso tem prestigiado desportivamente, e projetado bem longe, a ilha do Faial e a Região Autónoma dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo título de campeão nacional de trail de 2019 conquistado pelo atleta faialense Dário Moitoso.

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento ao atleta Dário Moitoso, ao Clube Independente de Atletismo Ilha Azul (CIAIA), à Associação de Trail Running de Portugal, ao Conselho de Ilha do Faial e aos órgãos de comunicação social.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019

Os Deputados, Carlos Ferreira, Luís Garcia, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros e Bruno Belo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação, refere-se a Renato Costa, que se sagrou campeão nacional CLASSE A, na variante Low Kick.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Renato Costa sagrou-se campeão nacional classe A, na variante Low Kick

Renato Jonas Ferreira Costa, natural da freguesia de Arrifes, Ponta Delgada, venceu, no passado dia 2 de novembro, o campeonato nacional classe A, na variante Low kick, de kickboxing.

O atleta do Arrifes Kickboxing Clube, nasceu em 1980, é pintor de automóvel de profissão, iniciou a sua atividade desportiva em 2002, e

foi o primeiro açoriano a se sagrar campeão nacional classe A, na modalidade KICKBOXING/MUAY-THAI.

Renato Costa foi oito vezes campeão nacional de Kickboxing, nas suas várias variantes.

Conquistou quatro medalhas em competições internacionais, nomeadamente, em 2016, quando se sagrou campeão mundial de Light Contact, da World Kickboxing Federation, em Andrea, Itália, vice-campeão do mundo em Full Contact, no mesmo ano, medalha de bronze da International Sport Karate Association, em Atenas, no ano de 2017, e medalha de bronze pela World Association of Kickboxing Organizations, em representação da seleção nacional portuguesa, no ano de 2018, em Bratislava, Eslováquia.

O Arrifes Kickboxing Clube, fundado em 17 de julho de 2008, na freguesia dos Arrifes, concelho de Ponta Delgada, tem atualmente cerca de 200 atletas a praticar aquele desporto, divididos nas diversas classes de formação, nomeadamente cadetes, iniciados, juvenis, juniores, seniores e veteranos.

A classe mais jovem são os cadetes e iniciados, que vai dos cinco aos doze anos, e os veteranos são os atletas com mais de quarenta anos de idades desde a sua fundação, já passaram pelo Arrifes Kickboxing Clube mais de um milhar de atletas, espalhados pelos três núcleos do Clube - Lagoa, Ribeira Grande e Ponta Delgada e na sua sede nos Arrifes.

O Arrifes Kickboxing Clube, sob a distinta direção do Presidente, Nilton Silva, do Vice-presidente, Antero Silva e do Tesoureiro, Marco Raposo, conta com vários atletas campeões nacionais e com títulos internacionais, pois muitos deles têm sido convocados para integrarem a seleção nacional.

Assim, pelo que representa a consagração do atleta Renato Costa, do Arrifes Kickboxing Clube, como campeão nacional, classe A, na variante Low kick, de kickboxing, para a promoção do desporto junto das camadas mais jovens da população açoriana, e o trabalho deveras louvável desenvolvido pelo Arrifes Kickboxing Clube, o Grupo Parlamentar do PSD, nos termos regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um voto de congratulação ao Atleta Renato Costa e ao Arrifes Kickboxing Clube, do qual deve ser dado conhecimento aos próprios.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

Os Deputados, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros e Bruno Belo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação apresentado pelo PSD a Renato Costa que se sagrou campeão nacional na classe A, na variante Low Kick.

O grupo parlamentar do Partido Socialista felicita igualmente o desportista, no sentido daquele que tem sido o seu trabalho, o seu envolvimento e salienta aquele que também tem sido o seu trabalho, o seu envolvimento e salienta aquele que também tem sido o papel do Arrifes Kickboxing Clube.

É para nós bastante interessante ver todo aquele que tem sido o trabalho deste desportista.

Salientamos também aqui igualmente aquele que tem sido o envolvimento, desde logo financeiro, mas também em termos de infraestruturas das políticas públicas desportivas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se à representação de Portugal na Cimeira do Clima em Nova Iorque pela açoriana Rita Amaral.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Açoriana Rita Amaral em representação de Portugal na Cimeira do Clima em Nova Iorque

Sabemos que o clima da Terra sofre variações cíclicas há mais de 4000 milhões de anos, em intervalos que variam entre as dezenas de milhões de anos até aos milhares de anos. Na caminhada para a consciencialização da emergência climática e para interferência antropogénica no clima do planeta tiveram grande relevância os trabalhos de Arrhenius (1896), Callendar (1938), Plass (1950), Revelle e Suess (1957), todos eles fundamentais para o estabelecimento da base científica da interpretação do aquecimento global. Após a 2ª Guerra Mundial ficou claro que a acumulação do CO₂ antropogénico na atmosfera “se poderá tornar significativa nas décadas futuras se continuar o aumento exponencial da combustão industrial dos combustíveis fósseis” (Revelle and Suess, 1957). Agora, o grau de prioridade desta temática atravessa fronteiras e gerações, em particular, o mundo da investigação. Neste novo ciclo e patamar destacou-se, recentemente, uma investigadora açoriana.

Rita Oliveira Mota Amaral, tem 31 anos e é natural de Ponta Delgada. Concluiu em 2011, o Mestrado Integrado em Engenharia Civil, no Instituto Superior Técnico, da Universidade de Lisboa. Em 2017 doutorou-se em Engenharia Civil nesta reputada instituição, na especialidade de Gestão Hídrica e Saneamento com uma tese intitulada Gestão Ativa de Infraestruturas de Água (Water infrastructure asset management). Bolseira de Pós-doutoramento, colabora atualmente no projeto Lis Water (Lisbon International Centre for Water), promovido pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Este organismo é um centro de excelência sem fins lucrativos onde se investigam políticas públicas, nomeadamente, de regulação e gestão de serviços de águas e recursos hídricos associados.

No ano 2012, Rita Amaral concluiu ainda o Programa Geral de Gestão, na Lisbon School of Business & Economics, da Universidade Católica Portuguesa. A sua atividade investigativa é rica e diversificada. Colaborou no projeto de preparação da representação portuguesa nos diversos processos e iniciativas do Fórum Mundial da Água 2018. Apoiou a coordenação do Processo Regional Europa, da responsabilidade do Ministério do Ambiente de Portugal, com a coordenação da European Pact for Water. Foi consultora no desenvolvimento de diversos estudos e projetos, como por exemplo, planos estratégicos e operacionais de sistemas de abastecimento de água, estudos de avaliação do comportamento hidráulico de sistemas

de abastecimento de água e de drenagem, tratamento e rejeição de águas residuais.

Em 2016 foi-lhe atribuído o Prémio Jovem Profissional APESB 2016, órgão emissor do reconhecimento da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (Portuguese Association of Sanitary and Environmental Engineering).

É autora e coautora de mais de 30 publicações, incluindo relatórios técnico-científicos e artigos em revistas internacionais com arbitragem científica ou em atas de encontros científicos nacionais e internacionais.

No último mês de setembro, esta jovem investigadora açoriana representou Portugal na cimeira das Nações Unidas, em Nova Iorque, num encontro que discutiu medidas para proteger o nosso planeta, em particular, no domínio da redução das emissões de gases com efeito estufa. A Semana do Clima contou com a presença de líderes políticos e representantes de governos, também do Governo dos Açores, empresários e investidores mundiais, que reconhecem neste evento um espaço de partilha de conhecimento visando a concretização de melhores políticas perante os desafios dos problemas ligados ao ambiente e ao clima.

Rita Amaral foi a primeira representante nacional a fazer parte da delegação portuguesa na ONU ao mais alto nível, num fórum em que estiveram mais de 500 jovens, incluindo a jovem ativista sueca Greta Thunberg. Entrevistada por um órgão de comunicação social público

Rita Amaral afirmou que “os políticos de hoje teriam se ser corajosos e solidários” e “os jovens com dinamismo e energia ajudariam a acelerar este processo” e que se “envolveriam na gestão da água e do ambiente porque todos esforços contam”. Esta clarividência é bem demonstrativa do sentido de responsabilidade social desta jovem investigadora a par da sua inegável qualidade como profissional do setor. Por tudo isso, como açoriana que se afirma no mundo da investigação numa área emergente e crucial para o futuro do planeta é merecedora do apreço e congratulação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleias Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este voto de congratulação, dando conhecimento à investigadora, aos seus Pais e tio, o ex-Presidente do Governo Regional Dr. Mota Amaral, bem como ao organismo de ensino superior onde esta jovem açoriana e já prestigiada investigadora exerce o seu trabalho de pesquisa.

Horta, Sala das Sessões 11 de dezembro de 2019

Os Deputados, José Contente, Maria Isabel Quinto e Francisco César.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com muito gosto que o PSD Açores se associa a este voto de congratulação à investigadora açoriana Rita Amaral, que representou Portugal na Cimeira das Nações Unidas em Nova York, no passado mês de setembro, onde foram discutidas diversas medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Nós consideramos que este é o reconhecimento do seu mérito, do seu trabalho e da sua valia para a concretização de melhores políticas perante os desafios associados a uma das questões prementes nesta altura que são as alterações climáticas, que é um facto que muito nos orgulha.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação à plantação de ananases Augusto Arruda que venceu o prémio Mercúrio – Empresas com história.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Plantação de Ananases Augusto Arruda Vence “Prémio Mercúrio -Empresas com História”

Fundada no início do século passado, pelo empresário Augusto Arruda, esta empresa faz do cultivo do ananás, numa antiga quinta de laranjas, na freguesia de Fajã de Baixo, ilha de São Miguel, a sua principal atividade.

A Plantação de Ananases Augusto Arruda foi delineada, desde o início, não só para obter o melhor ananás, mas também, para ser visitada por turistas, privilegiando, assim, o seu “carácter demonstrativo”.

Na primeira metade do século passado, a Plantação Augusto Arruda foi um dos maiores exportadores de ananases para todo o mundo.

Após a 2ª Guerra Mundial, a empresa Plantação de Ananases Augusto Arruda foi “centrando a sua atividade no Turismo, mantendo uma atenção especial na preservação dos métodos originais de produção”.

Atualmente, esta empresa, que se mantém propriedade da família do seu fundador, é considerada um dos principais polos de atração turística nos Açores, sendo visitada todos os anos por milhares de turistas.

A Plantação de Ananases Augusto Arruda foi, recentemente, galardoada com o “Prémio Mercúrio”, na categoria Empresa com História.

O “Prémio Mercúrio – o melhor do Comércio e Serviços” é uma iniciativa da Confederação do Comercio de Portugal e da Escola de Comércio de Lisboa, que tem o alto patrocínio do Presidente da República” que, desde 2008, tem procurado identificar, reconhecer e premiar entidades e as personalidades que, em Portugal, e de forma consistente, contribuem para a valorização do Sector do Comércio e Serviços.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, nos termos regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um Voto de Congratulação à empresa Plantação de Ananases Augusto Arruda, pelo “Prémio Mercúrio – o melhor do Comércio e Serviços”, atribuído pela Confederação do Comércio de Portugal e da Escola de Comércio de Lisboa, do qual deve ser dado conhecimento à respectiva administração.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

Os Deputados, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Bruno Belo e António Almeida.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação aos atletas do Clube Karaté Shotokan de Rabo de Peixe, que conquistam medalhas de ouro, prata e bronze na 5.^a edição da Taça Internacional do Japan Karaté Shotokan.

Este voto é apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Atletas do Clube Karaté Shotokan Rabo de Peixe conquistam Medalhas de Ouro, Prata e Bronze na 5^a edição da Taça Internacional do Japan Karaté Shotokan

As medalhas de Ouro, Prata e Bronze conquistadas pelas atletas Matilde Medeiros, Isabel Medeiros, Simone Moniz e Raquel Carreiro, do Clube Karaté Shotokan Rabo de Peixe, na 5.^a edição da Taça Internacional Japan Karaté Shotokan, que teve lugar nos passados dias 23 a 25 de Agosto, em Dublin, Irlanda, representam o culminar de conquistas alcançadas, ao longo dos anos, em diversos torneios,

regionais, nacionais e internacionais, dos atletas do Clube Karaté Shotokan Rabo de Peixe.

Desde 2011 até ao presente, os atletas do Clube Karaté Shotokan Rabo de Peixe participaram em dois torneios internacionais, sete provas nacionais e em catorze campeonatos regionais.

O Clube Karaté Shotokan Rabo de Peixe é uma associação sem fins lucrativos, com sede na Vila de Rabo de Peixe, São Miguel, que tem como grande objetivo o desenvolvimento pessoal e desportivo dos jovens daquela Vila do Concelho da Ribeira Grande.

Atualmente, o Clube Karaté Shotokan Rabo de Peixe conta com quarenta e cinco atletas federados na Federação Nacional Karaté Portugal, em diversos escalões.

Fundado em 10 de março de 2010, o Clube Karaté Shotokan Rabo de Peixe tem desenvolvido um importante papel no que concerne a formação desportiva e, daí, no desenvolvimento da população jovem da Vila de Rabo de Peixe.

Assim, pelo que representa a conquista das medalhas de Ouro, Prata e Bronze pelas atletas Matilde Medeiros, Isabel Medeiros, Simone Moniz e Raquel Carreiro, na 5ª edição da Taça Internacional de Japan Karaté Shotokan, para a promoção do desporto junto das camadas mais jovens da população açoriana, e o trabalho louvável desenvolvido pelo Clube Karaté Shotokan Rabo de Peixe, o Grupo Parlamentar do PSD, nos termos regimentais aplicáveis, propõe a

aprovação de um Voto de Congratulação a estes atletas e ao Clube que representam, do qual deve ser dado conhecimento aos próprios.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019

Os Deputados, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Bruno Belo e Jaime Vieira.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Marta Couto tem a palavra.

(*) Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se naturalmente a este voto de congratulação pelos resultados brilhantes conseguidos pelas atletas Matilde Medeiros, Isabel Medeiros, Simone Moniz e Raquel Carreiro naquela que foi a 5ª edição da Taça Internacional de Japan Karaté Shotokan, felicitando e reconhecendo igualmente o Clube de Karaté Shotokan Rabo de Peixe pelo trabalho incansável que tem desempenhado junto da população de Rabo de Peixe e em especial junto das camadas mais jovens daquela vila.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pelo grande prémio de Literatura Biográfica da Associação Portuguesa de Escritores atribuído a Joel Neto.

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelo Grande Prémio de Literatura Biográfica da Associação Portuguesa de Escritores atribuído a Joel Neto

O romancista e colunista açoriano Joel Neto acaba de receber, na Casa dos Açores de Lisboa, o Grande Prémio de Literatura Biográfica da Associação Portuguesa de Escritores, pelo primeiro volume do seu diário “A Vida no Campo”, por decisão unânime do júri, composto por Artur Anselmo, Cândido Oliveira Martins e Paula Mendes Coelho.

“A Vida no Campo”, editado em 2016 pela Marcador, foi escolhido entre 51 títulos admitidos a concurso de escritores portugueses, publicados em primeira edição, entre 2016 e 2018, nos domínios da biografia e autobiografia, de memórias e diários, tendo já sido

adaptado ao teatro e encenada por Luísa Pinto e levada à cena em diversos palcos do país.

O Grande Prémio APE, patrocinado pela Câmara Municipal de Castelo Branco, premeia, assim, uma obra autobiográfica que retrata o dia a dia do autor no Lugar dos Dois Caminhos, freguesia da Terra-Chã, concelho de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, para onde se mudou em 2012 e onde, desde então, tem dado à literatura regional e nacional algumas das melhores obras do século XXI português.

Nascido em 1974, na ilha Terceira, Joel Neto foi estudar Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em Lisboa, aos 18 anos. Terminados os estudos, passou década e meia a trabalhar como repórter, editor e chefe de redação na maior parte dos grandes jornais e revistas portuguesas, tendo voltado aos Açores para se dedicar à literatura.

Autor de cerca de dezena e meia de livros de géneros diferenciados, foi com o primeiro romance totalmente escrito na Terra-Chã, “Arquipélago”, de 2015, que Joel Neto subiu ao patamar dos melhores autores nacionais da atualidade, ultrapassando as fronteiras da ilha e levando os Açores e a vivência açoriana a todo o país e a toda a Diáspora.

Ao agora premiado “A Vida no Campo”, seguiu-se o romance “Meridiano 28”, de 2018, igualmente bem acolhido pela crítica, e o [segundo volume do seu diário, com o nome “A Vida no Campo: Os](#)

Anos da Maturidade”, que transporta, novamente, o leitor para o universo ilhéu e para o Lugar dos Dois Caminhos.

Joel Neto, que colabora com a RDP-Antena 1 e publica crónicas no “**Diário de Notícias**”, “**O Jogo**”, “**Jornal de Notícias**”, “[Diário Insular](#)” e “**Açoriano Oriental**”, foi recentemente responsável, com Catarina Ferreira de Almeida, pela produção e argumento do excelente documentário “O Caminho de Casa”, realizado por Arlindo Horta, com o apoio da Fundação Luso-Americana, e que se centra no impulso de regresso a casa sentido por açorianos (e portugueses) de diferentes origens geográficas, sociais e culturais.

Contudo, é sobretudo na escrita que Joel Neto pega nas palavras e as usa a seu bel-prazer, acabando por no-las oferecer, prenhes de conteúdo e de emoções, relatando o amor (ou a falta dele) como poucos e fazendo de improváveis personagens o centro de toda a ação. É em torno da própria ilha Terceira, por exemplo, que gira toda a ação de “Arquipélago” e dificilmente se encontrará na literatura açoriana melhor convite turístico do que este, narrado pela personagem José Artur Drumonde: “- Estou aqui ainda não há um ano e já os vi fazerem desfiles do Bodo, marchas de São João e corridas de toiros, em praças e nas ruas. Já tentaram pôr-me a rimar, já me obrigaram a ter rebuçados num cestinho, para distribuir no Pão-por-Deus, e já me cruzei com festivais de quase tudo: jazz, rock, folclore, cinema, literatura. Ofereceram-me postas de carne e bolos de massa sovada, pelo Espírito Santo. Há festas em Angra e na Praia da Vitória,

festas pelas freguesias e até no mato, às vezes seis ou sete em simultâneo. Guardam-se dias especiais para os Amigos e as Amigas, os Compadres e as Comadres. Há feiras e demonstrações de tudo o que te possas lembrar, até de motards, e os aniversários, os casamentos e os batizados são pouco menos que uma obsessão. É uma alegria. E é também uma tristeza, mas uma tristeza a que se tenta resistir com alegria. Perdoam-te tudo, menos que rejeites um convite.”

As obras de Joel Neto são um irrecusável convite à leitura e ao conhecimento desta Região e ousamos dizer, sem receio de errar, que quando as gerações futuras estudarem a literatura açoriana, o nome de Joel Neto surgirá na companhia dos de Nemésio e João de Melo, como exemplo máximo da “açorianidade”.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2019, a aprovação de um Voto de Congratulação ao escritor Joel Neto, pela atribuição do Grande Prémio de Literatura Biográfica da Associação Portuguesa de Escritores.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento a Joel Neto, e à Associação Portuguesa de Escritores.

Tenho dito.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019

Os Deputados, Fátima Ferreira, Mónica Rocha, Francisco César, António Parreira, José Ávila e Maria Isabel Quinto.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação também se refere ao vencedor do grande prémio de Literatura Biográfica da Associação Portuguesa de Escritores a Joel Neto.

É apresentado pelo PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Joel Neto – Vencedor do Grande Prémio de Literatura Biográfica da Associação Portuguesa de Escritores

O livro **A Vida no Campo**, de Joel Neto, venceu o Grande Prémio de Literatura Biográfica da Associação Portuguesa de Escritores (APE).

O galardão foi atribuído por unanimidade a esse livro, editado em 2016.

A Vida no Campo é um relato do autor sobre a sua mudança para o campo, mais concretamente para o lugar de Dois Caminhos, na freguesia da Terra Chã, ilha Terceira, e a experiência de vida que daí resultou. Como diz o escritor Afonso Cruz: «A escrita de Joel Neto é uma varanda para a paisagem que a interpreta e a faz florir.» Já para João de Melo «Será difícil, e talvez inútil, rotulá-lo quanto à sua filiação literária, tanto nos Açores como no continente», salientando que «A única evidência, e sobretudo a mais natural, é a da sua pertença à grande literatura portuguesa. Ponto final.»

Sobre o livro, atualmente em terceira edição, escreveu o crítico e poeta Pedro Mexia, no “Expresso”: «A escrita é concisa, cuidadosa, composta palavra a palavra, sob pressão, de uma tranquilidade melancólica, atenta às mutações, aos hiatos, ao que fica do que passa. (...) A Vida no Campo é um "poema à duração". Um elogio da transmissão geracional, das boas pessoas, dos objetos herdados, da felicidade pela agricultura, do viver habitualmente. A Terra Chã desenha-se como uma hipótese de salvação pela Humanidade comum.»

A Vida no Campo mereceu dois programas radiofónicos na TSF, ambos com a assinatura de Fernando Alves, e foi adaptado ao teatro, com dramaturgia do próprio autor, em conjunto com Catarina Ferreira de Almeida, tradutora e também sua mulher. O espetáculo,

uma coprodução Companhia Narrativensaio/Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão, percorreu o país, contando com encenação de Luísa Pinto e interpretações de António Durães, Filipa Guedes e Fernando Alves.

Joel Neto é um romancista e colunista que nasceu (1974) na ilha Terceira, e se mudou para Lisboa aos 18 anos, para estudar Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Depois de década e meia de trabalho como repórter, editor e chefe de redação na maior parte dos grandes jornais e revistas portuguesas, voltou à ilha natal em 2012, determinado a dedicar-se inteiramente à literatura. Vive desde então na Terra Chã, na companhia da mulher, a tradutora Catarina Ferreira de Almeida, e de dois cães, cuidando de uma horta, um pomar e um jardim de azáleas, rodeado de toda uma panóplia de vizinhos de modos simples e vocação filosófica.

Colunista de alguns dos principais jornais nacionais, nomeadamente “Diário de Notícias” e “O Jogo”, publica regularmente em revistas e antologias literárias portuguesas e estrangeiras.

Escreveu uma dúzia de livros dos mais diferentes géneros e destacou-se em especial com Arquipélago (romance, 2015), A Vida no Campo (diário, 2016) e Meridiano 28 (romance, 2018), bem acolhidas pelos leitores, a crítica e os media.

Tem livros e/ou contos publicados em países como Reino Unido, Espanha, Itália, Polónia, Brasil ou Japão.

Como realçou Vamberto de Freitas, «A obra de Joel Neto é já uma confirmação faulkneriana de que um pequeno e delimitado território natal é o único espaço essencial a uma outra grande arte literária.»

Assim, pelo que representa a atribuição do Grande Prémio de Literatura Biográfica da Associação Portuguesa de Escritores, ao escritor Joel Neto, para a promoção da Literatura e Cultura açoriana, o Grupo Parlamentar do PSD, nos termos regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um voto de congratulação ao escritor Joel Neto, do qual deve ser dado conhecimento ao mesmo.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

Os Deputados, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros e Bruno Belo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se ao Terra Nostra Garden Hotel, vencedor do “Prémio Leitor”, do Grupo Condé Nast Johansens.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Terra Nostra Garden Hotel vence “Prémio Leitor”, do Grupo Condé Nast Johansens

A Sociedade Terra Nostra, fundada na década de 30 do século passado, pelos empresários Agnelo Casimiro, Augusto Arruda, Francisco Faria e Maia, Francisco Medeiros e Vasco Bensaúde, tinha como grande objetivo a promoção da ilha de São Miguel como destino turístico, no exterior.

Com a construção do Hotel Terra Nostra, projeto da autoria de Manuel António Vasconcelos, e do Casino, este empreendimento turístico, inserido no Parque Terra Nostra, na freguesia de Furnas, recebeu, ao longo dos anos, diversas personalidades do mundo das artes e dos negócios, provenientes da Europa e da América.

Situado no Vale das Furnas, o Terra Nostra Garden Hotel foi submetido a grandes obras de remodelação, passando o hotel de 4 estrelas, e é hoje colocado entre os melhores hotéis nacionais.

O Terra Nostra Garden Hotel, propriedade do Grupo Bensaúde, foi recentemente galardoado, em Londres, com o “Prémio Leitor” do Grupo Condé Nast Johansens, uma referência mundial nos guias de viajantes, no sector do turismo de luxo.

Já em 2017 o Terra Nostra Garden Hotel, havia sido distinguindo, pelo mesmo Grupo Condé Nast, com o galardão de “Best Countryside Hotel”.

Estes prémios atribuídos ao Terra Nostra Garden Hotel é o reconhecimento do empenho do Grupo Bensaúde e dos seus colaboradores na promoção dos Açores no turismo de qualidade a nível nacional e internacional.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, nos termos regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um Voto de Congratulação ao Terra Nostra Garden Hotel pelo “Prémio Leitor” do Grupo Condé Nast Johansens, do qual deve ser dado conhecimento ao Conselho de Administração do Grupo Bensaúde.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2019.

Os Deputados, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros e Bruno Belo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Eduarda Pimenta tem a palavra.

(*) **Deputada Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do Partido Socialista associa-se naturalmente ao voto apresentado pelo grupo parlamentar do PSD enaltecendo o esforço, empenho e dedicação de todos os profissionais que direta ou indiretamente levaram o Terra Nostra Garden Hotel, ao longo dos últimos anos, a que tenha arrecadado tão galardoados prémios, no âmbito nacional e internacional, os quais os furnenses já se habituaram, tal como acontece, com o prémio de Leitor.

É de salientar ainda que o Terra Nostra Garden Hotel é uma mais valia para a freguesia de Furnas a diversos níveis, essencialmente a nível turístico, económico e primordialmente pela beleza interior e exterior, exterior sim pela beleza única do seu parque e das suas piscinas de água férrea.

Disse.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos encerrar então para o almoço.

Regressamos com a Agenda às 15 horas.

Eram 13 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos então continuar os trabalhos onde terminámos ontem à noite. Estávamos no âmbito do Ponto 4 – **Projeto de Resolução n.º 103/XI – “Criação e implementação de um Sistema Regional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral para cobertura integral do Território”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Tínhamos ainda uma inscrição, tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dando continuidade à discussão iniciada ontem, gostaria de recordar o seguinte: a iniciativa ora em discussão, foi apresentada na Assembleia em 6 de junho de 2008 e foi apresentada em comissão na CAPAT no dia 9 de julho de 2018. Nessa medida, se a iniciativa é extemporânea – que é a versão da Sra. Secretária e com o acordo da bancada do Partido Socialista – significa que quer as diligências aprovadas em 9 de julho de 2018 e toda a concretização das

diligências também foram extemporâneas naquilo que é a visão do Partido Socialista, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Bem visto!

O Orador: ... ou seja, no dia 22 de novembro a CAPAT deslocou-se a Lisboa, teve uma audição com a Ordem dos Advogados, com a Ordem dos Notários, com a Sra. Secretária de Estado do Ordenamento do Território e portanto, nesse momento, de acordo com a vossa versão atualmente, essa iniciativa era extemporânea ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Gastar dinheiro à Região com uma coisa extemporânea!

O Orador: ... e portanto, todas as diligências subsequentes foram extemporâneas – nós não concordamos – na nossa opinião não é verdade porque achamos que não há um plano, agora quem entende que há um plano e que já havia um plano, tudo o que foi feito foi extemporâneo e portanto, essa é uma questão essencial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se era extemporânea a iniciativa, aquilo que se esperava dos seis deputados do Partido Socialista, no dia 9 de julho na reunião da CAPAT quando foi apresentada a iniciativa, tomassem uma posição no sentido de dizer: “não faz sentido aprovar diligências porque o Governo já tem um plano e esse plano é exatamente aquilo que consta da parte resolutiva desta iniciativa” e portanto, havendo um plano não fazia sentido nenhum aprovar quaisquer diligências,

com exceção eventualmente de chamar a Sra. Secretária que faria sentido ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem visto!

O Orador: ... e portanto, significa ainda que os sete deputados do Partido Socialista na comissão, os que estavam na apresentação e depois nas várias deslocações, incluindo o Sr. Deputado José Contente que conhece essa matéria e que nessa apresentação do dia 9 de julho tive oportunidade de fazer um elogio ao trabalho que tinha feito enquanto secretário das obras públicas, nessa matéria, significa que nessa altura desconhecia que o governo tinha um plano relativamente ao cadastro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se tivesse conhecimento desse plano também tinha votado contra as diligências e portanto, este é um aspeto essencial e que levanta aqui novamente a questão de que a iniciativa por ser do PSD levanta dúvidas, aliás o atual líder do Partido Socialista, o líder da bancada do Partido Socialista, na altura, ou numa fase posterior como presidente da CAPAT também participou em diligências em Lisboa relativamente a iniciativas que haviam sido aprovadas na comissão e portanto, há aqui uma responsabilidade e há aqui uma inversão de posição do grupo parlamentar do Partido Socialista ...

Deputado Carlos Silva (PS): Inversão é do PSD!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não há inversão nenhuma!

O Orador: ... que é incoerente porque aquilo que nós propusemos é uma resolução no sentido do governo desenvolver um plano e na nossa opinião e apesar da audição da Sra. Secretária, com toda a consideração, entendemos que as medidas anunciadas no dia 21 de março de 2019 na sua audição, o Sr. Diretor Regional do Ambiente, na nossa visão não são um plano, na medida em que não há uma definição exata, não há um documento apresentado, aliás desafiei a Sra. Secretária na altura que apresentasse esse plano, entretanto passaram quase nove meses, teve oportunidade de apresentar um documento escrito, isso sim, para nós seria um plano, com os objetivos, com o timing e com os meios afetos. Aliás, também é estranho que o Sr. Secretário Berto Messias, durante esse período, não tenha informado os deputados do Partido Socialista que o governo tinha outro plano e portanto, era perfeitamente extemporâneo todo o tipo de diligências efetuadas pela CAPAT.

A questão, e terminando de uma forma construtiva, é quase um apelo à Sra. Secretária: aquilo que anunciou, aquilo que são os seus objetivos, na nossa visão, também com toda a humildade, não é o que os açorianos precisam, não é o sistema de cadastro que é bom e que é útil para os Açores.

Essa é a nossa visão e há questões essenciais, aquilo que se espera de um sistema de cadastro é que o Estado, neste caso a Região, possa prestar um serviço às populações, possa prestar informações relativamente por exemplo, quando o processo estiver concluído – a

Sra. Secretária diz que se iniciou em 2016, passaram três anos – quando o processo estiver concluído, naquilo que é o vosso plano,

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ...era importante perceber se qualquer açoriano de uma ilha que não tenha cadastro, tirando os quatro concelhos de Ponta Delgada, se tiver dúvidas sobre o perímetro e os limites da sua propriedade, se a secretaria ou o Estado. tem essa informação para prestar aos privados, independentemente daquilo que anunciou ontem, que cada um dirá no sistema quais são os limites. Não, nós queremos é que seja o Estado que diga quais são os limites da propriedade de cada um. Só assim é que se evita o litígio que é o grande problema. Na nossa opinião e na opinião de peritos que temos aqui várias opiniões que dizem que o sistema não funciona exatamente por isso. É caro, é evidente, mas não é um investimento para um ano, é um investimento para cinco, seis, sete anos, aquilo que a secretaria entender e o desafio que faço, e já termino Sra. Presidente, faltam seis meses para terminar o seu mandato, não sabemos quem é que se seguirá no governo da Região, não interessa aqui, mas deixava a oportunidade em seis meses de repensar aquilo que tem planeado e deixar como legado um plano que verdadeiramente pudesse no futuro, com consistência e idoneidade, nessa matéria, servir os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é que é construtivo!

Deputado Carlos Silva (PS): Ontem foi destrutivo, hoje já é construtivo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para o debate.

Passo a palavra agora à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No final do dia de ontem, no debate sobre este tema, a defesa deste projeto de resolução esgotou os seus argumentos e entrámos em novas áreas, mas sem a mínima sustentação. Falamos, inclusivamente, de sistemas de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais, que como os srs. deputados deviam saber, apenas exige uma inscrição matricial, que nada tem a ver com o cadastro.

Mas já que estamos a falar deste tipo de incentivos gostava de vos dar nota que se queremos invocar este tema aqui então vamos até ao fim e vamos dar nota que é um tema que muito nos orgulhamos, é um tema que permitiu que desde 2016, onde os apoios nesta matéria andavam na ordem dos 400 mil euros, terminássemos este ano com uma perspetiva de pagar mais de 1,6 milhão de apoio, portanto foi um péssimo exemplo, onde nós estamos de facto muito bem e que nem

tem nada a ver com questões de cadastro. Foi infeliz, mas é assim mesmo quando não há mais argumentos para defender as questões.

Relativamente ao pedido da Sra. Deputada Graça Silveira, para tentar dar mais algumas informações sobre aquilo que estamos a fazer porque naturalmente esta Assembleia compreende questões complexas, como é óbvio, por isso partilho convosco mais alguns detalhes daquilo que efetivamente está a ser feito, alguns deles repetidos ontem, mas que é importante termos presente.

Estamos a falar de um projeto com o custo estimado na ordem dos 500 mil euros, estamos a falar de um projeto com o grau de fiabilidade muito bom porque os projetos são sempre validados individualmente, mas para mais detalhe gostava de vos dar nota de que esta área do cadastro passou para a Direção Regional do Ambiente com o início desta legislatura, portanto no final de 2016 e logo no início de 2017 entendemos, como todos nesta Casa julgo que entendem e as pessoas que foram ouvidas, os peritos, especialistas pela Comissão, que esta de facto é uma matéria de primordial importância e não podemos mais passar tempo sem que esta seja uma questão resolvida. Já antes, entre 2012 e 2018, foi efetuada vectorização, ou seja, passar para formato digital aquilo que existe apenas em papel de toda a informação constante no cadastro geométrico, da propriedade rústica dos quatro concelhos de São Miguel onde este vigora, bem como

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Afinal vai fazer aquilo que nós propomos!

A Oradora: ... dos dados daquilo que tinha sido feito já, relativamente a Santa Maria.

Entre 2017 e 2018 adquirimos imagens de satélite de todas as ilhas, com uma resolução espacial de 30 cm para produção dos ortofotomapas que serviram de base à identificação dos prédios e ao carregamento através da plataforma de informação cadastral da respetiva representação gráfica georreferenciada dos prédios.

Em 2018 foram também adquiridos vários equipamentos por utilização dos trabalhos de campo, designadamente um drone e vários tablets, bem como computadores, impressoras e leitores do cartão de cidadão para os balcões de apoio que existirão em todos os serviços de ambiente por todas as nossas nove ilhas.

Em 2018 e sempre dentro da candidatura que foi referida ontem por várias vezes ao FEDER, na sequência da vectorização da informação do cadastro geométrico procedeu-se à uniformização de toda a informação à criação das respetivas bases de dados que alimentarão a plataforma de informação cadastral e desenvolveu-se também a respetiva estrutura BackOffice.

Já este ano procedeu-se ao desenvolvimento das aplicações e estrutura de visualização desta plataforma de informação cadastral, esta é uma plataforma que será intuitiva, vocacionada para o uso do cidadão permitindo a pesquisa de informação predial e o ponto de

situação dos processos cadastrais, bem como o carregamento da representação gráfica georreferenciada dos prédios, permitindo um conjunto de recolha exaustiva de dados, metódico, atualizado, caracterizador e identificador das propriedades existentes no território garantindo assim que de uma forma atualizada e imediata, cada cidadão possa aceder à plataforma e consultar ou alterar a respetiva informação predial. Mas tendo em conta que nem todos os cidadãos têm o mesmo acesso e a mesma facilidade às plataformas informáticas a Direção Regional do Ambiente terá em todas as ilhas um apoio com equipamento disponível para o acesso à plataforma e técnicos formados que prestarão apoio necessário a todos os cidadãos que assim o permitam e uma vez que esta plataforma vai permitir ao cidadão juntar informação topográfica da sua responsabilidade com representação georreferenciada dos prédios, estamos também a articular com a Associação Nacional de Topógrafos de forma a que sejam feitas formações específicas para a Região Autónoma dos Açores de forma a termos técnicos qualificados para o mesmo em todas as restantes ilhas.

Gostava também de referir ou de realçar, porque foi referido ontem, que este projeto implica a caracterização de todos os prédios, sejam urbanos e rústicos, identificando os seus limites, bem como os seus proprietários ou titulares de direitos e efetuar a natural e importante associação com os respetivos dados existentes no registo e matriz predial.

Deputado Bruno Belo (PSD): A noite foi muito boa conselheira!

A Oradora: Neste momento temos já pronto o diploma que regula toda esta matéria para poder entrar em discussão pública até ao final deste ano e gostava também de referir, em resposta àquilo que o PSD à bocadinha manifestava como preocupação, além deste método acessível a todos os cidadãos, está também prevista a possibilidade de o requerente poder solicitar a verificação de conformidade do seu terreno, caso existam diferendos. Está também prevista na proposta que vai entrar em discussão pública a possibilidade de haver uma composição administrativa de interesses, como é natural, no caso em que haja dúvidas relativamente aos limites e às extremas de cada um dos prédios.

As bases de dados estão concluídas, o visualizador da plataforma será concluído 30 dias após aprovação da proposta de DLR pelo Conselho de Governo, de forma a contemplar também as alterações que possivelmente possam vir a ser introduzidas.

Neste momento, também gostava de partilhar convosco, estamos a ultimar um protocolo com a Associação de Modernização Administrativa por forma a que a autenticação dos acessos à mesma seja feita através do sistema Chave Móvel Digital e portanto, em termos de timings significa isto que teremos o DLR em discussão pública até ao final deste ano, na proposta de DLR consta a isenção de emolumentos para estes atos durante um período de três anos, que

se espera que seja o prazo durante o qual os cidadãos se sintam naturalmente incentivados a fazer o registo dos seus prédios.

Para terminar gostava de deixar uma reflexão, uma última nota que ao longo do debate sobre este tema, a defesa deste projeto tem deambulado entre referir que o Sinergic é apenas um pormenor que consta nos considerandos do projeto, ou então que afinal, se calhar é mesmo uma forma e o futuro que devemos seguir nesta matéria, sem sequer chegar à definição clara daquilo que pretende.

Da nossa parte sabemos muito bem qual é o caminho a seguir e é esse mesmo que seguiremos.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó João Vasco, afinal tudo o que disseste ontem estava errado!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Deputada Independente):** Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de um esclarecimento à Câmara por parte, tanto do deputado Francisco Coelho que era presidente da CAPAT quando esta iniciativa deu entrada e depois do deputado Francisco César, porque segundo parece a CAPAT fez não só uma, mas duas viagens ao continente no âmbito desta iniciativa e quando esta iniciativa deu entrada se era extemporânea, se o governo já tinha um sistema mais barato, mais fácil, mais tudo, a que respeito é que os deputados desta

Casa vão duas vezes a Lisboa no âmbito desta iniciativa para a implementação da mesma ? E portanto, eu acho que esta Câmara carece de um esclarecimento, que isto acabou de ser denunciado por parte do Sr. Deputado António Vasco Neto Viveiros.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Querem que conte a história toda? Não vai correr bem para o PSD!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Conta, conta!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Dois ou três breves esclarecimentos, aliás nesses honrosos tempos, verdadeiramente, em que eu era presidente da CAPAT e as coisas mudam tanto – era nos tempos em que a Sra. Deputada Graça Silveira também era do CDS – ...

Deputado Carlos Silva (PS): E não foi a Lisboa!

O Orador: ... eu gostava de dizer sobre isso o seguinte: aliás não foi caso único, nós tivemos e também respondendo ao sr. deputado António Vasco Viveiros, porque às tantas, como bem lembrou a Sra. Secretária, o PSD resolveu entrar em questões de forma e de secretaria e por alguma razão foi, mas é bom esclarecer isso, é que eu fiquei com a ligeira impressão, mas provavelmente erradamente, que o PS e o presidente da CAPAT, concretamente este presidente da

CAPAT, estão sendo postumamente criticados por terem aprovado as diligências da oposição e do PSD. Nós gostamos tanto dessa crítica, v. exas. elogiam-nos todos os dias o nosso sentimento democrático, a nossa forma como lidamos neste Parlamento, nas comissões a que presidimos, no plenário, na Mesa e nós ficamos sempre comovidos. A verdade é que nós pensamos assim, como nós não temos à partida ideias fechadas ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ora bem!

O Orador: ... quando surge uma proposta da oposição, mesmo do PSD, nós consideramo-la de boa fé e fazemos as diligências e aprendemos com essas diligências e até tínhamos a esperança que o PSD também aprendesse com essas diligências e na sequência disso tivesse apresentado alterações à sua proposta de resolução. Tal, infelizmente, não aconteceu e portanto, nós fazemos diligências para sermos esclarecidos e tomamos as nossas conclusões e infelizmente v.exas. não tomaram e isso entristece-nos também porque como tivemos oportunidade de dizer recentemente noutra debate, nós estamos verdadeiramente preocupados em combater o insucesso escolar ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vê-se pelos resultados!

O Orador: ... sras. e srs. deputados, portanto é bom que com as diligências todos nós aprendamos, nós aceitamos as diligências da oposição, aprendemos com elas e fazemo-la refletir neste debate e infelizmente o PSD, pelos vistos, não fez isso e à falta ou à míngua de

mais argumentos por não ter percebido a mudança de paradigma; por não ter percebido a relevância do comércio jurídico de pôr de pé a interoperabilidade; de também nós participarmos, embora a competência seja nacional, ...

Deputado César Toste (PSD): Vai a Lisboa e a proposta tem que vir de cá?

O Orador: Ó sr. deputado César Toste a minha intervenção está a incomodá-lo?

Deputado César Toste (PSD): Está!

O Orador: Ah, é uma pena! Mas então inscreva-se, sossegue essa sua impetuosidade tão exibicionista e fale a seguir e nós vamos cuidar muito da sua intervenção, que é uma palavra que lhe é muito querida, portanto eu agora continuo se me dá licença, sr. deputado César Toste e haja saúde, ...

Deputado César Toste (PSD): E paciência!

O Orador: ... muita saúde e muita paciência, sr. deputado.

O que eu queria dizer, sras. e srs. deputados, para concluir é que nós aprendemos e nós aprendemos a importância da interoperabilidade entre as duas plataformas, a importância de nós também participarmos na questão do prédio único, que é uma competência nacional mas que diz respeito a todo o território nacional e também às regiões autónomas e estamos trabalhando para que isso seja efetivamente uma realidade.

Não esperávamos, termino como comecei, sermos criticados pela oposição por ao nível parlamentar aprovarmos diligências da oposição.

Sra. deputada Graça Silveira louvo-lhe a generosidade, imitando um bocadinho o sr. deputado Paulo Estevão, de ser o segundo bombeiro voluntário do PSD, mas nesta matéria enganou-se um “poucoquinho”

.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros...

Calma, primeiro o sr. Deputado António Vasco Viveiros pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, portanto é a ele que tenho que dar a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Tem a ver com as declarações do Sr. Deputado Francisco Coelho.

Presidente: Sr. Deputado só uma pergunta, o sr. quer fazer uma interpelação à Mesa?

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Quero fazer uma interpelação sobre as declarações do sr. deputado Francisco Coelho.

Presidente: Mas em que sentido?

Sras. e Srs. Deputados ...

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** A interpelação é à Mesa. As afirmações que eu fiz não correspondem àquilo que disse o

sr. deputado Francisco Coelho porque não estava sala e queria ter oportunidade de esclarecer aquilo que disse.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, mas isso é uma interpelação ou um pedido de defesa da honra!

Presidente: Mas Sr. Deputado António Vasco Viveiros ...

Sras. e Srs. Deputados, ainda agora começámos.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros percebo a sua intenção, mas na figura regimental da interpelação à Mesa e uma vez que o PSD já não tem tempo, não poderá usá-la para esclarecer aquilo que aconteceu durante o debate, portanto, quando muito poderá solicitar uma transcrição do diário para que seja distribuído.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Graça Silveira pede a palavra para?

Uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (Deputada Independente):** Sra. Presidente para me defender porque fiz uma pergunta que acho que é legítima e fui atacada por parte do sr. deputado Francisco Coelho a chamar-me “bombeiro do PSD”.

Presidente: Sra. Deputada usou corretamente a figura regimental, a Mesa não chamou a atenção do interveniente porque efetivamente estamos no âmbito do debate político e portanto, foi durante o debate político que foram feitas afirmações...

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Deputada Independente*): Primeiro começa por dizer que eu já não sou do CDS, não é legítimo, nem ele pode fazer essas afirmações...

Deputado Francisco César (*PS*): Não é Deputada do CDS!

Presidente: Ó Sra. Deputada Graça Silveira no âmbito da figura...

Sras. e Srs. Deputados...

No âmbito da interpelação à Mesa a Sra. Deputada questionou a Mesa porque é que não interveio perante as afirmações, eu justifiquei a ação da Mesa ...

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Deputada Independente*): Não, não, não, não, eu pedi para eu me defender. Não sei se me percebeu bem.

Presidente: Mas ou usa a figura do protesto ou usa a figura da defesa da honra. Não há outra forma.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Deputada Independente*): Protesto, eu pedi uma interpelação para explicar o que é que queria fazer, queria protestar em relação às declarações...

Presidente: Não, a sra. não disse que queria protestar, a sra. disse que se queria defender e aí não posso fazer outra interpretação das suas palavras.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Deputada Independente*): Não? Ah eu peço desculpa.

Não, não, quero protestar.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Mas está a protestar por chamar de bombeiro voluntário?

Presidente: Um protesto às afirmações do Sr. Deputado Francisco Coelho.

Tem a palavra. Dispõe de três minutos.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Deputada Independente*): Muito obrigada pela sua paciência e pela sua pedagogia, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Deputada Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em primeiro lugar o Sr. Deputado Francisco Coelho como é hábito quando se sente apertado começa as suas intervenções a disparar e a minorizar os outros deputados desta Casa, que às vezes até faz com alguma graça – verdade seja dita – e com sentido de humor que até lhe reconheço ...

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Apertado salvo seja!

A Oradora: ... agora, não lhe admito dizer que era do tempo em que o sr. era presidente da CAPAT e eu era do CDS. Eu não estou sentada na bancada do grupo parlamentar do CDS, mas eu continuo a ser CDS e vou continuar a ser CDS enquanto assim o partido o permitir.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Ponto dois perguntar legitimamente aos presidentes da CAPAT, porque não é só ser presidente das comissões, as decisões

que se tomam enquanto presidente e em última instância é responsável e tem que prestar contas das decisões que toma aos deputados e a quem os elegeu porque se o sr. vem dizer que é uma questão de aprendizagem, foi de uma enorme bondade ter aceite as diligências do PSD, quando já chumbaram outras diligências por muito menos, irem duas vezes a Lisboa para aprender que afinal...

Presidente: Sra. Deputada....

A Oradora: ... a iniciativa era extemporânea, devo-lhe dizer que são decisões que saem muito caras aos açorianos e os srs. tem que ...

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira está no âmbito do protesto às afirmações que lhe foram feitas.

A Oradora: ... e para lhe dizer que pelo facto de fazer esta pergunta, podia ter sido a bancada do PSD a fazê-lo, podia ter sido a bancada do PS ou do Bloco de Esquerda, a minha pergunta seria a mesma. Eu não estou aqui a funcionar de bombeiro coisíssima nenhuma, até porque uma deputada sozinha não precisa de ir apagar o fogo de uma bancada de 19.

Muito obrigada.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco Coelho para o contraprotesto tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um breve esclarecimento na sequência da intervenção da sra. deputada Graça Silveira.

Em primeiro lugar: o que eu quis deixar claro foi a minha estupefação por aquilo que me pareceu ser uma parte da intervenção do sr. deputado António Vasco, mas que não tenho dúvidas nenhuma que foi a intervenção da sra. deputada Graça Silveira de criticar a CAPAT e presumo que o presidente da CAPT, ...

Deputada Graça Silveira (*Deputada Independente*): Não critiquei. Pedi esclarecimentos!

O Orador: ... embora as decisões na CAPAT sejam tomadas por maioria – acho eu – relativamente ao facto de nós termos aprovado um conjunto de diligências, designadamente da oposição e designadamente do proponente nesta matéria, neste caso do PSD.

Aprovámos e acho que fizemos muito bem porque nós temos por hábito na CAPAT, ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*): Tinham! Agora já não têm!

O Orador: ... ontem como hoje e nas outras comissões, de aprovar todo o conjunto de diligências que achemos úteis para o esclarecimento das questões, independentemente de já sabermos que esta competência era regional e que devia ser prosseguida como foi pelo Governo Regional dos Açores, mas o âmbito da resolução era e devia ser mais lato do que isso e foi exatamente o que nós percebemos dessas diligências é que se levantavam um número de

questões a que a resolução não sendo alterada, acabou por não corresponder e acabou por não aproveitar aquilo que foram os resultados dessas diligências.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Foi isso, sra. deputada que eu quis dizer. De resto também quero esclarecê-la do seguinte, as minhas intervenções e o meu estilo são o que é. Eu ainda me lembro de algumas vezes – não vou dizer porquê –, de v. exa. ter gostado de algumas das minhas intervenções, quando criticava no debate democrático alguns deputados desta Casa, que por acaso não se sentam muito longe de si, que por acaso ainda hoje não se sentam muito longe de si, mas sobretudo ...

Deputada Graça Silveira (Independente): E disse que tinha sentido de humor!

O Orador: ... quero lhe dizer uma coisa, sra. deputada, apelando à sua inteligência: naturalmente v. exa. percebeu que eu quando a chamei “segunda bombeira voluntária do PSD” era no sentido figurado político e não queria ofendê-la e quero deixar uma coisa absolutamente clara, sra. deputada, não queria ofendê-la a si naturalmente, nem quero ofender os Bombeiros Voluntários dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem então agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero dizer que em relação a esta polémica da minha parte os princípios são muito claros, é que as comissões decidem ouvir quem muito bem entendem e depois chegam às respetivas conclusões, o facto de as audições serem aprovadas em comissão, nada tem a ver com a orientação de voto ou as perspetivas que cada partido tem em relação a esta matéria, é perfeitamente legítimo. O o que é ilegítimo é precisamente o contrário, que é por exemplo a audição que nós pedimos em relação à demissão do ex-presidente da SATA e há razões que levaram a essa demissão, que o Partido Socialista não tenha aprovado e não tenha autorizado que essa audição se fizesse, portanto que fique muito claro – como não pode deixar de ser em qualquer Parlamento do mundo – que em relação às audições, as audições não significam nada em termos de perspetiva ou de opinião à partida, dos respetivos grupos e representações parlamentares.

Também devo dizer ao sr. deputado Francisco Coelho que nós tivemos aqui uma crítica recente, não quero reeditar e não quero colocar v. exa em frente a um espelho ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não, não! Até porque depois vimos o resultado na República!

O Orador: ... devido a essa polémica, não quero reeditar essa questão, mas quero lhe dizer, sr. deputado Francisco Coelho, eu tomo as posições que tomo, tem a ver com aquilo que são os meus princípios e a minha opinião sobre cada um dos temas, muitas vezes voto documentos que são apresentados pelo governo ou pelo Partido Socialista, se eu concordo voto favoravelmente, isso a mim não me inibe, aliás, é utilizado até como arma de arremesso pelo facto de v.exas. dizerem: “mas o sr. aprovou isto ou aprovou aquilo”, se eu concordo aprovo, é tão simples como isso. Portanto, sou absolutamente livre, já o mesmo não pode v.exa. dizer porque v.exa. faz parte dos bombeiros aí do seu grupo parlamentar porque eu tenho a certeza que em muitas das questões em que v.exa. se levanta para votar contra, ou que v.exa. fica sentado para votar a favor, eu tenho a certeza, porque o conheço e conheço o seu percurso, que v.exa. não está de acordo com muitas dessas coisas...

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso é muito arriscado, Sr. Deputado!

O Orador: ... e portanto, muitas vezes v.exa. é o bombeiro de serviço e eu lamento que seja o bombeiro de serviço contra as suas convicções ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Olhe que não!

O Orador: ... algo que não acontece a este deputado que se senta aqui deste lado porque eu digo-lhe uma coisa, respondo sempre às minhas convicções, àquilo que eu penso, seja qual for o partido que o apresenta e neste caso – não quero gastar, quero ficar com tempo para responder a v.exa. – , considero que a iniciativa do PSD é uma iniciativa válida.

V.exas. não apresentaram nenhum argumento que me fizesse mudar de opinião.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Apresentámos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Depois de uma manhã improdutiva, dedicada a votos, impedindo este Parlamento de discutir políticas interessantes e a questão política dos Açores ...

Deputado Luís Maurício (PSD): É preciso alterar o regimento

O Orador: ... é verdade sr. deputado, estou à sua espera para quando quiser alterá-lo – e portanto, podemos falar quando v.exa. quiser sobre esperas ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Ó, sobre esperas!

O Orador: ... e portanto, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Sempre a considerá-lo!

O Orador: ... sempre a considerá-lo sr. dr.

Depois num assunto que foi aqui rotulado de importância primordial para a Região Autónoma dos Açores, e é, andamos aqui em “fedivers” a ver quem é que apaga fogo e quem é o bombeiro maior aqui dentro e portanto, lamento profundamente que se tenha enveredado e quero centrar o debate na questão que é importante para os açorianos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ora bem!

O Orador: ... e é por isso que eles querem saber porque é que estamos aqui e não sobre questões de “bombaria” como se diz na Terceira.

Sra. Secretária Regional se “quando a esmola é grande, o pobre desconfia” quando ela é pequenina o pobre fica triste e portanto, se uma custa 10 milhões de euros, a sua custa 500 mil e portanto há aqui qualquer coisa que “não bate a bota com a perdigota” e é preciso que a sra. explique bem o que é que se está aqui a passar para eu, simples deputado que não sou especialista versado nessa matéria, perceber. Porque parece que o que aconteceu de ontem para hoje foi que caiu um anjo sobre os Açores, inspirou v.exa. e veio aqui dizer o que não disse ontem da apresentação do diploma.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Esse anjo milagreiro fez um radar e uma amostragem de todos os terrenos e terriolas da Região Autónoma dos Açores e a sra. vem aqui e expeliu-as todas aqui com uma dimensão de 30 cm e portanto, Sra. Secretária, é preciso explicar bem, para nós nos

entendermos. É que eu não percebo, eu perguntei ontem e a sra., enfim, depois foi pedir esclarecimentos ao grupo parlamentar do PSD, que não os tive, mas realmente fico com dúvidas sobre aquilo que a sra. acabou de dizer, como é que da noite para o dia a sra. chegou aqui com uma solução milagrosa ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Já foi dito ontem!

O Orador: ... quando ontem não foi capaz de contrariar os argumentos do PSD que foram aqui apresentados e portanto, nós para decidirmos o nosso sentido de voto numa matéria muito importante é preciso também saber ... a sra. não vai fotografar a minha casa, a quem é que vai fornecer esses mapas? Esses mapas que confidencialidade é que vão ter? E portanto, isto não é um assunto que se trate aqui com uma leviandade de vir aqui, eu ponho um drone aí em cima a tirar fotografias a vocês todos e ver quantos de vocês têm piscinas em casa. Não é verdade, Sra. Secretária? E depois a sra. vem invadir a privacidade da propriedade privada urbana que não o pode fazer de ânimo leve e portanto, vamos lá ver o que é que a sra. está aqui a fazer e o que é que esse anjo milagreiro ontem lhe disse que a sra. tinha que fazer. Uma coisa é catalogar propriedades rústicas que não estão identificadas, outra coisa é vir catalogar a propriedade privada de cada um, que são as suas residências. E essas cartas vão ser dadas a quem? Postas numa plataforma?

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro): Já lhe respondo!

O Orador: E eu vou lá e carrego...olhe isto é a casa do dr. Luís Maurício com aquela piscina faustosa que ele tem e aqueles grelhadores que ele tem lá em casa e essas coisas todas; olhe isto é a casa do deputado Paulo Estevão, coitadinho, este tem um curralinho ao lado, até doou uma coisa para o museu, coitadinho é um pobre ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não, não! Ele já doou!

O Orador: ... Ó Sra. Secretária vamos aqui ver se nós... O sr. também tem uma casinha com piscina, é sr. deputado? Está aflito?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Há plataformas gratuitas que já dizem isso!

O Orador: Isto é como na Páscoa, as que tiverem o símbolo do PS não fotografam, portanto é como na Páscoa, as que tiverem lá o símbolo do cordeiro, passam sempre e portanto, as que tiverem batizadas com a rosa, pronto. As que tiverem uma rosinha à porta do quintal passam, as que tiverem ... rosa mau, laranja bom e portanto, citando aqui e portanto, as que tiverem o símbolo do PPM é para cortar, não é? As do PSD, arrasa! As do CDS umas sim, outras não. Há umas que podem arrasar que não faz mal nenhum, é limpar também ...

(Risos da câmara)

O Orador: ... e portanto, vamos embora Sra. Secretaria, eu até lhe digo onde é que a sra. deve arrasar, se a sra. quiser, eu até explico essas coisas todas.

E portanto, sra. secretária, passando do bombeiro ao humor, vamos passar à seriedade e vamos conversar seriamente sobre aquilo que a sra. quer fotografar em minha casa. Pode ser?

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem! Até merecias palmas!

O Orador: Bata-me palmas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga!

O Orador: ... estou solidário consigo, estou solidário na parte em que acha que este debate devia estar mais centrado na substância do que na forma, mas compreenderá a minha pobre posição, passado um ano de viuvez da CAPAT, ser acusado de aprovar diligências do PSD, tive que me defender, compreenderá.

Gostava de dizer, aliás num tom muito sereno, sem qualquer tipo de espelhos, sobretudo depois do resultado das últimas eleições da República, designadamente nos Açores, ao sr. deputado Paulo Estevão e relativamente à sua intervenção que relativamente à

primeira parte, o sr. deputado Paulo Estevão devo dizer, não me causa aliás problema nenhum, que concordo com a análise lúcida e democrática que ele fez daquilo que deve ser a aprovação das diligências num parlamento democrático, como tem sido muitas vezes, e comprovadamente neste caso, por parte do Partido Socialista e que a decisão naturalmente de boa fé e na lógica das coisas virá depois, como efetivamente aqui aconteceu. Também gostava de dizer ao sr. deputado Paulo Estevão, que embora sendo uma crítica política, não é propriamente uma ofensa, nem uma tentativa disso, dizer que o sr. deputado tem a generosidade que eu lhe reconheço e às vezes com algum mérito, eu atrevo-me mesmo a pensar que algumas vezes com muita utilidade de ser o bombeiro do PSD. V.exa., naturalmente, tem o direito político de escolher com quem é que se quer aliar ou com quem é que se quer apoiar, eu limito-me sr. deputado Paulo Estevão, a fazer essa constatação reconhecendo embora, repito, que v. exa. sendo um, consegue ser, às vezes, muito útil, muito útil. Relativamente à questão, já mais arriscada, permita-me sr. deputado Paulo Estevão, sobre os meus problemas de consciência relativamente a ser um, num partido grande, eu queria-lhe explicar-lhe o seguinte: eu sei que v.exa. não tem a graça de saber isso o que é, v. exa. não sabe nos Açores o que é a emoção de um congresso, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): É verdade!

O Orador: ... mas eu gostava de lhe dizer o seguinte e digo-lhe com toda a sinceridade, a questão de sermos únicos e sermos muitos num

grande partido como o Partido Socialista, levanta, naturalmente, algumas dificuldades, alguma compatibilização, algum percurso de afinamento democrático, mas vou-lhe garantir com comprovada experiência de vida e de militância, sr. deputado, é uma grande honra, um enorme prazer e uma grande emoção sermos únicos entre muitos e conseguirmos conciliar posições a favor dos Açores ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... e dos açorianos num grande partido como é o Partido Socialista dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, cá está v. exa. a servir de bombeiro porque v. exa neste momento a técnica que utilizou ...

Deputado Francisco César (PS): Contrafogo!

O Orador: ... é o contrafogo porque claramente a vossa argumentação ficou transformada em cinzas porque como é evidente os srs. não conseguem explicar porque é que estão em desacordo com esta proposta e depois de não conseguirem explicar porque é que estão em desacordo com esta proposta anunciaram basicamente que vão fazer aquilo que o PSD está a propor, e portanto, v. exa aqui o que encontrou foi um corta-fogo e portanto, encontrou aqui também um momento de distração ...

(Aparte inaudível)

O Orador: ...é um contrafogo, foi isso que eu disse da primeira vez, da segunda vez enganei-me, admito, mas a primeira vez era isso. Mas o que é que v.exa. está aqui a fazer? Está a distrair este hemiciclo, está a divergir, está aqui a servir todas as técnicas de bombeiro e outras coisas que para não me zangar com v.exa. não vou aqui citar outras distrações e outros papeis que v. exa está aqui a desempenhar. Portanto o que lhe tenho a dizer é que v.exa. já conseguiu que se fizessem três ou quatro intervenções sobre algo que não está centrado no assunto para tentar retirar o governo dos problemas em que está e o que eu pergunto à bancada do Partido Socialista é se tem algo a dizer em relação à matéria em concreto e em particular, em relação a v.exa. se também tem alguma coisa a dizer em relação a esta matéria em concreto ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Já dissemos mas vamos repetir para V. Exa.!

O Orador: ... porque é isto que nós estamos a discutir, fundamentalmente v.exa. o que tenta é distrair, divergir, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Já dissemos aqui várias vezes!

O Orador: ... tenta encontrar aqui uma forma de o debate não se realizar e devo-lhe dizer que tive o imenso prazer de realizar um congresso há muito pouco tempo.

Deputado Francisco Coelho (PS): Clandestino?

O Orador: O PPM tem congressos há quase tanto tempo como o Partido Socialista, a única diferença é que o primeiro que nós fizemos foi em Portugal, em 1974, o vosso foi na Alemanha e portanto, foi em território estrangeiro, portanto nós estamos aqui há muito tempo e devo-lhe dizer que ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... vamos persistir enquanto o povo nos permitir que nos sentemos aqui a defender os nossos ideais e é isso que nós fazemos com toda a convicção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou também o seu tempo para o debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estevão eu percebo que v.exa....

Mas isso é um bom sinal, prefiro falar e voltar à substância do diploma do que falar nos congressos do PPM.

Referiu-me alguns congressos nacionais, tenho conhecimento. Eu estava-me a referir, sr. deputado, em nome da autonomia, de que v.exa. também é um defensor, e eu acredito que seja, não me falou dos congressos do PPM Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Temos seções!

O Orador: Vamos para já relevar, “atrás de tempo, tempo vem”, nós não perdemos a esperança e aliás D. Sebastião ainda não voltou, mas foi rei. Mas sobre a substância nós estamos perfeitissimamente à vontade, nós queremos é falar da substância, sr. deputado, nós queremos dizer que é fundamental aproveitar a regionalização da competência nesta matéria conseguida nos tempos do então secretário, José Contente; que nós na sequência das últimas leis nesta matéria de 2017 e 2019, queremos agarrar como competência própria a georreferenciação e o cadastro simplificado; que nós já temos, cumprindo e abraçando as nossas competências, uma plataforma pronta a funcionar regional para prosseguir este desiderato; que nós queremos, para além disso também, que haja interoperabilidade entre essa plataforma e a plataforma nacional; que nós queremos que aquilo que depende da República, designadamente ao nível do comércio jurídico e do prédio único, também abranja os Açores e que nós participemos, não só como fornecedores dessa informação e da sua atualização, mas também como gestores desse processo e que o

prédio único também chegue aos Açores. Nós sabemos, depois das diligências que o PSD propôs e que nós de boa fé aprovámos e que em nome da democracia e do bom funcionamento desta Casa e da profundidade do trabalho desta Casa voltaríamos hoje a aprovar que estas questões são importantes e sobretudo que estas questões não estão refletidas, nem originariamente, nem supervenientemente na resolução que o PSD aprovou e por isso esta é a nossa posição.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: É a terceira vez que nós, pelo menos, explicamos isso para além do governo, espero que esta Câmara tenha ficado a este respeito suficientemente esclarecida.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

O PS também esgotou o tempo para o debate.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (Deputada Independente): Vou fazer um elogio ao Deputado Francisco Coelho por ter assumido sozinho as dores da bancada!

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começava por agradecer a questão colocada pelo sr. deputado Artur Lima que eu acho que é de enorme pertinência. Perceber se claramente as grandes diferenças entre aquilo que o projeto resolução do PSD trouxe aqui e aquilo que tem vindo a ser desenvolvido, desde 2017, pelo Governo Regional dos Açores. Aquilo que o PSD trouxe aqui e que ainda não se conseguiu decidir se sempre é para ser, se não é para ser, se é só no preâmbulo, se é nos considerandos, mas há de chegar lá, eu acredito que chegue lá...

Deputado Luís Maurício (PSD): A senhora já percebeu! Quer lhe que faça um desenho? A senhora tanto percebeu que de ontem para hoje até sonhou, porque aquilo que disse ontem não corresponde ao que diz hoje. Olhe, teve um sonho feliz!

A Oradora: ... a grande diferença entre aquilo que é supostamente proposto que é o SINERGIC e que foi descontinuado no continente, como souberam entretanto, mas que não assimilaram, foi descontinuado precisamente porque exige em termos de recursos – como não perceberam, mas entretanto acredito que percebam – foi descontinuado no continente porque exige em termos de recursos, levantamento ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

Deputado Luís Maurício (PSD): A Sra. Secretária de voz tão altiva já percebeu!

Presidente: Srs. Deputados...

A Oradora: Não considerando a falta de respeito institucional que acabou de ter, continuava referindo que ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Ah! E senhora tem?! Desde logo, usar o tempo regimental para falar sozinha quando os outros não têm tempo!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Ontem não respondeu nada!

A Oradora: ... é bom que se perceba nesta Casa que a proposta que o PSD trouxe é uma proposta descontinuada porque implica um levantamento muito semelhante àquele que se tentou durante 200 anos e que nunca se conseguiu porque implica levar pessoas para o terreno de forma exaustiva, de forma manual a fazer levantamentos, por isso sim tem um custo extraordinário, desmesurado e desnecessário. Podemos e devemos nós, hoje, com base nas tecnologias que temos ao dispor, nomeadamente em fotografias de satélite com elevado pormenor, no caso em concreto as adquiridas têm um pormenor de 30 cm, permite-nos ter como base essas fotografias que constroem ortofotomapas, através dos quais as propriedades serão muito mais facilmente identificadas. Não significa isto, e respondendo ao PSD, que em caso de dúvidas não se possa ir ao terreno com os topógrafos e os proprietários para retirar as dúvidas que forem necessárias portanto, nunca isso esteve em questão.

Porque é que a diferença é tão grande em termos de investimento? É porque uma não usa aquilo que a tecnologia hoje nos dispõe e que

permite facilitar em termos de trabalho e poupar também, naturalmente em termos de investimento, o que está aqui em questão. Era uma dúvida essencial e uma dúvida muito importante que fique esclarecida para a votação do que temos aqui em causa. Um está ligado a 200 anos de tentativa de fazer o que quer que seja, nunca conseguidos. Pilotos em freguesias em concelhos muito específicos que mostraram isso mesmo, que não conseguimos generalizar a todo o país essa abordagem e portanto, o país partiu e nós também já tínhamos partido para um regime mais simplificado, mas que não pede rigor e dá resposta a esta grande questão de termos um cadastro na Região atualizado e disponível.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Catarina Furtado para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda ontem quando referi que a Sra. Secretária tinha faltado à verdade ...

Deputado Francisco César (PS): É uma interpelação à Mesa?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Vamos permitir pelo menos que a Sra. Deputada diga algumas palavras para eu perceber se é uma interpelação ou não à Mesa.

A Oradora: Tem a ver com a entrega de documentos.

Posso?

Ainda ontem quando referi à Sra. Secretária que ela tinha faltado à verdade quando disse que tinha entregue ao CRADS o diploma e que ele tinha merecido do CRADS - o Conselho Regional de Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável – um parecer positivo, a Sra. Secretária desafiou-me a provar e, portanto, é precisamente isso que eu vou fazer, vou fazer chegar à Mesa aqui a cópia da página n.º 10 do relatório e parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, da audição da Sra. Secretária do dia 6, em que ela refere ...

Presidente: Sra. Deputada, não pode ler o que está escrito.

A Oradora: É uma pena. Já agora vou pedir também alguma urgência na transcrição do debate do Plano e Orçamento porque parte das referências ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... e parte do que eu disse que a Sra. Secretária tinha referido vai constar obviamente do Diário das Sessões. Portanto, para

já vamos fazer chegar esta página à Mesa e depois faremos chegar, quando tivermos o Diário das Sessões, à Mesa para ser distribuído pelos Deputados.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar;

Secretário: O projeto de resolução foi rejeitado com 29 votos do Partido Socialista, tendo votado a favor 19 deputados do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e a Sra. Deputada Independente.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Entramos agora no Ponto 5 da nossa Agenda - **Projeto de Resolução n.º 150/XI – “Recomenda ao Governo Regional a eliminação da valorização energética por incineração na ilha de São Miguel na próxima revisão do PEPGRA”**, apresentado pela representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Alerto a Câmara que foi entregue à Mesa e distribuído por todos uma substituição integral deste projeto de resolução, é sobre ele que

incidirá o debate e também será esta proposta de substituição integral que será votada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O ambiente e a qualidade ambiental destas nove ilhas tem de ser preocupação transversal em todas as políticas públicas.

Mais do que a ação individual, é a ação de todos e todas enquanto comunidade catapultada por políticas públicas, que realiza as mudanças necessárias para salvar o planeta e a vida que nele habita.

É hoje por isso consensual entre quem se preocupa com o futuro da humanidade e não coloca apenas o interesse económico imediato em primeiro lugar, que a utilização de matérias-primas, a começar pelos combustíveis fósseis, mas não só, tem de ser drasticamente reduzida.

São necessárias alterações na formas de produção e nas relações de produção.

Como caminhos para esse objetivo surgiram os conselhos de economia circular e a estratégia de “zero resíduos”.

Hoje, com a tecnologia atual e com um forte investimento, é possível reduzir a utilização de matérias primas, reutilizando, recuperando e reciclando, materiais e energia com perdas residuais, ou seja, é possível atingir algo próximo de uma economia circular, esse é um passo de que a humanidade precisa.

Se queremos manter o planeta vivo - porque não há efetivamente planeta B - temos de seguir este percurso nas matérias primas.

Serve esta introdução para referir aquelas que são, atualmente, as políticas convencionais ao nível europeu no que diz respeito à gestão de resíduos.

Políticas que têm o acordo da generalidade dos países e forças políticas europeias e não só, exceto daquelas que negam as evidências científicas das alterações climáticas, na linha de Trump e Bolsonaro.

Mas também há quem faça juras de amor ao ambiente, à sustentabilidade ambiental e ao planeta, mas ao mesmo tempo tome decisões em sentido contrário.

Encontro, infelizmente, muitos desses exemplos nos Açores e em quem exerce o poder nos municípios e no Governo.

A decisão, há muito tomada e, para estes irrevogável, de construir duas incineradoras nos Açores é a prova disso.

A incineradora já existente nos Açores funciona com problemas e está claramente subdimensionada. Mas os presidentes de câmara de S. Miguel e o Governo Regional querem mais uma em São Miguel. Para eles, este negócio tem de avançar.

A incineradora une Ricardo Rodrigues do PS e José Manuel Bolieiro, candidato a presidente do PSD, com o beneplácito do Governo Regional presidido por Vasco Cordeiro.

É mesmo verdade, não é charlatanice. PS e PSD estão de mãos dadas neste processo há vários anos.

O Bloco de Esquerda traz a presente iniciativa a esta Assembleia com o objetivo de travar este negócio e proteger o ambiente.

Pretendemos que esta assembleia debata este assunto, mas não abdicamos que o debate tenha consequências.

E que estas consequências sejam coerentes com o discurso ambiental que a maioria do Partido Socialista difunde.

Propomos que esta Assembleia recomende ao Governo Regional que, no âmbito do processo de revisão do PEPGRA – Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos da Região Autónoma dos Açores, defina, em colaboração com as demais entidades públicas com competência em matéria de gestão de resíduos, soluções alternativas à Valorização Energética por incineração na ilha de São Miguel;

Propomos que na proposta de PEPGRA para o período pós-2020 deixe de constar a valorização energética de resíduos por incineração na ilha de São Miguel;

E, por fim, defendemos que não seja licenciada a construção da central de valorização energética por incineração na ilha de São Miguel.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E uma alteração ao PEPGRA?

O Orador: Ironicamente, o atribulado processo de construção de uma central incineradora em São Miguel, idealizado há anos por outros protagonistas, só ainda não se concretizou - e ainda bem - por manifesta incompetência dos promotores e até devido à prática de

atos ilegais no último concurso público, como apontou a sentença do julgamento do tribunal administrativo de Ponta Delgada.

Vontade e apoio político dos maiores partidos dos Açores - PS e PSD - não faltaram e foram ao mais alto nível.

A Associação de Municípios da ilha de São Miguel já disse tudo e o seu contrário para manter a toda a força a locomotiva da incineração sempre em andamento.

A incineradora foi projetada para processar 140 mil toneladas/ano, quase o dobro dos resíduos que produz a ilha de São Miguel. Jurava então a Associação de Municípios e o Governo Regional que a capacidade era adequada.

Foi reduzida a capacidade para processar 77 mil toneladas/ano – a quase totalidade dos resíduos produzidos na ilha de São Miguel e juravam a Associação de Municípios e o Governo Regional que a capacidade era a necessária.

Já foi condição essencial para viabilizar economicamente a incineradora a construção, pela EDA, de uma central hidroelétrica reversível. Deixou de o ser logo a seguir quando a EDA não avançou com o projeto.

Garantia a Associação de Municípios da ilha de São Miguel que a implementação de um sistema de tratamento mecânico e biológico, como defendiam as associações ambientais, era inviável e caro, até que a Associação de Municípios decidiu agora implementá-lo a montante da incineradora.

Chegados aqui, o tribunal administrativo de Ponta Delgada anulou o concurso público para a construção da incineradora, apontando na sentença atos ilegais e parcialidade por parte da empresa municipal MUSAMI, presidida por Ricardo Rodrigues, como se pode ler no acórdão do julgamento.

O Governo Regional, por sua vez tenta passar pelos pingos da chuva não assumindo a sua responsabilidade.

Sacode a água do capote, dizendo que o PEPGRA não obriga a que se faça uma incineradora e que a responsabilidade é toda dos municípios.

Isso, sem deixar de dizer que quer uma solução rápida para aproveitar os fundos comunitários, o que é o mesmo que dizer:

- despachem-se lá com a incineradora!

É sabido que o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia já decidiram que a incineração de resíduos não será para financiar no próximo quadro comunitário de apoios, dirigindo o financiamento para outros níveis da hierarquia da gestão de resíduos.

Este é um sinal claríssimo na mudança de política da União Europeia a este respeito.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No próprio dia que terminava o prazo para as partes recorrerem da decisão do tribunal, o Bloco de Esquerda apresentava na Assembleia

Municipal de Ponta Delgada uma proposta para que se repensasse todo o projeto.

Foi chumbada, pois claro, por PS e PSD na Assembleia Municipal.

Mesmo tendo o Partido Socialista de Vítor Fraga, defendido na campanha eleitoral a reavaliação do projeto e mesmo tendo José Manuel Boleeiro, presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada defendido semanas antes que era preciso começar tudo de novo, repensar tudo e equacionar todas as hipóteses.

Mas apenas uma semana depois do chumbo desta proposta do Bloco de Esquerda, a Associação de Municípios da ilha de São Miguel anunciou que os estudos estão concluídos, sem os mostrar, e que a decisão está tomada: haverá outra incineradora, 30% mais pequena.

Mais pequena, mas ainda assim com capacidade para incinerar mais de 60% dos resíduos sólidos urbanos produzidos na ilha de São Miguel.

Isso significa que as metas de reciclagem previstas e com as quais nos comprometemos a cumprir, ou seja, 50% em 2020 e no seu limite máximo 65% em 2035, não vão ser cumpridas.

E não nos venham perguntar que estudos comparativos fez o Bloco de Esquerda sobre o assunto, nem muito menos nos acusar de defender a deposição em aterro.

Deputado Francisco César (PS): Esse argumento é extraordinário!

Deputado José San-Bento (PS): Leve a bola para casa!

O Orador: A responsabilidade de estudar e comparar alternativas é dos municípios e do Governo Regional.

Mas deixo-vos uma pista: leiam as comunicações da Comissão Europeia e as diversas soluções alternativas que apresentam.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor vem aqui pedir a alteração da legislação, mas os outros que a estudem para a alterar!

O Orador: Ninguém que se diz preocupado com o ambiente pode aceitar este cenário.

Permitir que este projeto avance é um crime ambiental, por mais que se acene com selos e cartilhas de sustentabilidade.

Deputado Carlos Silva (PS): Se é um crime, denuncie!

O Orador: Selos e cartilhas que assim se tornam a verdadeira banha da cobra, mas banha da cobra, sem dúvida, certificada!

A vítima deste processo kafkiano é o ambiente. Quem está do lado do ambiente tem de aprovar esta proposta para impedir que se construa a incineradora de São Miguel e não pode fechar os olhos quando se hipotecam as metas ambientais dos Açores por um capricho.

Esta Assembleia não pode compactuar com este erro que a Associação de Municípios de São Miguel e o Governo Regional se preparam para cometer, defendendo um negócio que já esteve envolto em ilegalidades, como demonstrou o tribunal.

É por isso que esta Casa deve aprovar este projeto de resolução.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considera-se importante que antes do avançar deste debate seja possível esclarecer alguns equívocos que estão associados a este projeto de resolução.

Desde logo é importante ter bem presente que o PEPGRA não impõe qualquer solução de valorização energética por inceneração. O PEPGRA assume uma opção estratégica de valorização energética em detrimento da eliminação por aterro, fundamentalmente, naturalmente também por razões ambientais, incluindo a necessidade de se cumprir com a diretiva de aterros e com as metas de depósitos de resíduos urbanos em aterro, pois permite para além da produção de energia, a redução do volume e peso de resíduos a enviar para deposição.

Mas a referência que consta no PEPGRA a valorização energética não se pode confundir com inceneração. O conceito de valorização energética traduz-se na recuperação de energia a partir de resíduos, abrangendo diversas soluções tecnológicas, quer biometanização ou a digestão anaeróbica, biológicas ou térmicas e aí sim a inceneração, mas também a gaseificação ou a pirólise.

As únicas referências feitas no PEPGRA constam no capítulo II, no que diz respeito à inceneração e o capítulo II refere-se à caracterização e diagnóstico e surgem no contexto da

operacionalização do PEPGRA, o anterior plano de gestão de resíduos, sendo referido que nas ilhas com maior número de habitantes – atividade económica e produção de resíduos, São Miguel e Terceira – está prevista a instalação de unidades de valorização energética por inceneração, integradas nos respetivos eco parques que são descritos como uma solução integrada de gestão de resíduos.

Note-se que no capítulo III do PEPGRA onde constam orientações estratégicas, incluindo medidas previstas no PEPGRA, não há qualquer referência à inceneração. O PEPGRA impõe é que: atentas as prioridades definidas no princípio da hierarquia de gestão de resíduos nos Açores, a gestão dos mesmos deva assegurar que se assenta numa rede integrada de infraestruturas de instalação de armazenamento, triagem, tratamento, valorização e eliminação que assegurem um elevado nível de proteção ao ambiente e à saúde pública, com custos economicamente sustentáveis e isso sim, é um ponto que não pode ser esquecido.

Se por um lado nem o PEGRA, nem o PEPGRA impuseram ou impõem, contrariamente àquilo que alguns presidentes de câmara querem fazer crer, qualquer tipologia para valorização energética de resíduos nas ilhas Terceira ou São Miguel, muito menos cabe ao Governo Regional dos Açores, desde logo pelo respeito com o poder local democrático, definir a forma ou as soluções tecnológicas adotadas pelos municípios ou respetivas associações para a gestão de resíduos.

Ao governo compete assegurar o respeito pelos instrumentos de ordenamento, o PEGRA e o PEPGRA e a legislação vigente, quer em termos de resíduos, quer em termos de avaliação de impactos e licenciamento ambiental.

Gostava também de partilhar convosco o calendário que está previsto, no que diz respeito à avaliação e à revisão do plano estratégico de prevenção e gestão de resíduos dos Açores. De acordo com o artigo 3.º do DLR n.º 6/2016, o PEPGRA deve ser avaliado decorridos quatro anos da sua entrada em vigor, com vista à consequente revisão. Significa isto que faremos, tal como está previsto, o desencadeamento dos processos de avaliação e revisão do PEPGRA com base no seguinte calendário: a segunda avaliação intercalar do PEPGRA que terá início em março de 2020, tal como está previsto, prevendo-se a sua conclusão mais cedo até do que o instrumento prevê, até ao final do próximo ano, por forma a que no início de 2021 a revisão do PEPGRA possa acontecer e aí sim, em face das questões técnicas levantadas no âmbito dessa avaliação e não com base em outras quaisquer condicionantes é que deverá naturalmente ser realizada a respetiva revisão.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não se assuste, Sr. Deputado!

Eu devo dizer em relação a esta matéria que ao mesmo tempo que estamos a discutir esta questão aqui no Parlamento dos Açores, as Canárias também estão a discutir esta questão e estão a discutir a construção de duas incineradoras nas duas maiores ilhas e eu gostava de ter um Partido Socialista assim, eu gostava que o nosso partido, “nosso” salvo seja, nosso no sentido de ser açoriano, eu gostava que o nosso Partido Socialista também fosse assim e que dissesse como o Partido Socialista disse nas Canárias que está contra a instalação de incineradoras porque é uma fórmula que não promove a gestão correta dos resíduos porque ataca o ambiente, porque tem um elevado custo económico e porque significa uma ameaça à saúde e significa uma ameaça aos residentes e aos turistas ...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ... e o Partido Socialista das Canárias, está aqui fácil de chegar, fez chegar a estas posições e portanto, eles estão a discutir também esta questão e a resposta do Partido Socialista nas Canárias é: não, porque prejudica a saúde; ...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ... não, porque prejudica o ambiente e é não porque também tem elevados custos económicos e portanto, eu gostava de ter um Partido Socialista com esta sensibilidade ambiental nos Açores e vejam bem que essa perspetiva para uma região que tem mais de 2 milhões de habitantes, portanto estamos a falar de uma região que

também tem imensos problemas e que optou por uma fórmula equilibrada e uma fórmula não poluente para tratar dos seus resíduos. Devo dizer também que nesta matéria há muitas responsabilidades. Vou mostrar ali uma fotografia que exemplifica bem de quem são as responsabilidades.

(Neste momento o Sr. Deputado mostra uma foto à Câmara)

O Orador: As responsabilidades são destes srs. que aqui estão. Falo do Presidente do Governo Regional dos Açores porque o sr. Presidente do Governo Regional o que diz é: “não há problema porque não está lá previsto que se tenha que fazer obrigatoriamente, é uma opção dos municípios, portanto eu, como Pilatos, lavo as minhas mãos, não tenho qualquer tipo de responsabilidade.”, diz o Sr. Presidente do Governo Regional, o que se esquece é que tem responsabilidade de lá colocar condições para que as incineradoras só se pusessem, em último caso, na última opção, depois de esgotado toda a capacidade de reciclagem, ou proibir de facto, como vão fazer as Canárias, que vão proibir de facto essa opção e o Sr. Presidente do Governo Regional tem essas responsabilidades.

Devo dizer também que há outro grande responsável, é quem quer agora ser presidente do governo regional, também, que se candidata pelo Partido Social Democrata. Está a ver sr. deputado Francisco Coelho, é o bombeiro do ambiente, bombeiro ambiental. Não é o

ambiente que está comprometido, estou comprometido com os princípios e portanto, aqui a crítica é também ao PSD nesta matéria porque o PSD nesta matéria não significa nenhuma alternativa, não significa nenhuma garantia para o ambiente porque o seu líder, o futuro líder do partido e o presidente da maior autarquia dos Açores está comprometido e está lado a lado com os socialistas nesta matéria, os srs. estão lado a lado nesta matéria com aqueles que estão a atacar o ambiente nos Açores e estão a desenvolver um projeto extremamente nocivo para a saúde e para o ambiente nos Açores e devo-lhe dizer que há mais responsáveis, o presidente da MUSAMI que mostrou uma ignorância brutal na comissão porque o sr. fez umas contas em que dizia: “bom, nós verificámos que não é exequível do ponto de vista financeiro transportar 260 mil toneladas por ano de resíduos para o exterior”. Foi a conta que o sr. presidente da MUSAMI fez, mas a questão é que ele próprio disse que a produção era de 55 mil, então se é de 55 mil a produção de resíduos porque é que faz as contas a uma quantidade cinco vezes maior? É estranho, mas o sr. dr. Ricardo Rodrigues já nos habituou a estar sempre neste tipo de negócios que envolvem enormes valores, envolvem um conjunto de influências negras. Ele está lá, o nome dele consta sempre desse tipo de negócios.

Finalmente, estão v.exas. a perguntar, de certeza absoluta: “bom e o que é que faz aqui o engenheiro Vítor Fraga?”. Pois, esse sr. Vítor Fraga eu fui ver o que é que ele disse no debate quando se candidatou

a presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e ele disse: “Estou contra” e agora eu pergunto, então é uma decisão dos seis presidentes das câmaras municipais de São Miguel que não consultam as assembleias municipais e as respetivas câmaras municipais não ouvem ninguém em relação a este processo, decidem os seis à porta fechada, uma convocatória que ninguém conhecia, ninguém soube, os jornalistas não puderam acompanhar, ninguém sabia que uma decisão deste nível fosse tomada por seis pessoas que representam as respetivas câmaras municipais e os respetivos órgão autárquicos, isto foi tudo feito às escondidas, à porta fechada e este senhor que estava contra o projeto, que estava muito indignado contra o projeto, este senhor agora não diz nada e não há maioria do PSD na assembleia municipal de Ponta Delgada, agora está completamente calado em relação a esta questão, é de uma hipocrisia, é de um cinismo que tem que ser aqui descrito, que tem que ser aqui apontado, tem quem ser aqui assinalado. E portanto, meus srs. é evidente que este é um negócio que tem as maiores suspeitas, não é por acaso que a polícia italiana descreve o facto deste negócio ser controlado no sul de Itália pela máfia e não é por acaso que este é negócio por este tipo de interesses e é por isso que todos nós temos que estar muito atentos, não só pela questão ambiental, não só pela questão de saúde, mas pela questão da legalidade e pela questão dos interesses que aqui estão envolvidos.

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Deputado, o que o senhor fez foi demagogia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS comunga, naturalmente, de algumas das preocupações apresentadas pelo Bloco de Esquerda neste projeto de resolução, nomeadamente no que diz respeito ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isto é uma coisa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor responde a seguir!

O Orador: Posso? Muito obrigado.

Dizia que o CDS comunga, naturalmente, de algumas das preocupações apresentadas pelo Bloco de Esquerda, nomeadamente no que diz respeito às taxas de reciclagem na Região, sobretudo nas ilhas de São Miguel e Terceira e também à enorme probabilidade de nós não conseguirmos atingir as metas definidas para 2020, especialmente tendo em atenção que as próximas metas para 2035 serão ainda muito mais exigentes, nomeadamente 65% de reciclagem e que é de facto preciso e urgente criar alguns mecanismos que permitam preparar os Açores para esta realidade. Por isso mesmo nós concordamos quando o proponente refere e cito: “é fundamental e urgente uma revisão do PEPGRA que defina soluções sustentáveis e

eficientes que não só permita que se atinjam as metas de reciclagem e de deposição em aterro, mas também uma gestão de resíduos centrada na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais, em consonância com a hierarquia de gestão de resíduos”.

No entanto, o que nós não concordamos é com a proposta que o Bloco faz para que estes desideratos sejam alcançados. A gestão de resíduos é de facto um enorme desafio, é um processo repleto de falhas e cada vez que há falhas nas etapas superiores da hierarquia de resíduos isso significa que nós temos mais resíduos para tratar em etapas menos sustentáveis e menos amigas do ambiente, nomeadamente na eliminação por deposição em aterro, que é de facto, de todas as soluções a menos desejável e a menos sustentável da cadeia de resíduos.

Ora, enquanto que a principal preocupação do Bloco de Esquerda com este projeto de resolução é de impedir a construção de uma incineradora em São Miguel, a principal preocupação do CDS é que em São Miguel, em 2018, 71,3% dos resíduos foram enviados para aterro sanitário ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e portanto, é isto que é verdadeiramente inaceitável, são 65 mil toneladas e portanto, é inaceitável que estas toneladas todas vão parar a aterro, ...

Deputado Francisco César (PS): Onde é que os senhores guardam?

Deputado António Lima (BE): MUSAMI!

O Orador: ... que é uma solução que só devia ser utilizada quando são excluídas todas as outras alternativas, são descartadas todas as outras opções.

Os aterros além de serem insustentáveis têm riscos e impactes ambientais enormes, de infiltração, de contaminação de solos, de contaminação de águas – sr. deputado António Lima estou a falar para si – e portanto, nós bem sabemos que numa altura em que os problemas ambientais, as preocupações ambientais são um tema central, a emergência climática está em todas as agendas. Nós sabemos que estas iniciativas de defesa do ambiente vendem e passam uma boa imagem e o Bloco de Esquerda tem tentado capitalizar isto a todo o custo, é uma defesa bonita e ecológica, mas se este projeto de resolução fosse aprovado o que é que nós faríamos com essas 65 mil toneladas de resíduos que vão parar a aterro? O que é que fazíamos? O que é que o deputado António Lima e o Bloco de esquerda propõem em fazer com essas 65 mil toneladas que vão para aterro?

(Diálogo entre os Deputados Francisco César e António Lima)

Presidente: Srs. Deputados...

Srs. Deputados não entrem em diálogo, por favor.

Sr. Deputado Alonso Miguel está no uso da palavra, pode continuar.

O Orador: Perguntava, Sra. Presidente e deixo ficar a pergunta ao Sr. deputado António Lima, o que é que faz com as 65 mil toneladas de resíduos que vão parar todos os anos a aterro? Qual é que é a solução que propõe? É isso que nós gostaríamos de saber.

No nosso entendimento a falta de viabilidade que tem havido nos projetos de inceneração para São Miguel tem a ver mais com a questão de sobredimensionamento, do que propriamente com a solução e com a solução técnica em si. É um sobredimensionamento que ainda por cima se agrava quando nós temos um tratamento mecânico biológico à cabeça, que reduz a quantidade de resíduos que vão para a incineradora e portanto, é certamente ...

Deputado Francisco César (PS): Já está adjudicado!

O Orador: ... legítima a preocupação que eventualmente possa haver uma redução na margem e na subida das taxas de reciclagem, pode acontecer. Pode até acontecer que nós não consigamos cumprir com as taxas que estão definidas e com as metas que estão definidas, agora também vos digo, São Miguel não tem ainda uma central de valorização energética e tem uma taxa de reciclagem de 27,3% em 2018, quando a meta é de 50% em 2020.

Por outro lado, a Terceira já tem uma central de valorização energética por inceneração e a taxa de reciclagem é superior à de São Miguel, são 33,3% e portanto, neste caso não é diretamente ligável aquilo que diz, a Terceira tem uma taxa de reciclagem maior do que São Miguel e já tem uma central de valorização.

É verdade que São Miguel tem aumentado a sua produção de resíduos em 5%, em 2018, e é de facto necessário melhorar a eficiência na gestão dos resíduos, sobretudo ao nível da redução, reutilização e reciclagem. Ainda assim, não nos parece aconselhável, nem nos parece sensato que se exclua esta solução de valorização de resíduos por inceneração em São Miguel, até porque essa solução pode no futuro ser necessária para conseguirmos resolver a questão da deposição de resíduos em aterro, o que não nos parece de facto que possa ser resolvido só com a capacidade que está instalada neste momento na Região.

Sras. e srs. deputados há de facto um enorme problema a resolver, o ideal seria aumentar a capacidade de eficiência da gestão dos resíduos na ilha de São Miguel, mas nós não podemos subverter a hierarquia da gestão de resíduos. Não é obviamente, evidentemente a solução ideal – a valorização energética por inceneração – mas é sempre mais desejável que a deposição em aterro, pelo que nós não devemos, desnecessariamente, avançar para soluções que são extremistas, soluções que são demagógicas e até certo ponto irresponsáveis como aquela que o Bloco nos propõe agora e para já isto não devia ser feito através de um projeto de resolução, se o Bloco realmente queria isto devia ter feito isto como devia ser, uma proposta de alteração ao PEPGRA através de uma proposta de decreto legislativo regional.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Deputada Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho muito pouco tempo para discutir um assunto que é preciso, para fazer de uma forma séria, algum tempo.

Como em relação à questão dos contentores – cálculos feitos por mim – o sr. deputado Paulo Estevão já os apresentou, passo à frente, mas a verdade é que nós temos metas a atingir em termos de gestão de resíduos para 2035 e em 2035...

Deputado Francisco César (*PS*): É contra a incineração?

A Oradora: ... aquilo que é dito é que na Região temos que reciclar e uma coisa é reciclar e outra coisa é valorizar, temos que ter uma taxa de reciclagem de 65%. Só é permitido colocar em aterro 10%, ou seja, neste momento temos um total de resíduos na Região de 142 toneladas, 65% de reciclagem dá 92 mil toneladas, 10% para aterro dá 14 mil toneladas, no total quer dizer que temos 106 mil toneladas que em 2035 terão destino. Restam, que é o chamado refugo, que poderia ter uma valorização energética por exemplo em incineradoras de 34 mil toneladas, ou seja, a incineradora na Terceira, neste momento já tem uma capacidade de 50 mil toneladas. Se formos construir outra incineradora com 50 mil toneladas de capacidade, quer dizer que em 2035 vamos ter uma capacidade de incineração de 100 mil toneladas

e só podemos queimar 34 mil. O que é que vamos fazer com o resto da capacidade?

E portanto, tudo disso tem que ser pensado de uma forma global para a Região. Com as metas que temos que atingir há duas hipóteses: ou não vamos atingir essas metas e isto é tudo uma conversa que somos muito amigos do ambiente, mas em 2035 não vamos cumprir, ou se vamos cumprir vamos ficar com as incineradoras sem lixo para alimentar e portanto, penso que seria avisado e não sei se será pela via da alteração do PEPGRA porque efetivamente a Sra. Secretária disse e bem, o PEPGRA não é vinculativo em relação à questão das incineradoras, diz que todos os tratamentos a montante tem que ser pensados e avaliados de uma forma a cada ilha. A verdade é que neste momento temos ilhas, e são sete, que já tem uma reciclagem acima dos 80%, ou seja, as ilhas que optaram por uma recolha seletiva porta a porta com tratamento mecânico biológico, como é o caso de todas as outras ilhas, exceto a Terceira e São Miguel, já tem taxas de reciclagem de 80%, muito acima dos 65% que nos é imposto ...

Deputado Francisco César (PS): O que é que a lei tem a ver com isso?

A Oradora: ... e portanto, pensando em todos os tratamentos que podem ser feitos previamente de tratamento mecânico biológico e de recolha seletiva para cumprir as metas a que estamos obrigados em 2035 construir mais uma incineradora não é a solução porque vamos ficar sem lixo para a alimentar. Com os 34 mil que restam, esses 34

mil são suficientes para serem queimados na incineradora que já existe neste momento na Terceira e portanto, parece-nos avisado não deixar este processo avançar e pensar na gestão dos resíduos a nível regional como um todo e não apenas como a gestão dos resíduos em São Miguel.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima tem agora a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo princípio e àquela que foi a intervenção da Sra. Secretária sobre esta matéria, a sua primeira intervenção espero, começo por dizer que o que o governo fez e tem vindo a fazer sobre este assunto, nos últimos tempos, ao contrário do que fazia no passado em que era um acérrimo defensor desta solução ...

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que o Governo tem a ver com isso!

O Orador: ... foi lavar as mãos da sua responsabilidade relativamente ao cumprimento da legislação ambiental nos Açores....

Deputado Carlos Silva (PS): A competência é das autarquias!

O Orador: ... e o cumprimento daquelas que são as metas ambientais com as quais a Região, o país está comprometido e mais do que as metas foi lavar as mãos da sua responsabilidade em ter uma região que é efetivamente sustentável ambientalmente, que trata

devidamente os seus resíduos e que não acena com selos, mas sim faz aquilo que é preciso fazer aos seus resíduos e trata-os devidamente.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a solução?

O Orador: A responsabilidade de fazer cumprir a legislação ambiental é do governo, essa é a primeira responsabilidade do governo, tem que fazer cumprir e aquilo que a sra. vem aqui dizer que o PEPGRA não é vinculativo, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade!

O Orador: ... que são diagnósticos, que é um plano estratégico, esse discurso parece-me que tem primordialmente um propósito político de atacar outros protagonistas, nesse caso protagonistas de um partido da oposição que se senta ali mais daquele lado, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é a sua interpretação! A interpretação da lei é clara, Sr. Deputado!

O Orador: ... que diz exatamente o contrário. Isso parece-me bastante óbvio, aquilo que o governo está a fazer ao abdicar de fazer cumprir a legislação e ao abdicar de fechando os olhos àquelas que são as metas ambientais que nós estamos comprometidos é hipotecar o futuro dos Açores e números, já a sra. deputada Graça Silveira apontou números e julgo que eles são claros, são cristalinos do grau de irresponsabilidade dos municípios da ilha de São Miguel e do governo ao insistir neste caminho ruinoso.

Vejamos, presidente da AMISM e o presidente da MUSAMI fizeram um anúncio de que a incineradora estava a voltar, mas num formato

reduzido, 30% reduzido. Ora, para uma produção prevista de 90 mil toneladas de resíduos para ai de São Miguel que foi aquilo que foi apresentado, tendo em conta que temos reciclado na ilha de São Miguel, obviamente em 2035, 65% desses resíduos significa reciclar dos 90 mil, 58 mil toneladas de resíduos. Ora, desses sobram 31 mil,...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso está errado, Sr. Deputado!

O Orador: ...o que quer dizer que vamos ter 31mil toneladas de resíduos para uma incineradora que tem a capacidade de incinerar 55 mil.

Deputado Carlos Silva (PS): A produção vai aumentar!

O Orador: Quer dizer que teremos uma incineradora a trabalhar a gasóleo 30% do tempo, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o que é que o senhor faz com isso?

O Orador: ... como aconteceu já com a incineradora da ilha Terceira e por falar em incineradora da ilha Terceira basta ver também o parecer que a TERAMB enviou que diz que tem capacidade para tratar, para incinerar o refugo dos resíduos da ilha de São Miguel, de toda a Região, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é a sua solução? É uma solução ecológica?

Deputado Francisco César (PS): Quer acabar com isso também?

O Orador: ... desde que eles sejam devidamente tratados, o que os srs. querem fazer e vão aceitar é licenciar um equipamento que vai

incinerar não só aquilo que não tem outro tratamento mas também grande parte dos resíduos recicláveis e isso é totalmente irresponsável.

Sra. Secretária deixo-lhe uma pergunta muito concreta: o que é que vai acontecer à declaração de impacte ambiental que foi emitida pela sua secretaria que já tem anos sem fim, que foi prorrogada “n” vezes e que sabe-se lá o que é que é feito dela e o que é que o governo regional vai exigir ao nível de estudos. Vai exigir estudos comparativos concretos ou vai fechar os olhos e vai deixar tudo avançar da forma como está?

E vamos às soluções. Já aqui ouvi apartes e intervenções relativamente a soluções, o que é que vamos fazer aos resíduos, vamos por tudo em aterro. Parece que os srs. pararam no tempo há 20 anos atrás, no que diz respeito à gestão de resíduos. Convido-vos a ler uma comunicação da comissão europeia, que os governos do Partido Socialista até são fieis seguidores, convido-vos a ler uma comunicação da comissão europeia acerca da gestão de resíduos na Europa uma comunicação muito recente de 2017, 26 de janeiro e diz o seguinte: “a inceneração com pouca ou nenhuma valorização energética – que é o caso, porque a tecnologia que se implementa nos Açores é a tecnologia de inceneração em grelha que é a mais ineficiente de todas – é habitualmente a opção menos favorável para a redução das emissões de gases com efeito de estufa. Em contrapartida

a prevenção, reutilização, a reciclagem são as opções com maior potencial de redução de emissão de gases com efeito de estufa.”

Deputado Carlos Silva (PS): Estamos de acordo, Sr. Deputado! A reciclagem é boa, ninguém disse o contrário!

O Orador: E diz mais: “significa que com o financiamento de instalações de tratamento de resíduos finais, como por exemplo investimentos para aumentar a capacidade de inceneração só serão concedidos em casos devidamente justificados”, isto ainda no atual quadro comunitário de apoios.

E nesta mesma comunicação, convido-vos a ler, há soluções várias apresentadas que estão obviamente a montante da inceneração como uma biometanização que também é uma forma de valorização energética, a gaseificação, há várias soluções que não são aquela. A inceneração que aqui se propõe pelas associações de municípios que é a mais poluente e menos eficiente de todas e sobre opções políticas, aproveito só para dizer, julgo que a comissão europeia sobre esse aspeto é insuspeita de estar alinhada com o Bloco de Esquerda, mas se o CDS tem dúvidas relativamente a esse posicionamento eu aconselho o CDS também a ver o que já defendeu há muito pouco tempo.

Dizia uma candidata do CDS na ilha Terceira à Câmara Municipal da Praia, julgo eu, Emiliania Silva – se calhar é de Angra, posso ter-me enganado –, ...

Deputada Graça Silveira (*Deputada Independente*): Ó António, de Angra fui eu!

O Orador: ... dizia que a inceneração e cito: “não é a opção que o CDS tomaria, sabemos que existem alternativas técnicas mais avançadas, que é possível tratar dos resíduos de outra forma.”

Meus srs. julgo que está tudo dito e sobre estas alternativas não é o Bloco de Esquerda que diz, é o CDS, elas existem, basta implementá-las.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fique descansado Sr. Deputado Francisco César, o PSD não vai fugir ao debate, mas de facto não há grande debate para ser feito aqui – estou respondendo a um aparte que fez – porque de facto temos que analisar é a componente resolutiva deste projeto de resolução do Bloco de Esquerda e o que diz logo no ponto dois é uma recusa intransigente de qualquer solução de valorização energética por inceneração no âmbito do PEPGRA.

Ora, o PEPGRA em termos de natureza jurídica é um plano sectorial de ambiente, não é vinculativo e o que ele faz é plasmar as orientações estratégicas para as políticas públicas de gestão de resíduos na Região e portanto, nós entendemos que não pode ser um

documento fechado, não pode ser um documento que limita, não pode ser castrador e portanto, todas as opções tem que estar em aberto pois nunca podemos concordar com o ponto dois da componente resolutive deste projeto de resolução do Bloco de Esquerda e é por essa razão que teremos que votar contra.

Obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quando se fazem propostas devem fazer-se propostas com responsabilidade e com consequência.

Essa proposta do Bloco de Esquerda nem incinerada se salvava, nem as cinzas dessa proposta se salvavam porque os sr. falou ali de baixo do planeta b, a sua proposta nem b é, é uma proposta enfim, d, é BE! Percebe, sr. deputado? O sr. não diz como é que vai resolver o problema do lixo, era o que o sr. devia dizer. E mais, para ser uma proposta consequente o sr. chegava aqui e alterava o PEPGRA, fazia uma proposta de decreto legislativo regional, não vinha com um projeto de resolução facilitista, demagogo e irresponsável, e mais, para não dizer insidioso que é agora o termo da moda, e os srs. vêm sempre com essa defesa do ambiente, olhe para os seus países, de

onde os srs. são originários, o que é que fazem ao ambiente? O que é que fizeram ao ambiente?

Deputado António Lima (BE): Qual país?

O Orador: Não quer que eu lhe leia a história do Bloco de Esquerda! Se quiser eu leio-a, mas também lhe posso elucidar.

E quanto às afirmações da professora Emília Silva, grande pessoa e grande candidata à Câmara da Praia e um grande quadro do CDS, vou-lhe dizer uma coisa, não lhe retiro uma vírgula, nem um ponto, é claro que nós todos preferimos, sr. deputado, mas o sr. tem na ilha da Terceira o problema das bolsas que já estavam a contaminar o aquífero e se elas não são feitas, que é o que os srs. defendem é aterro e portanto, os srs. vêm sempre com o melhor dos dois mundos, mas a máxima do Bloco de Esquerda é esta “eu visto um fato preto e nunca me comprometo”, e portanto, o sr. devia vir aqui com uma proposta consequente e não com uma proposta que o sr. aqui vem para fazer o número – já se falou de bombeiros, não vou falar de circo – circense aqui de vir para “açoriano ouvir” e sobretudo para satisfazer a sua clientela interessada em negócios de ambientalistas, financiada por grandes empresas multinacionais que é que fomentam outras coisas que estão para aí a acontecer que não passam de demagogias.

Deputado António Lima (BE): Quais coisas?

O Orador: Olhe, greves climáticas e algo parecido que o seu partido se apressa a ir na linha da frente com um cartaz à frente.

Mas os srs. são incapazes de apontar uma solução, uma única que seja e é isso que o sr. devia e esperava de si.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Paulo Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PEPGRA define as políticas ambientais no âmbito da gestão dos resíduos, onde a valorização energética é uma das hipóteses.

O Governo Regional dos Açores assume essa gestão em sete ilhas, aliás onde é preciso frisar, onde as metas estão a ser cumpridas.

Deputada Graça Silveira (Deputada Independente): Mais do que cumpridas!

O Orador: Em São Miguel e na Terceira a verdade é que as câmaras municipais assumem essa gestão dos resíduos. Independentemente disso e para o Partido Socialista as metas mantêm-se e os objetivos em todas as ilhas mantêm-se e não podemos negar o trabalho que está a ser feito e o trabalho que se pretende fazer nestas áreas. O reforço da reciclagem, o reforço da recolha porta a porta, a implementação do tratamento mecânico e do tratamento biológico, ou seja, há aqui uma clara atitude de respeito para com as decisões unânimes por parte de todas as câmaras municipais de São Miguel, todas, do Nordeste a Ponta Delgada ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então por que é que não reuniram?

O Orador: ... e é preciso não esquecer, de todas as câmaras de São Miguel, aliás como a própria autonomia assim o define.

As câmaras não dependem deste Parlamento, dependem do povo que as elege e assim têm total liberdade de decisão sobre esta matéria. É assim que a nossa democracia funciona e não vale a pena estarmos a ultrapassar estes passos.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

O Orador: Perante todas estas premissas e todo o debate que tem aqui surgido há aqui algumas questões que no nosso entender são pertinentes de se fazer ao Bloco de Esquerda e aliás, repetidas vezes foram feitas ao Bloco de Esquerda e consecutivamente o Bloco de Esquerda tenta fugir a essas respostas.

O Bloco de Esquerda quer ou não atingir a meta de aterro zero?

Deputado António Lima (BE): Não é aterros zero! É 10%!

O Orador: Ou sim, ou não! Não quer as decisões das câmaras municipais de São Miguel, então quer qual? Explique-nos!

O Bloco de Esquerda já disse por algumas vezes que quer estudos. Que estudos? Quer o quê? Que em 2020 não atinjamos as nossas metas? As metas a que estamos comprometidos e que algumas ilhas já estão a cumprir? São três questões que deixo aos proponentes desse projeto de resolução e que toda a população da nossa Região pretende ver esclarecidas.

Disse.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há inscrições! Eu não tenho é mais tempo, mas eu tenho muitas perguntas para fazer!

Eu vou dizer o seguinte, em relação a uma proposta concreta da alteração do PEPGRA está aqui, já foi entregue, amanhã irei apresentá-la neste Parlamento.

Tenho uma pergunta para a Sra. Secretária, ó Sra. Secretária explique-me uma coisa: o regime jurídico da avaliação do impacto e do licenciamento ambiental é de 2010. Diga-me uma coisa, o que é que é feito da diretiva n.º 2011/92? Diga-me uma coisa, o que é que é feito da diretiva n.º 20452? Diga-me uma coisa, como é que é possível que a legislação nacional em relação ao impacte ambiental tenha sido feita através do decreto lei n.º 151/2013, outra proposta em 2014, outra alteração em 2015, outra alteração em 2017, outra alteração novamente em 2017, essas alterações todas à legislação de impacte ambiental. Aqui estamos todos quietinhos. Porquê? Ainda por cima quando muitos defendem que a legislação em relação ao

impacte ambiental e o estudo que foi feito em relação à incineradora está em vigor o de 2011, ou seja, depois destes anos todos e com uma legislação que não introduziu todas estas alterações e diretivas europeias.

Deputado José Contente (PS): Mas o senhor amanhã vai introduzir!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Deputada Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à iniciativa em apreço devo-lhe dizer que efetivamente não é a melhor forma de tentar travar o processo, até porque o PEPGRA não é vinculativo e mesmo que fosse, quando houver alteração em 2021 a incineradora já avançou.

Mas devo dizer que temos uma experiência de uma central de valorização energética na TERAMB e o parecer da TERAMB diz claramente que é importante uma solução integrada para toda a Região dos Açores e mais, que a atual instalação tem capacidade, na central de valorização energética da Terceira, para absorver a fração de resto da toda a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual o valor da inflação? Está errado esse valor! O valor não é estável!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretária Regional tem a palavra.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

Sras. e Srs. Deputados há um aparelho em cima das vossas mesas que é o telefone e que aconselho vivamente a que o possam utilizar para não prejudicar a intervenção das outras pessoas que estão aqui no plenário e eu estou novamente aos gritos na Mesa para que me possam ouvir.

Usem o telefone ou então inscrevam-se para debater.

Sr. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*): Obrigada, Sra. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondo em primeiro lugar à questão colocada pelo Bloco de Esquerda relativamente à declaração de impacte ambiental para o EcoParque de São Miguel, enfocando desde logo que a administração pública rege a sua atuação pelos princípios da legalidade e portanto, sobre esta DIA, emitida pelo EcoParque de São Miguel, em 2011, que teve duas prorrogações antes do início do projeto, a última salvo erro em 2015, depois de se ter iniciado o projeto encontra-se válida.

Encontra-se válida, mas é importante relembrar que está condicionada a um conjunto de prerrogativas que constam da mesma, sendo uma delas o cumprimento das metas, nomeadamente 50% da valorização material.

Esta declaração de impacto ambiental tem de ser sujeita a um procedimento considerado de RECAPE – relatório de conformidade ambiental do projeto – por forma a garantir que o licenciamento da mesma, neste caso a central de produção energética, só é atribuído se a mesma cumprir com todos os condicionantes que constam nesta DIA e naturalmente que estes condicionantes têm como objetivo, não só garantir a qualidade ambiental e a segurança das pessoas, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sabe o que é que falta aqui?

A Oradora: ... como não pode deixar de ser em primeira mão, mas também o cumprimento das metas como dei o exemplo que consta como condicionante desta DIA.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sabe o que é que falta na legislação de 2010?

A Oradora: Dar nota que as diretivas europeias naturalmente só se transformam em lei a partir do momento em que são transpostas e portanto, a legislação ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não integra as Diretivas Europeias, Sra. Secretária!

A Oradora: ... que está em vigor na Região é soberana sobre esta matéria e é essa naturalmente que está em vigor.

Penso que respondi à questão que tinha sido colocada.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer nesta intervenção e reafirmar de certa forma aquilo que já disse relativamente às soluções. As soluções estão escritas em vasta documentação técnica e convido as sras. e os srs. deputados a ler, como já disse, a comunicação da comissão europeia que vou aliás, pedir para distribuir à Mesa, julgo que será uma literatura bastante interessante de mesa de cabeceira porque ela de facto tem as soluções que os srs. referem e pedem porque elas estão aqui e estão bem explicitadas porque, como é sabido, grande parte dos resíduos produzidos nos Açores e são dados do governo regional, não são dados de outra entidade qualquer, 75% dos resíduos presentes nos resíduos indiferenciados são resíduos recicláveis, ou seja, com mecanismos eficientes é possível separar uma grande quantidade, até 75% dos resíduos, numa solução ótima porque eles são resíduos recicláveis. Aliás, o governo e bem colocou no Plano ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas de quem é a responsabilidade?

O Orador: ... uma verba para se iniciar brevemente um projeto de recolha seletiva de orgânicos. Isso é essencial uma vez que a matéria orgânica tem dois problemas nos resíduos, por um lado ela é valorizável de forma relativamente simples e depois leva à conspurcação dos resíduos recicláveis e impede a sua valorização por

reciclagem e é preciso não esquecer, e isso já foi aqui dito, que existe uma incineradora nos Açores ...

Deputado Francisco César (PS): Que os senhores querem acabar com ela!

O Orador: ... é dito pela própria entidade gestora dessa mesma incineradora que tem capacidade para aceitar o refugo da ilha de São Miguel, mas srs. se há uma nos Açores, se esse estudo pelos vistos não foi feito do ponto de vista técnico, se isso é viável, se outros estudos de outras soluções não foram feitos porque não foram apresentados do ponto de vista da sua viabilidade económica e ambiental, porque é que se insiste em construir mais uma em São Miguel que vai pôr em causa o cumprimento das metas? Sra. Secretária a declaração de impacte ambiental está válida desde 2011, mas alguém acredita que uma decisão que foi tomada em 2011 possa estar válida em 2019 quando tanta evolução existiu ao nível técnico, ao nível das diretivas europeias? Bem, esta é sem dúvida a informação das mais inacreditáveis que já ouvi nesta Casa, o Partido Socialista tão firmemente cumpridor das diretivas europeias, aliás vai além das diretivas da comissão europeia no que diz respeito ao défice, não quer cumprir uma diretiva ambiental porque diz que não foi transposta? Ó minha sra. tem o dever de transpor essa diretiva para a legislação regional porque tem que cumprir. Tem que cumprir, não porque a comissão europeia diz, porque isso é o melhor para o ambiente dos Açores e não permitir, porque que está nas suas mãos

enquanto secretária regional do ambiente, não permitir que aquele projeto avance. A sra. é quem emite os despachos para a aprovação da declaração para publicação das declarações de impacte ambiental, pode revogá-los, pode exigir estudos comparativos porque tem o dever de fazer com que todo o projeto, relativamente à gestão de resíduos da ilha de São Miguel, cumpra as metas.

Com este já sabemos que não vão cumprir e não é preciso saber fazer grandes contas, Sra. Secretária, isso está mais do que demonstrado e aliás, quando é uma entidade que gera uma incineradora a dizer que o projeto de São Miguel é um erro e que está desiludida até com o parecer do perito que o avaliou no processo de avaliação para acesso a fundos comunitários, está tudo dito.

Sra. Secretária e o governo e o partido socialista têm uma responsabilidade e o PSD, como partido que tem várias da câmaras municipais de São Miguel, tem uma responsabilidade enorme, e eu só pergunto, porquê? Porque é que querem avançar com esse projeto a toda a força, contra toda a lógica e contra o interesse público?

Deixo essa questão e julgo que os açorianos pensarão muito bem nela. Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária não me respondeu em relação à desatualização absoluta em relação às diretivas europeias que foram aprovadas entretanto ao longo destes nove anos.

Não me deu nenhuma resposta, mas eu vou ajudá-la na resposta, é porque esta legislação, em relação ao regime jurídico de avaliação de impacte e do licenciamento ambiental, é uma autêntica autoestrada para a ilicitude, é uma autêntica autoestrada para a ilicitude, volto a repetir e volto a dizer-lhe o seguinte: porque não são introduzidas aqui as diretivas europeias que são evidentemente muito mais exigentes em relação a esta matéria?

Uma última pergunta para o governo, última não! A última nesta intervenção. Quero perguntar também ao Sr. Secretário Berto Messias ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sr. Deputado, a proposta é do Bloco!

O Orador: O Governo Regional dos Açores continua a defender um regime de exceção para os Açores para poder absorver as verbas europeias, para construção de incineradoras é porque na europa continental já não é possível. O que está o Governo dos Açores a pedir é um regime de exceção para os Açores e para as outras regiões ultraperiféricas.

Qual é a sua posição Sr. Secretário?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O que é que esse está a dizer no Parlamento das Canárias sobre esta matéria?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por dar razão ao Bloco de Esquerda quando diz que o estudo de impacte ambiental está obviamente desatualizado.

À parte disso, tudo o que o Bloco de Esquerda disse até agora foi pura demagogia. Esta história do Bloco de Esquerda estar sempre do lado do ambiente e da proteção do ambiente, estamos todos, como é óbvio! O Bloco de Esquerda não vive sozinho no planeta, o planeta é de todos nós, todos nós temos interesse em preservar o nosso planeta e em garantir a sustentabilidade ambiental. Não é apenas o Bloco de Esquerda como é óbvio!

Agora, o Bloco de Esquerda, que eu saiba, isto também é preciso responsabilizar quem tem responsabilidade, nomeadamente as autarquias, o Bloco de Esquerda tem representação na Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Deputado António Lima (*BE*): Sr. Deputado, três vezes que apresentámos recomendações!

O Orador: Quero saber o que é que o Bloco de Esquerda fez até agora na Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Depois, eu coloquei várias questões ao Sr. Deputado António Lima, nomeadamente de como é que resolvia – eu fiz-lhe uma pergunta, o sr. há de responder – como é que resolve o problema dos 73% de resíduos que todos os anos vão parar a aterro? Muito mais quando há uma meta de 10% a atingir? E portanto, explique, não basta dizer: “ah, a União Europeia tem uma comunicação...eu recomendo leitura de cabeceira, é muito interessante e tem lá tudo, as soluções todas”. Quais são, sr. deputado? Onde é que vai meter o lixo? O que é que faz ao lixo? Explique! Não basta dizer que a União Europeia tem um comunicado, o que é que diz o comunicado? Quais são as soluções? Leia, responda!

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado António Lima tem então a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dois esclarecimentos ao sr. deputado Alonso Miguel relativamente à intervenção do Bloco de Esquerda e às suas propostas.

Em primeiro lugar, disse em aparte, mas digo para toda a Câmara e o governo ouvirem, o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia Municipal, no último ano se não me engano e não me falha a memória, três vezes recomendações no sentido de rever o projeto da incineradora. Foi chumbada três vezes, sr. deputado, três vezes! Aliás, foi chumbada no próprio dia que terminava o prazo do recurso para que as partes pudessem recorrer da decisão judicial no próprio dia 25 de novembro o Bloco de Esquerda levou uma proposta para se rever e para se partir para outras soluções serem estudadas e o Município de Ponta Delgada, tem obviamente essa responsabilidade, como todos têm, mas tem uma responsabilidade ainda acrescida por ser o maior município de população da ilha de São Miguel. Essa proposta foi chumbada, porquê?

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Democracia!

Deputado Luís Maurício (PSD): E agora é o tempo dos municípios!

O Orador: Imagine-se! Porque era o tempo da justiça no último dia do prazo do recurso, imagine-se! Era o tempo da justiça quando às três horas da tarde se estava a votar e às quatro e meia fechava a secretaria do tribunal. Foi o tempo da justiça que foi muito importante para chumbar e para não decidir.

Quando até dias antes tinha dito o Sr. Presidente da Associação de Municípios da ilha de São Miguel dizia que era tempo de começar tudo de novo, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): É verdade, já começou! O Tribunal chumbou e começou tudo de novo!

O Orador: ... que se colocava entre os autarcas a exigência de repensar tudo e equacionar todas as hipóteses.

Bem, numa semana a Associação de Municípios da ilha de São Miguel fez isto tudo, a Associação de Municípios começou tudo de novo, repensou tudo e equacionou todas as hipóteses.

Deve ser o processo de decisão e de estudo mais rápido dos Açores já nem digo, quer dizer, do planeta! Planeta b, planeta a, planeta c porque é um processo de decisão e de estudo dos mais rápidos que já vi. Os presidentes de câmara da ilha de São Miguel devem ser os técnicos mais qualificados na gestão de resíduos do mundo e arredores! Conseguiram chegar a uma solução técnica para anunciar na Comissão de Assuntos Parlamentares de Ambiente e Trabalho uma semana depois.

Sras. e Srs. deputados, tudo isto é, para não dizer ridículo, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Deputado, ridículo é posição do BE. Apresenta, mas não argumenta!

O Orador: ... é triste. É triste que se faça este tipo de processo de decisão com essa falta de transparência e com esta falta de credibilidade porque não têm credibilidade nenhuma e sr. deputado se quer que afirme, leia a comunicação, por exemplo a comunicação diz que os estados membros com baixa ou inexistente capacidade de inceneração devem, por exemplo – eu não vou ler tudo porque é um

parágrafo relativamente longo – que diz que o desenvolvimento da capacidade de combinar a valorização energética e reciclagem de materiais sobre a forma de gestão anaeróbia pode representar uma opção de gestão atrativa. Dá aqui uma das várias soluções que estão neste documento.

Sr. Deputado se não quer ler, não vou ser eu a gastar o meu tempo a ler para si porque a leitura só faz bem.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Berto Messias fiz-lhe uma pergunta, responda-me por favor: qual é a posição do governo regional em relação ao facto de continuar a pedir um regime de exceção? Isso não é competência dos municípios, é sua, é vossa! Qual é a sua opinião, qual é a sua posição? Segunda questão: em relação ao regime de impacte ambiental que não integra as normas europeias, qual é a sua resposta, qual é a sua responsabilidade?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas questões distintas: uma levantada pelo PPM relativamente à questão das diretivas, não há aqui nenhuma lacuna legal nem pode passar a imagem de que nós estamos a tentar não transpor diretivas ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não está!

A Oradora: ... para não cumprirmos com requisitos ou questões ambientais. Como é sabido, ao nosso regime de avaliação ao impacte e do licenciamento ambiental aplicam-se as alterações resultantes das diretivas transpostas a nível nacional e portanto, esse é o princípio da supletividade regional, consagrado desde a revisão constitucional desde 2004 e portanto, não pode usar esse argumento porque ele de facto não se aplica aqui.

Relativamente à questão da declaração de impacte ambiental ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não cumpre as diretivas da União Europeia , pelo amor de Deus!

A Oradora: ... nós não podemos gerir estes processos pelas nossas opiniões pessoais, pelo aquilo que nós gostamos mais ou menos, é o princípio da legalidade que está aqui implícito e portanto, essa declaração de impacte ambiental, Sr. Deputado António Lima, de facto é de 2011, teve duas revisões até se iniciar o processo do EcoParque em São Miguel, em 2015 e a partir daí mantém-se válida, mas mantém-se válida com os condicionantes que lá constam e convidava o sr. deputado a consultar os mesmos e perceber as exigências que se mantêm válidas e que são pertinentes ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não são não!

A Oradora: ... relativamente a este projeto e portanto, a resposta à questão da validade é, parece-me, de pouca importância se não tivermos em conta as condicionantes que a mesma contém dentro de aquilo que foi colocado e dentro daquilo que é o quadro legal que nos rege.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que a Sra. Secretária nos está a dizer é que a declaração de impacte ambiental que foi emitida em 2011 e que entretanto teve duas prorrogações, não revisões, prorrogações que é apenas um instrumento de prolongar a validade – é assim não houve nenhuma alteração – aquilo que está a dizer é que agora com um projeto novo ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... em que a capacidade é altamente reduzida, não tem que rever nada e aquilo vai se manter válido, independentemente de o mundo ter mudado, o governo mantém-se firme, aquilo é para manter desde que aquelas condicionantes que não têm nada a ver ...

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro): Têm! Já leu?

O Orador: ... com as metas de gestão de resíduos, metas que estão como a sra. já disse, desatualizadas e infelizmente – termino já – ...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... aquilo que fica demonstrado neste processo e porque terminou o meu tempo é, em jeito de conclusão, que há uma vontade extrema de que ele avance. É uma vontade que põe em causa a sustentabilidade ambiental dos Açores e coloca em causa de uma forma, que é para nós, vergonhosa porque o governo regional não pode acenar com os selos e com os prémios ambientais, quando depois em casa coloca o lixo debaixo do tapete.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso é que é vergonhoso!

Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro): Ou então faz-se aterro!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A verdade é que esta legislação sobre o impacte ambiental, eu já lhe disse, é muito favorável por isso é que o governo não lhe mexe, não integra as diretivas europeias, ao contrário do que sucede nas outras áreas.

Eu vou-lhe dizer uma coisa, Sra. Secretária, a si e ao Sr. Secretário Berto Messias ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... eu vou apresentar nesta Casa uma proposta de alteração – termino já – e lanço-lhe um desafio: que este projeto da incineradora seja observado, seja analisado o impacte ambiental de acordo com a legislação que cumpre as regras estabelecidas pelas diretivas europeias.

Lanço-lhe esse desafio e ao governo regional e os srs. não lavem as mãos, esse lavar de mãos torna-vos corresponsáveis por aquilo que está a acontecer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos passar à votação:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam favor de se manter com estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam favor de se sentar;

A Sra. Deputada que se abstém, faça o favor de se sentar;

Secretário: A proposta anunciada foi rejeitada com 29 votos do PS, 19 do PSD, 3 do CDS-PP e com os votos favoráveis 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PPM e a abstenção da Deputada Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Deputada Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para reforçar a ideia de que considero muito pertinente a iniciativa do Bloco de Esquerda, no entanto poderiam ter aproveitado quando deram entrada de uma proposta de alteração na íntegra, ter alterado os pontos resolutivos e ter deixado só o ponto três. Não seria a primeira vez que o Bloco de Esquerda teria uma iniciativa cujo título não tinha nada a ver com os pontos resolutivos e teria sido muito mais...é verdade já aconteceu propostas de alteração integral em que depois os pontos resolutivos tinham pouco a ver com o título, é verdade, acontece a todos nós, mas teria sido muito mais fácil aprovar a vossa iniciativa do que tentar travar a questão da incineradora em São Miguel pela via de alteração do PEPGRA.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou naturalmente favoravelmente a sua iniciativa, o seu projeto de resolução por considerar em primeiro lugar que o PEPGRA é um documento que tem que ser revisto e tem que ser revisto no sentido de torná-lo um plano que efetivamente responda às necessidades ambientais na gestão de resíduos nos Açores.

Relembro que a nível nacional o PERSU, que é o equivalente ao PEPGRA, já foi revisto, já está até em vigor, enquanto o nosso PEPGRA, pelos vistos, vai ficar em banho maria até que a incineradora seja um facto consumado. Isso é um facto que desse debate ficou claro. Consideramos que tudo deve ser feito para travar esse projeto e temo-lo feito e temos a consciência tranquila nesse aspeto e não vamos desistir por aqui. Temo-lo feito em todos os órgãos onde temos representação, temo-lo feito com as associações ambientais também que têm muito feito e o movimento social que tem muito feito para travar este processo, mas há uma maioria, infelizmente, que não corresponde à maioria social que existe nos Açores que tudo quer essa maioria que existe nesta Casa e nos municípios, tudo quer fazer para que este projeto avance contra a vontade da maior parte das pessoas.

As alternativas existem e relembro até que o tratamento mecânico biológico que era diabolizado pela Associação de Municípios da ilha de São Miguel como algo inviável e impraticável vai agora ser construído.

Quando nós dizíamos que era uma alternativa, e muito questionou-se o Bloco de Esquerda sobre alternativas, nós sempre dissemos que era uma das alternativas possíveis e agora afinal ela já é possível. Mas aquilo que sabemos é que a Associação de Municípios com a cumplicidade do governo regional pode até fazer todas as alternativas e ter um sistema de gestão com todas as tecnologias possíveis na área

da gestão de resíduos, mas vai ter sempre uma incineradora que é isso que querem.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: O Partido Socialista não votou a favor deste projeto de resolução porque ele não é consequente e não é consequente porque o partido proponente não quis que assim o fosse.

O partido proponente trouxe a esta Casa um projeto de resolução que não diz o que ele próprio pretende e por essa inconsequência na proposta é que o Partido Socialista não a aprovou.

Disse.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com certeza que o CDS defende uma melhoria grande na eficiência da gestão dos resíduos nos Açores e também especificamente em São Miguel, mas nós temos de facto um problema enorme de deposição de resíduos em aterro na ilha de São Miguel, 73.1% dos resíduos

foram parar a aterro em 2018 na ilha de São Miguel e não nos parece que seja sensato eliminar e excluir a possibilidade desta alternativa que nós consideramos que não é a ideal, mas que dentro da hierarquia da gestão dos resíduos, é melhor que a deposição em aterro, portanto não nos parece que seja sensato excluir esta hipótese quando ela nos poderá ser útil de futuro e nós poderemos ter que recorrer a ela e portanto, não vale a pena subverter a hierarquia e também votamos contra porque o Bloco de Esquerda foi manifestamente incapaz de nos responder quais eram as alternativas que apresentava para a gestão e para a finalidade a dar a estes resíduos. O que é que fazemos com estes resíduos? 65 mil toneladas por ano! E o Bloco de Esquerda pura e simplesmente não soube responder a essa questão.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado para uma declaração de voto.

(*) Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós deixámos claro aqui que pese embora este projeto de resolução tivesse alguns considerandos que até fizessem sentido, a verdade é que nós temos mesmo que olhar para a componente resolutiva do projeto de resolução e logo à cabeça surge óbvio que não podemos tornar o plano estratégico de prevenção e de gestão de resíduos da Região Autónoma dos Açores, um documento que supostamente tem

que ser orientador e espelhar aquela que é a visão estratégica para a política de gestão de resíduos dos Açores, não pode ser limitador em termos das opções a tomar e portanto, nós não concordamos com esse caminho, não concordamos com essa opção e tivemos que votar contra.

Muito obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É inacreditável os contornos da questão que estamos aqui a discutir, é inacreditável que o governo regional faça aprovar propostas ... Sra. Presidente estou a contextualizar.

Presidente: Eu não disse nada!

O Orador: ... que o governo regional nesta matéria não tenha procedido à integração das diretivas, muito mais exigente as diretivas europeias em relação à questão do impacte ambiental, é inacreditável. É inacreditável que se tome uma decisão de construir incineradoras quando se sabe que uma boa parte da sociedade está contra, numa sala fechada com seis presidentes de câmara do PS e do PSD, sem consultar as assembleias municipais, sem consultar os vereadores das respetivas câmaras municipais, sem consultar a opinião pública, sem

consultar ninguém! Uma decisão tomada como se fosse num sistema feudal do século XIV, sem ouvir a cidadania, sem ouvir as pessoas, sem ouvir os ambientalistas, sem ouvir aqueles que se preocupam com estas questões. É inacreditável a forma como este processo decorreu.

É inacreditável que o governo regional queira lavar as mãos em relação a esta questão ...

Presidente: Sr. Deputado não pode interpelar as outras bancadas.

O Orador: ... quer em relação ao impacto ambiental, Sra. Presidente, quer em relação às posições que está a tomar em Bruxelas e junto do governo português, continuando a pedir um regime de exceção para que existam apoios comunitários para projetos de construção de incineradoras que a União Europeia já proibiu para o território continental de todos os países da União e o governo regional tem responsabilidade nesta matéria.

São estes os contornos e uma decisão destas, em relação à inceneração, que tem impactos incríveis do ponto de vista do ambiente, do ponto de vista da saúde este tipo de decisão é um tipo de decisão que não é aceitável que seja tomada desta forma e por isso é que nós, PPM, apresentámos uma iniciativa que visa alterar o PEPGRA para que esta decisão não possa ser tomada, destruindo a hierarquia de tratamento de resíduos, que está estabelecido no próprio documento, que está estabelecido em todos os documentos que foram produzidos por parte do governo regional em relação às questões

ambientais. Um governo regional que diz que se preocupa com as alterações climáticas, um governo regional que se preocupa com as questões ambientais.

Presidente: Sr. Deputado não pode interpelar as outras bancadas.

O Orador: Termino, Sra. Presidente, dizendo o seguinte: é necessário que se faça uma prévia observância da hierarquia de gestão de resíduos e isso não está a ser feito e depois há outra coisa, ninguém tem dúvidas no mundo científico e do mundo da cidadania, para quem se preocupa com estas questões e somos muitos, somos cada vez mais neste planeta aqueles que nos preocupamos com o futuro ambiental do planeta, ninguém acredita que a reciclagem possa suceder quando há uma solução à mão muito fácil que é queimar tudo e isso não pode acontecer. Essa é a solução fácil e essa é a solução que nós condenamos veementemente, mas não ficámos a assistir, apresentámos esta proposta em relação à alteração do PEPGRA e vamos fazer uma coisa que o governo não fez, vamos alterar a legislação e integrar as lacunas que a legislação tem em relação as diretivas europeias que foram aprovadas e que o governo regional não aprovou, mantendo uma legislação de impacto ambiental muito benigna para os prevaricadores e portanto, vamos alterá-la e vamos apresentá-la e eu comprometo-me a apresentar aqui, até ao mês de janeiro, uma proposta nesse sentido. Mas vou apresentar uma outra proposta também, uma proposta que impeça o Governo Regional dos Açores de continuar a pedir um regime de exceção ...

Presidente: Sr. Deputado já lhe dei demasiada latitude.

O Orador: ... em relação à construção de incineradoras no âmbito das regiões ultraperiféricas e por isso, Sra. Presidente, apoiei esta iniciativa porque é necessário, é imperioso que este Parlamento dos Açores assuma as suas responsabilidades e que impeça que este crime ambiental seja cometido.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas.

Eram 17 horas e 24 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 06 minutos.

Por deliberação da Conferência de Líderes e por versarem sobre a mesma matéria, vamos entrar agora nos pontos 6 e 7 da nossa agenda. O ponto 6 é o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2016/A, de 24 de fevereiro, que estabelece o Regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores – FUNDOPESCA”** e o ponto

7 é o Projeto Decreto Legislativo Regional n.º 35/XI – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores – FUNDOPESCA.”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

As iniciativas serão debatidas em conjunto, votadas separadamente como é habitual.

Os tempos são aqueles que são habitualmente utilizados no processo legislativo comum para debates em conjunto.

Para apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/11 do BE, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pesca é, na Região, uma atividade importante que emprega milhares de açorianos e açorianas, pessoas e da qual dependem muitas famílias.

Historicamente, a atividade da pesca nos Açores, embora seja responsável pelo fornecimento de bens alimentares de grande valor e alimente toda uma economia ligada a esta, sempre remunerou mal quem nela trabalha e que tantas vezes corre enormes riscos.

Para além desse risco associado à atividade, das práticas medievais na distribuição do rendimento que até hoje subsistiram, a inconstância da atividade e a sua imprevisibilidade devido às condições

meteorológicas tornaram necessárias políticas públicas que confirmam um mínimo de estabilidade de rendimento aos pescadores.

Na Região Autónoma dos Açores o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de maio, adaptou à região o Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca.

Este mecanismo - o FUNDOPESCA - foi mais tarde alterado por duas vezes - em 2013 e em 2016.

Esta última alteração teve em vista uma melhor adequação à realidade regional e às suas especificidades, assim como a simplificação e celeridade do processo de atribuição do FUNDOPESCA.

O FUNDOPESCA não é com certeza a solução para todos os problemas do rendimento da pesca, mas atenua e pode atenuar quebras de rendimento.

A última alteração, na qual o Bloco de Esquerda se empenhou, teve a abstenção do Bloco de Esquerda em votação final global.

Entre os documentos obrigatórios no processo de candidatura ao FUNDOPESCA estão as apólices de seguro de acidentes de trabalho e de seguro por incapacidade permanente absoluta ou morte, que de acordo com a legislação em vigor, são responsabilidade da entidade patronal.

À data da introdução deste requisito, o Bloco de Esquerda, em conjunto com todos partidos da oposição apresentaram uma proposta que previa que a não apresentação destes documentos não significasse o corte ou inviabilização no pagamento do FUNDOPESCA.

Há data alertamos para o problema que já se antecipava, mas o PS e o Governo insistiram nesse absurdo de poupar à custa da fragilidade de quem anda no mar sem seguro.

Tiveram à data, todos os partidos da oposição, entre os quais o Bloco de Esquerda, o discernimento de vislumbrar os problemas que este requisito poderia trazer.

E sem surpresa, a maioria absoluta do PS chumbou a proposta.

A falta de seguros obrigatórios, critério exigido para aceder ao FUNDOPESCA, tem sido recorrente fator de exclusão das candidaturas de centenas de pescadores.

Esta situação, de uma profunda injustiça, penaliza o profissional da pesca quando este não tem qualquer responsabilidade ou intervenção na contratação e manutenção dos seguros obrigatórios, responsabilidade esta que recai única e exclusivamente sobre a entidade patronal - o armador.

A partir deste grave problema, constata-se ainda que centenas de pescadores nos Açores desempenham as suas funções - uma profissão que é de risco elevado - sem seguro de acidentes de trabalho e seguro por incapacidade permanente absoluta ou morte, situação absolutamente inadmissível!

É imperativo corrigi-la!

Assim, urge alterar o FUNDOPESCA de modo a que a ausência das apólices de seguros obrigatórios dos tripulantes resulte na exclusão da candidatura do armador e não do tripulante da embarcação.

Finalmente, tendo o FUNDOPESCA conhecimento de violações da lei no que aos seguros obrigatórios diz respeito, tem de comunicar estas infrações às entidades com competência de fiscalização da matéria.

Poderíamos ter apresentado uma proposta de alteração mais abrangente ao FUNDOPESCA - há outras melhorias necessárias.

Mas decidimos apresentar esta pequena, mas significativa alteração porque consideramos que ela é a mais urgente dada a situação de profunda injustiça da norma em questão.

Esta alteração que hoje debatemos poderá ter um efeito muito significativo na vida de muitos pescadores que se vêm privados do acesso ao FUNDOPESCA porque o seu patrão não cumpre a lei, colocando o trabalhador da pesca e a sua família numa situação de enorme fragilidade.

Permitir que se trabalhe no mar sem os seguros obrigatórios é brincar com a vida destes trabalhadores.

A fiscalização da existência de seguros na pesca não é a principal competência do FUNDOPESCA, mas perante a sua ausência, dos seguros, a lei não pode prejudicar quem não tem nenhuma responsabilidade na matéria - o pescador - e todas as entidades com conhecimento desse facto não podem assobiar para o lado!

Têm de denunciar a quem tem a responsabilidade de atuar.

É isso que o Bloco de Esquerda hoje propõe nesta casa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora para apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 35/11 do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Sra. Presidente, sras. e Srs. Deputados, srs. membros do Governo:

No setor das pescas nos Açores coexistem várias realidades, os problemas variam de ilha para ilha, de contexto para contexto, há ainda ilhas com qualidades piscatórias com um acentuado baixo rendimento por diversos períodos do ano que agravam quando as condições climáticas são más, uma vez que impedem os mesmos de irem à pesca.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é que não pesca nada!

O Orador: Passado mais de dez anos foi publicado o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2013 de 17 de outubro, que veio estabelecer o regime jurídico do fundo de compensação salarial dos profissionais da pesca dos Açores, designado FUNDOPESCA.

No entanto era necessário e urgente adaptar o FUNDOPESCA às exigências da faina que houve melhores e mais adequadas respostas àquelas situações.

Assim, através do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2016/A, de 24 de fevereiro alterou-se o diploma inicial do FUNDOPESCA, tendo em conta a necessidade de agilizar o regime de atribuição deste fundo.

Por um lado, para que o FUNDOPESCA fosse acionado de forma a garantir uma maior relação com o rendimento dos pescadores

tornando-o numa ferramenta de apoio em casa de quebra excepcional na receita em primeira venda.

Por outro lado, pretendeu-se tornar o mesmo mais célere e simples coma a apresentação antecipada de uma candidatura, agilizando o procedimento, podendo assim fazer face às necessidades dos beneficiários.

Apesar destes avanços, verificamos que ainda é necessário fazer algo mais para melhorar as condições de vida dos pescadores açorianos, pelo menos daqueles que pretendem receber o FUNDOPESCA ou subsídio de mau tempo, como é conhecido por exemplo, na Vila de Rabo de Peixe.

Sras. e Srs. membros do Governo o FUNDOPESCA não pode ser considerado como uma esmola, uma vez que é o próprio pescador que desconta em lota uma percentagem para este fundo.

Dando seguimento aos anseios de muitos pescadores o PSD vem hoje propor que um maior número de pescadores, seja abrangido pelo FUNDOPESCA, nomeadamente aqueles que são penalizados e que não recebem o subsídio de mau tempo pela exigência da apresentação de um comprovativo de seguro. A obrigatoriedade na vida dos nossos pescadores tem que existir, como em qualquer profissão, pois a segurança de qualquer trabalhador tem que estar sempre em primeiro lugar.

No entanto e aquilo que defendemos é que o seguro não seja um critério, não seja uma condição necessária para que os pescadores possam aceder ao FUNDOPESCA.

Assim, o PSD defende que o pescador não pode ser prejudicado pelo facto de o armador retirar o mesmo do seguro.

O pescador que desconta para o FUNDOPESCA, muitos deles com muitos fracos rendimentos, não entende o porquê de ser ele o prejudicado, não atendo o facto de ele não receber o subsídio de mau tempo, quando os seus companheiros recebem, provocando nestes um sentimento de revolta, este sente que está a ser claramente injustiçado.

Deputado Carlos Silva (PS): A revolta é em reduzir os rendimentos, que é o que senhor está a fazer! É essa a revolta!

O Orador: Com a alteração do FUNDOPESCA, aqui proposta pelo PSD são introduzidos mais fatores de equidade e de justiça, de acordo com as especificidades das embarcações nas descargas para a contabilização do acionamento do FUNDOPESCA.

Há necessidade de haver uma adaptação e tornar este FUNDOPESCA ainda mais justo e célere na sua aplicação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para que o valor a receber pelos pescadores chegue o mais rapidamente possível aos mesmos quando estes mais necessitam.

Passado três anos da entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2016/A, de 24 de fevereiro e ouvidas as organizações

representativas do setor, verificasse ser necessário maior rapidez no pagamento da compensação salarial aos pescadores e nessa medida reduz-se o prazo previsto para o processamento e decisão das candidaturas por parte do Conselho Administrativo e estabelece-se um prazo para homologação por parte do Membro do Governo Regional, com competência em matéria das pescas, das deliberações do Conselho Administrativo, no âmbito da atribuição de compensações salariais.

Ademais, a presente proposta procede à alteração dos requisitos de acesso à compensação salarial, reduzindo o período relevante de paragem de faina de oito para cinco dias consecutivos e de quinze para sete dias interpolados, num período de 30 dias.

É igualmente criada a possibilidade de aumento do período máximo de atribuição da compensação salarial de sessenta para noventa dias, por despacho do Membro do Governo, com competência em matéria de pescas, sob propostas do Conselho Administrativo.

Aproveito igualmente para consagrar no Decreto Legislativo n.º 19/2013/A de 17 de outubro que o Conselho Administrativo reúne sempre quando convocado pelo seu Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de um terço dos seus membros.

Por último fica consagrado no Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, e 17 de outubro, que o pagamento dos valores equivalentes às das contribuições e quotizações de cada trabalhador para o sistema providencial, seja assegurado pelo FUNDOPESCA.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não temos dúvidas que com esta alteração iremos estar a dar um passo importante para melhoria da vida de alguns pescadores em alturas de grande aflição.

O FUNDOPESCA, subsídio de mau tempo, como alguns pescadores lhe chamam tem que ser um instrumento ao dispor dos trabalhadores nas alturas em que tiver que ser realmente ativado, trazendo assim maior justiça social a este setor da nossa sociedade.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O atual regime do FUNDOPESCA publicado em 2016, foi construído com base numa proposta de Federação de Pescas dos Açores e foi consensualizado entre todas as forças partidárias e teve o apoio das associações do setor e o consenso é mesmo assim, dá trabalho, houve cedências de todas as partes, mas conseguiu-se aprovar um fundo de compensação salarial com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS-PP e PPM e as abstenções do BE e do PCP.

Este aperfeiçoamento promove uma maior proteção dos pescadores, quando impedidos de desempenhar a sua atividade.

Três anos e pouco depois aqui estamos outra vez a debater sobre duas propostas de alteração do FUNDOPESCA: uma do BE, mais cirúrgica e também mais coerente, pelo menos com aquilo que defendeu em 2016, ou seja, reiterar a obrigação de apresentar comprovativo dos seguros de acidentes de trabalho e de acidentes pessoais, as alíneas f) e g), do art.º 7.ºA.

Esta alteração apesar do seu aspeto bondoso pode beneficiar os incumpridores e é também regredir e regredir anos, muitos anos e nós como queremos beneficiar efetivamente os pescadores, não poderemos aceitar esta medida que pode isentar de responsabilidade os verdadeiros infratores e cria uma injustiça perante os armadores e pescadores cumpridores.

Já a proposta do PSD é bem mais complexa...

Deputado Luís Maurício (PSD): Tinha de ser!

O Orador: ... reduz os dias de inatividade para ativar o FUNDOPESCA, passa de oito para cinco, dias seguidos, e passa também de quinze para dez, interpolados.

Reduz às associações a gestão das candidaturas, estipula prazo para homologação, determina a limitação às disponibilidades orçamentais, reduz receitas, isenta coimas, coloca o período da atribuição do FUNDOPESCA a contar para a segurança social.

Perante tudo isto, pergunto ao partido proponente, nomeadamente ao Sr. Deputado Jaime Vieira, que foi o porta voz nesta proposta, se sabe qual é o impacto financeiro que a sua proposta tem?

Perguntava também, quem é que faria a gestão das candidaturas dos pescadores que não se revissem em nenhuma das associações do setor?

Deputado Luís Maurício (PSD): Estamos à espera dos radares meteorológicos!

O Orador: Também perguntava que a integração do FUNDOPESCA na segurança social, que esforço financeiro iria exigir aos pescadores? Também perguntava se essa proposta pode reduzir o apoio atribuído aos pescadores?

Por fim, se não houver disponibilidade orçamental, como ficam os pescadores, porque é uma proposta que diz exatamente isso?

Deputado Luís Maurício (PSD): Ficam à espera de um orçamento retificativo!

O Orador: Bem, o FUNDOPESCA deve ser aplicado, de facto, quando há uma quebra no rendimento e é sobre rendimento que temos que falar.

Sr. Deputado Jaime Vieira, o senhor na qualidade de porta voz para a área das pescas, no dia 27 de novembro disse exatamente isto: “Que hoje é bem mais difícil viver da pesca do que o era há 10, há 12 ou há mais anos atrás”. Disse também: “Hoje em dia os pescadores pescam menos e ganham menos”.

Também diz aqui que estes pescadores tiveram que se adaptar aos novos tamanhos mínimos.

Sobres esta questão dos tamanhos mínimos eu queria dizer ao Sr. Deputado que isto tem sido feito tudo de acordo com as associações e até, inclusivamente, grande parte das associações adotaram até medidas mais exigentes por sua livre iniciativa, portanto o que o senhor disse aqui não é verdade!

Relativamente à questão do rendimento, Sr. Deputado, há aqui dados que não os posso considerar verdadeiros, aliás (tinha aqui a minha cábula, não sei onde é que ela está, mas eu já vou chegar lá).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não é capaz disso!

O Orador: Sr. Deputado, entre 2006 e 2018, por exemplo, nós tivemos uma redução de 12% nas embarcações licenciadas de pesca; nós reduzimos pescadores matriculados em 27% entre estes anos; a pesca descarregada em quilos aumentou 1,7%; o valor da pesca descarregada cresceu 19,1%; o preço médio cresceu 17,1%.

Sr. Deputado, relativamente ao rendimento acho que ficamos conversados, eu vou dizer-lhe desde pelo menos 1994 (eu digo pelo menos porque eu acredito que tenha sido desde sempre) só houve três anos melhores que o ano de 2018, que foram 2007, 2010 e 2011.

Como é que é possível vir dizer que hoje se vive pior na pesca, se nós temos ainda mais rendimento a dividir por menos pescadores.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar do CDS entender que é preciso uma reforma mais profunda do FUNDOPESCA, tornando-o mais abrangente e mais eficiente, nós concordamos com a generalidade das propostas apresentadas neste Projeto de Decreto Legislativo Regional, quer pelo BE, quer pelo PSD.

Relativamente à questão dos seguros não temos dúvida nenhuma que concordamos que os pescadores fazendo os seus descontos, não devem ser prejudicados no acesso ao FUNDOPESCA, quer por irresponsabilidade, quer por incumprimento por parte dos armadores e infelizmente isto ainda acontece com centenas de pescadores, daí que não entendo as afirmações do Sr. Deputado José Ávila, em como é que esta proposta pode representar um retrocesso, não compreendo. No nosso entender o que é preciso é reforçar a capacidade de fiscalização que existe, porque mesmo que estes pescadores deixem de ser prejudicados no acesso ao FUNDOPESCA, com estas propostas de alteração que são agora apresentadas, continuará sempre a ser obrigatório haver um seguro, portanto é preciso que haja

fiscalização reforçada para garantir que estes seguros continuem a existir e para impedir coisas, como por exemplo que seja apresentado o rol de matrícula e logo de seguida seja reduzido o número de pescadores que estão inscritos no seguro, mas isto tudo só é possível fazer reforçando a inspeção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A inspeção das pescas só inspeciona cagarros!

O Orador: Portanto, nós concordamos com a pretensão de não prejudicar os pescadores no acesso à compensação, o que é muito diferente de promover uma desresponsabilização dos armadores.

No nosso entender seria ainda muito importante adicionalmente conseguir um mecanismo que permitisse alertar o pescador sempre que este deixe de estar assegurado, porque isso aí representaria um aumento da capacidade de reação por parte do próprio pescador de alerta e de capacidade de fazer cumprir a legislação por parte do armador e eu julgo que isto seria um contributo até para a fiscalização da atividade e do próprio funcionamento do FUNDOPECA.

Em relação às restantes propostas, porque neste caso a proposta do PSD acaba por englobar um pouco o Projeto de Decreto Legislativo do BE, portanto nós concordamos com a agilização do mecanismo de acesso ao FUNDOPECA, nomeadamente com a redução do número de dias para o seu acionamento e parece-nos ainda interessante que possa haver uma divisão em relação ao tamanho das embarcações, aos segmentos de frota, de forma a que as embarcações mais

pequenas não sejam prejudicadas pelas embarcações maiores que, obviamente, conseguem suportar condições climatéricas mais adversas.

No entanto nós discordamos com as propostas apresentadas pelo PSD, relativamente aos art.ºs 13.º, 14.º e 15.º, porque não vemos qualquer benefício na redução em relação às receitas afetas ao FUNDOPESCA, nem defendemos medidas que possam efetivamente desresponsabilizar quem vier a infringir aquilo que está disposto neste diploma.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar eu não sei se o PSD tem a noção exata da proposta que apresentou aqui para alteração do FUNDOPESCA...

Deputado Luís Maurício (PSD): Tem, tem!

Deputado António Almeida (PSD): Sobre o mau tempo não tem!

O Orador: ... e não deve ter com certeza, desculpem que lhes diga, tem aqui um grande desconhecimento em relação a muitos assuntos, em relação ao FUNDOPESCA, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Está a começar mal!

O Orador: ... desde a segurança social que querem que o FUNDOPESCA passe a descontar, que sejam considerados o número de dias, isto denota um desconhecimento completo acerca do funcionamento do FUNDOPESCA.

Mas, antes de avançar eu gostaria de clarificar aqui uma questão porque já foi referida e repetida por vários Deputados nesta Casa e permitam-me dizer que não é verdade que centenas de pescadores ficam de fora do FUNDOPESCA. Não é verdade!

Deputado António Lima (BE): Quantos são?

O Orador: Eu digo-lhes que não é verdade e os senhores tiveram acesso porque houve um requerimento que falou e eu vou dizer-lhes assim: em 2017, dos 974 requerimentos para o FUNDOPESCA, 151 foram indeferidos; em 2018, dos 821 só 44 é que foram indeferidos, ou seja, houve uma redução de 70%. Sabem porquê? Porque de facto a obrigação do seguro é uma coisa que vai se fazendo o seu caminho ...

Deputado António Lima (BE): Não se vai fazendo o caminho! Tem de ser feito!

O Orador: ... e de facto está a ter resultados, ou seja, hoje em dia os indeferimentos por falta de seguro, não são centenas, são da ordem das dezenas em 44 e estamos todos de acordo que de facto isto é uma infração gravíssima por parte dos armadores, não está em causa nada disso.

Deputado José San-Bento (PS): Tem de ficar claro!

O Orador: Isto é uma infração gravíssima por parte dos armadores e há organismos de fiscalização que têm que estar mais atentos a este assunto porque isto pode pôr em causa as famílias e a segurança dos pescadores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): O Governo é que tem que fiscalizar!

O Orador: Deixe-me acabar, Sr. Deputado! Deixe-me acabar!

Por outro lado, deixem-me dizer o seguinte: no sentido de promover a segurança dos pescadores no mar e no sentido de motivar que os armadores fizessem seguros aos seus pescadores, o Governo Regional criou um regime de apoio aos seguros, por tripulante, desde há uns anos a esta parte e atribui 200 euros por tripulante nos Açores, ou seja, o Governo Regional tem aqui uma medida que incentiva os armadores a fazerem os seguros, uma medida que tenta proteger de facto os pescadores e que contribui certamente para que mais pescadores tenham seguros nesta Região.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): E a fiscalização, Sr. Secretário?

O Orador: Quanto à fiscalização, os senhores também não acertaram na entidade que deve fazer fiscalização.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é a entidade que faz a fiscalização?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não! Tem que dizer onde é que não acertámos!

Deputado Carlos Silva (PS): Disse em Comissão, Sr. Deputado! Em Comissão foi dito!

O Orador: Quem deve fazer fiscalização desta componente, em particular dos seguros do trabalho como em qualquer outro setor é a Inspeção Regional do Trabalho, naturalmente. É a Inspeção Regional do Trabalho, naturalmente, pode ser a Polícia Marítima, pode ser a GNR.

Bom, retirar a obrigatoriedade dos seguros é desresponsabilizar completamente os armadores deste assunto, é abrir uma caixa de pandora, digamos assim, ou abrir a possibilidade que muitos pescadores continuem a andar no mar sem seguros e isso nós não podemos permitir.

Mas, antes de avançar e porque as propostas naturalmente têm que ser consubstanciadas porque estão aqui em causa muitas alterações bastante significativas, eu gostaria de saber, e porque não foi respondido ainda essa pergunta e eu vou reforça-la, é preciso ter uma noção de quanto é que custaria em média as alterações propostas, tanto ao nível de passar dos 8 para 5 dias consecutivos e para os 15 dias em 30 alternados de não poderem ir para o mar. Quanto é que custaria passar dos 60 dias, para os 90 dias? São coisas que nós não temos aqui e que a proposta não fala e que gostaríamos que fossem

clarificadas, porque isto naturalmente é muito importante sabermos quais são os montantes que estão aqui envolvidos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sr. Secretário, e o DLR que fala nos custos? É isso que tem que saber!

O Orador: Por outro lado, há aqui um dado também que é curioso. Na última discussão do Plano e Orçamento nesta Casa, o PSD propôs uma alteração ao Plano, reforçando o FUNDOPESCA em 50 mil euros.

A minha pergunta é, e mais uma pergunta: estes 50 mil euros são suficientes, ou eram suficientes, ou os senhores julgam que são suficientes para compensar este aumento brutal dos custos do FUNDOPESCA?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aparentemente sim!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Foram os senhores que aprovaram!

O Orador: Mais, o que os senhores também não dizem, mas gostaríamos que clarificassem, é quanto é que os pescadores teriam que aumentar nos seus descontos para compensar este aumento brutal que o FUNDOPESCA terá com certeza, fazendo todas estas alterações, tanto aos descontos para a segurança social, como a diminuição dos dias em que não podem ir para o mar?

Portanto, são estas as questões que eu gostaria de deixar, também, para termos uma avaliação mais rigorosa da proposta que estamos a discutir nesta sessão.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem, Sr. Secretário!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho uma segunda vez depois da apresentação para também pronunciar-me em nome do BE acerca da proposta que apresenta o Grupo parlamentar do PSD.

Uma das alterações que o PSD faz é em muito semelhante à que o BE também faz e com esta estamos obviamente de acordo.

Para além disso a proposta do PSD também altera vários outros artigos com o objetivo de por um lado reduzir prazos e também de aumentar o período em que é atribuído o FUNDOPESCA, como já foi aqui referido, propostas essas que têm de forma geral a nossa concordância e que terão o nosso voto favorável.

Indo também áquilo que já foi dito e voltando um pouco atrás, julgo que neste debate e de uma forma um pouco também diferente daquela que é uma apresentação em tribuna, gostaria de dizer e explicar melhor a quem nos segue, por que razão é que nós apresentamos essa proposta e da forma que a apresentamos e também explicar como é que as coisas na prática se processam.

A verdade é que os seguros obrigatórios em qualquer atividade são essenciais no trabalho e na pesca esses seguros ainda são mais óbvios

e a sua exigência não pode ser um caminho, tem de ser um ponto de chegada, não fazemos caminho para ter toda a gente segurada, esse seguro tem que ser obrigatório a 100%, não pode ser a 90, nem 95, nem a 70.

O que acontece muitas vezes na pesca, e é por isso também que nós apresentamos essa proposta, é que muitas vezes a entidade patronal, o armador faz o seguro dos seus tripulantes, dos seus trabalhadores, semanas e meses depois retira-os do seguro e esses trabalhadores exercem a atividade de forma completamente desprotegida colocando em causa a sua segurança e o que acontece é que o Governo que tem o seu Conselho Administrativo e o FUNDOPECA que tem pessoas que trabalham no seguimento dos processos, recebem por vezes alguns processos que não incluem os seguros obrigatórios e por esse motivo os trabalhadores da pesca que não têm responsabilidade nenhuma nesse processo ...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*):

Não têm?! Porquê?

O Orador: ... que não têm de saber sequer se tem os seus seguros em dia porque não vão estar a perguntar à sua entidade patronal se pagou ou não pagou o seguro, se retirou da lista do seguro ou não retirou, não sabem, são penalizados e não recebem o FUNDOPECA.

Na pesca o que acontece ainda devido ao contexto que estamos a falar há uma solidariedade ainda que até custa a perceber como é que essas situações acontecem, porque numa tripulação de dez pessoas, se cinco

recebem o seu FUNDOPESCA muitas vezes esses trabalhadores ainda dividem esse apoio entre todos, o que obviamente sendo um apoio já tão pequeno, ainda é mais preocupante, é mais gravoso.

Ora, as intervenções que aqui tivemos da parte do PS e da parte do Sr. Secretário, erram num ponto fundamental.

Aquilo que o PS gostaria que o BE tivesse apresentado hoje aqui, para terem uma facilidade de chumbo desta iniciativa, era que nós tivéssemos eliminado as obrigatoriedades de apresentação do seguro do Decreto Legislativo Regional.

Ora, não é isso que nós fazemos e não é isso que me ficou subentendido na intervenção do Sr. Deputado José Ávila. Nós mantemos essa obrigatoriedade! Ela continua a existir, a diferença entre aquilo que está na redação da proposta do BE e a redação atual da lei, é que a penalização para esse incumprimento pela falta, não é ao trabalhador, não pode ser ao trabalhador, tem que ser a quem teve a responsabilidade e tem essa responsabilidade de contratar e manter os seguros válidos, que é a entidade patronal, nesse caso o armador da embarcação e isso meus Srs., Sras. e Srs. Deputados é da mais elementar justiça. Não reconhecer isso, é não ser sério, e não digo de forma leviana, e é compactuar com uma situação de ilegalidade que coloca em risco a segurança a bordo, que coloca em risco a segurança de famílias, de pessoas que em caso de situação extrema, em caso de acidente ou morte dependem do seguro. Ele tem que existir e o FUNDOPESCA não pode perante uma situação de incumprimento

por parte do armador, simplesmente fechar os olhos e colocar os papeis na gaveta que é aquilo que acontece, porque o Sr. Secretário disse que foram algumas dezenas nos últimos anos e eu pergunto dessas dezenas, quantas denúncias fez o Governo à Inspeção Regional do Trabalho? São dezenas, e eu explico-lhe porquê, explico a toda a câmara por que é que são dezenas e não são centenas que chegam ao FUNDOPESCA. É que são as associações e os sindicatos que instruem a grande maioria dos processos de candidatura e os processos já chegam obviamente limpos das irregularidades e o FUNDOPESCA já tem a maior parte dos processos obviamente sem qualquer irregularidade e isso não pode acontecer. Isso não pode acontecer! Por isso é que são tão poucos oficialmente, mas na realidade são muitos mais porque essa prática é generalizada e o Governo sabe disso e está a fechar os olhos. Fechar os olhos a isso é compactuar com uma situação que é inaceitável, colocando em risco a segurança dos trabalhadores e com isso o BE não compactua e a verdade é que só vejo uma explicação para isso, que é desresponsabilizar os armadores por um lado e por outro poupar. Não vejo outra explicação!

Indo aos custos e eu não vou fazer obviamente as contas que o PS perguntou ao Grupo Parlamentar do PSD, não me cabe fazê-lo, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor nunca faz contas!

O Orador: ... mas cabe-me dizer qual é que tem sido a taxa de execução do FUNDOPESCA. No Plano há uma verba todos os anos

que é atribuída ao FUNDOPESCA, que pode ser executada e que se espera que seja executada. A verdade é que em 2018 essa verba foi executada, a verba prevista era de 305 mil euros, foi revista para 17 mil e 300 euros. Foi executada a 98%, com uma revisão dessas quem não executa!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*):

Se não é preciso ativar não há execução!

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Não reviram mais porque não foi preciso!

O Orador: Claro, não podia!

Deputado Francisco César (*PS*): Essas contas são de 2018!

O Orador: 2018!

Em 2017 a dotação inicial era de 305 ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (*Berto Messias*): Essas contas parecem primárias!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Sr. Secretário, as contas na primária aprendiam-se assim, são contas de somar.

A dotação em 2017 era de 300 mil euros, inicial, foi revista para 305 mil euros, a execução foi de 179 mil euros, 58%.

Ora, se o Governo está preocupado com a proposta do PSD que aumenta os custos, julgo eu que há aqui uma ampla margem de manobra entre a dotação que é efetivamente prevista e aquilo que é executado que tem sido muito abaixo do que está previsto.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem observado!

O Orador: Por isso os problemas das taxas de execução e dos Relatórios e Contas é que eles são muito interessantes de avaliar *à posteriori*, infelizmente nem sempre isso é possível fazê-lo a tempo, mas julgo que neste caso dará muito boa conta a este debate e será muito útil.

Deputado Luís Maurício (PSD): Apoiado, Sr. Deputado!

Deputado Carlos Silva (PS): Alguém que faça as contas! Os senhores propõem e os outros fazem as contas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É verdade, como já foi dito aqui pelo Deputado José Ávila, que efetivamente esta versão do DLR do FUNDOPESCA resultou de uma discussão de consenso e de uma solução de compromisso das várias propostas das várias bancadas.

A verdade é que houve matérias onde não foi possível encontrar consenso, e justiça seja feita já na altura a Deputada Zuraida Soares e até com alguma crítica nossa, fazia parte do grupo e na altura da

discussão alertou para a questão do seguro e disse que achava que isso ia ser perverso porque quem tinha a responsabilidade de pagar o seguro eram os armadores e quem ia ser penalizados eram os pescadores.

Nós demos o benefício da dúvida porque o Sr. Secretário da altura disse que havia imensas fraudes por parte dos pescadores, uns que até ficavam em terra, que nunca iam ao mar e que acediam ao FUNDOPESCA.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os drones!

A Oradora: Nós aceitámos esse argumento, mas a verdade é que passados três anos da implementação, deixou de haver a fraude por parte dos pescadores e passou a haver a fraude por parte dos armadores e no fundo quem está ser prejudicado são os pescadores e como o povo diz não podemos ficar numa situação que “pague o justo pelo pecador”, porque na realidade o que acontece é que o armador não paga o seguro e se fosse numa outra empresa qualquer, se acontecesse um acidente de trabalho, ou um acidente qualquer, a entidade patronal ficaria responsável de pagar do seu bolso todos os custos porque o seguro não estava em dia.

Mas neste caso em particular é impedir o pescador de receber uma compensação pelo facto de não ter rendimento por questões climatéricas, ou quer que seja, não pode exercer a sua atividade de pesca e este mecanismo que seria um mecanismo de compensação cada vez que o pescador não pode pescar, pelo facto de não ter os

seus seguros em dia, não pode receber porque o armador cometeu uma série de fraudes.

Portanto, na realidade não podemos manter uma situação em que “paga o justo pelo pecador”.

E as questões das baixas taxas de execução resulta de uma outra matéria, que também não conseguimos chegar a consenso, em que se propôs que se poderia acionar o fundo até noventa dias e bateram o pé que não.

Quando havia o anterior DLR em que o fundo era acionado para todas as ilhas ao mesmo tempo, geralmente quando atingia os 60 dias também já se tinha esgotado o fundo.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*):

Isso nunca acontece!

A Oradora: A verdade é que atualmente o fundo é acionado por ilha. Imaginemos que uma ilha que tem poucos pescadores já chegou aos 60 dias, gastou-se muito pouco do plafond e, portanto, existe ainda fundo para ser acionado, portanto não há problema nenhum de alargar a possibilidade até aos 90 dias, caso exista fundo e aí passaríamos a ter taxas de execução de 100%.

Aquilo que é lamentável e sempre que nesta Casa se discute o FUNDOPESCA pensamos no FUNDOPESCA como uma compensação salarial para uma atividade com baixos recursos. Isto é que não poderia acontecer. A pesca na Região que deveria ser uma atividade que gera riqueza, devido à riqueza dos nossos recursos e do

nosso mar, continua a ser um setor social onde se encontra os maiores focos de pobreza. Isto é lamentável e as políticas implementadas não conseguiram inverter esta situação.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Mário Tomé, tem a palavra.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou separar esta minha intervenção em duas partes e a primeira parte vai para um discurso bastante demagogo do Sr. Deputado António Lima.

Ainda há pouco numa discussão de um diploma anterior dizia o Sr. Deputado que a Região tinha que aplicar o regulamento comunitário, mas neste caso os seguros não interessam. Eu só lembro que a obrigatoriedade do seguro foi uma proposta debatida com as associações do setor ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ninguém disse isso! Ninguém defende isso!

O Orador: Eu vou chegar lá!

... e esta obrigatoriedade resulta no disposto da Lei n.º 15/97, de 31 de maio e que estabelece o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca.

O que o senhor obviamente pretende é que o seguro não seja um fator impeditivo, mas criaríamos uma bola de neve tal e qual ao que

acontecia no passado antes desta primeira alteração, até porque o senhor sabe perfeitamente que havia embarcações que chegavam a ter quarenta tripulantes inscritos no rol de matrícula, alguns deles viviam nos Estados Unidos e recebiam fundo de pescas, por isso o critério tem de ser muito bem definido.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Já sabemos disso!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é fraude! Onde está a fiscalização?

Deputado Luís Garcia (*PSD*): E a fiscalização, Sr. Deputado?

O Orador: Quanto às propostas e à parte da fiscalização, como disse o Sr. Secretário e muito bem, há duas entidades que têm competência direta nisto que é: a Inspeção Regional de Trabalho e a Autoridade Marítima, mas também compete ao contratante, neste caso ao pescador, saber dos seus direitos e garantir os seus direitos porque tem essa obrigação também de denunciar quando as apólices de seguro não estão válidas.

Agora, voltando à questão da apresentação do colega Jaime relativa à questão dos baixos rendimentos e esta proposta e de uma forma muito genérico, esta proposta nomeadamente o aditamento do art.º 6.º da segurança social, o que vai promover é uma baixa de rendimento aos pescadores, porque passamos de um regime subsidiário para o regime contributivo em que o pescador com essa proposta teria que pagar 8%, seria debitado 8% de subsídio e o FUNDOPESCA teria que pagar 21% e eu pergunto:

Primeiro: Quanto é que custaria isto? Se esta proposta de uma forma séria qual foi o custo calculado, por exemplo, para a alteração do período dos oito dias consecutivos para os cinco dias e dos quinze dias interpolados para os dez dias?

Relativamente à questão dos segmentos de frota temos que diferenciar dois aspetos: primeiro é a pesca costeira em que tem uma limitação de operação à linha de costa, como sabemos numa ilha ou na mesma ilha, num determinado porto pode não haver condições de operar e nos outros portos isso pode perfeitamente acontecer, aliás isto acontece porque a frota costeira está limitada à pesca dentro das duas milhas, portanto do ponto de vista dias de mar se formos a ver – eu não tenho esses dados – mas é exatamente o mesmo, por isso eu gostaria que houvesse uma explicação relativamente à questão dos segmentos de frota.

Relativamente à outra proposta, das seis alterações aos artigos, questionava também porque eu penso que é conhecimento até porque um dos presidentes, no caso o Presidente da Associação de Armadores da Pesca dos Pescadores do Pico, chamou-me a atenção que é colocada aqui uma alteração relativa à reunião e a convocação das reuniões. Penso, e o Sr. Secretário se me permite confirme por favor, que o FUNDOPESCA tem um regulamento interno de funcionamento, portanto as reuniões não são convocadas quando o Sr. Secretário quer ou quando alguém pretende, portanto há normas e procedimentos nesta matéria.

Mas há aqui uma questão de fundo, não tem a ver com o FUNDOPESCA, porque repare: há pouco falava-se na precaridade, e que é uma preocupação de todos nós, da sociedade civil e eu vou só mostrar aqui à câmara um artigo publicado pelo *Correio dos Açores*, na edição de 17 de novembro, diz o seguinte: “Armadores a ganharem nove mil e seiscentos euros por mês, mais os quinhões a que têm direito e pescadores recebem à volta de quinhentos euros”. É isto que nós todos aqui temos que nos preocupar, que isto não aconteça, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... que haja uma distribuição mais equitativa e justa do rendimento, porque não é através de uma situação do regime específico e excecional, que é ativado uma vez, duas vezes por ano, que nós vamos resolver um problema das pescas, o problema não é esse, o problema passa por uma justiça na distribuição do rendimento e eu não vejo qualquer força partidária sinalizar esta questão que nós já várias vezes sinalizámos, com exceção e convido-vos a virem a jogo.

Deputado Luís Garcia (PSD): O que é que fizeram para alterar?

O Orador: O que é que fizemos para alterar, Sr. Luís? O senhor inscreva-se a seguir que eu respondo, eu respondo-lhe a seguir.

Deputado Luís Garcia (PSD): E eu respondo!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O que é que fizemos? Fizemos junto a monte com o setor os contratos de trabalho, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Os contratos de trabalho! Quantos?

O Orador: ... que sabemos que não é fácil, não se resolvem de um dia para o outro, agora questiono: o que é que os senhores fizeram durante vinte anos a este nível? O que é que os senhores fizeram? Zero! Bola! Não fizeram nada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem

O Orador: Sra. Presidente, eu por agora, vou ficar-me por aqui. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) Deputado Jaime Vieira (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria, à semelhança também do que foi dito pelo Deputado António Lima, dizer que nós iremos votar a favor logicamente da proposta do Deputado do BE, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É igual à do PSD!

O Orador: ... que não tenho dúvida que a proposta também do Deputado do BE irá ao encontro do que nós pretendemos que é melhorar a vida de quem precisa, neste caso que estamos a falar dos pescadores açorianos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Somos coerentes!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sejam consequentes!

O Orador: Dizer o seguinte: Sr. Secretário Regional, eu já sabia que a sua primeira intervenção nesta Casa seria efetivamente ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Vai responder ou não vai responder às perguntas colocadas?

Deputado Francisco César (PS): Vai responder!

Deputado Luís Maurício (PSD): Vão deixar o homem falar!

Deputado Francisco César (PS): Tem de responder às perguntas!

Presidente: Srs. Deputados ...

Pode continuar Sr. Deputado Jaime Vieira.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Estava eu a dizer que já estamos habituados e eu também já sabia que o Sr. Secretário ao vir para aqui iria numa postura de: os senhores desse lado é que sabem e que nós não sabemos nada.

Mas eu posso garantir-vos uma coisa, Sr. Secretário, o senhor o que conhece da pesca e a que a maioria dos senhores conhece, e respeito, é uma realidade diferente daquela que eu conheço.

O senhor não vive dia a dia com os pescadores, ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor também não!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):

Vamos entrar no populismo!

O Orador: ... o senhor não recebe mensagens como eu tenho aqui, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o que é o senhor dá? Materiais de construção ou com eletrodomésticos?

O Orador: ... por exemplo, em que diz: Sr. Jaime os pescadores estão todos ruins porque apanhamos tantas lulas e o preço foi muito baixo, pesquei três dias e ganhei 80 euros. É uma realidade que o senhor não conhece e essa realidade existe e os senhores não querem ver. Isto é a primeira condição que queria dizer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Não venham dizer que não conhecem, podemos não ser bons numas coisas, mas graças a Deus conhecemos a realidade e isso Sr. Secretário é preciso ter atenção quando fala.

Tem mais: aquilo que o Sr. Deputado referiu acerca daquela notícia, é preciso perceber quantos armadores estão naquelas condições; é preciso perceber quantos pescadores estão naquelas situações porque há empresas ricas e empresas pobres, há grandes armadores e pequenos armadores, agora pegar num estudo e fazer uma amostra, não é muito correto.

Mas mais Sr. Secretário: os senhores foram – isso por causa da realidade e por causa dessa situação – a Rabo de Peixe, e eu lembro-me dessa notícia, em que a resposta do PS foi a seguinte: “O problema das pescas apenas encontra-se em Rabo de Peixe, por uma má distribuição”.

Oh, Sr. Secretário, um Governo que está há 22 anos, só há meses atrás é que descobriu isso? O que é que andaram a fazer para descobrir exatamente essa situação?

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Muito bem!

O Orador: Tiveram 22 anos no Governo e agora é que descobriram isso?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):

E o que é que o senhor fez?

Deputado Francisco César (PS): Não consegue explicar a proposta!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Das duas uma: ou estiveram a dormir ao longo destes anos ou então demonstraram que não conhecem o setor. Isso é uma resposta àquilo que foi dito em primeiro lugar, àquilo que também foi referido.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*):

O que é que o senhor tem feito?

O Orador: Sr. Secretário, relativamente a algumas das questões que foram aqui colocadas ...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: Sr. Secretário e Srs. Deputados, dizer relativamente quanto é que custa esse orçamento, ou quanto vai custar toda essa alteração que nós trouxemos hoje aqui.

É preciso não perceber que eu ainda não tenho a faculdade de ser vidente, muito menos bruxo! Eu não consigo adivinhar, eu não consigo adivinhar o amanhã e aquilo que eu quero que percebam é que foi aprovado em 2016 um Decreto Legislativo que alterava o FUNDOPESCA, e muito bem, mas nós reconhecemos que esse Decreto Lei tem que ser melhorado. Sabe por que é que tem que ser melhorado, Sr. Secretário? Tem que ser melhorado porque em fevereiro, e eu lembro ainda recentemente houve uma tempestade, se

não estou em erro chamada *Killian*, onde houve uma data de pescadores, em diversas ilhas que disseram que foram três ou quatro vezes ao mar e o FUNDOPESCA não foi acionado. Isto é uma grande injustiça e são essas injustiças que esse Decreto Lei quer fazer. Agora, pelo amor de Deus deixem ver se resulta porque o que está aqui em causa...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sr. Deputado Jaime Vieira eu bem queria que o senhor continuasse, mas de facto não é fácil ...

Deputado Francisco César (PS): A gente não encontrou o Decreto Lei!

O Orador: Eu encontro!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente:

Dizer que acima de tudo aquilo que nós pretendemos é que nos deem alguma ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

O Orador: Oh, Sra. Presidente.

Aquilo que nós pretendemos é que deem uma oportunidade, deem efetivamente uma oportunidade a esse Decreto Lei.

Já experimentamos em 2016, os partidos todos envolveram-se, é verdade, conseguiram-se grandes vitórias, isso não é uma vitória do PSD, isso não será uma vitória do BE, isso será uma vitória dos pescadores ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e é isso que nós queremos que os pescadores é que ganhem.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

Deputado João Paulo Ávila (PS): A proposta está mal feita!

O Orador: Não se intimidem a aprovar essa proposta porque quem vai ganhar efetivamente serão os pescadores e disso não tenho dúvidas nenhuma e é para isso que nós estamos, para melhorar a vida de todos os pescadores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, ainda relativamente à questão do seguro, eu queria dizer que se o problema do PS é que leve a obrigação dos seguros ou que a condição de apresentação dos seguros seja realmente o aumento dos pescadores segurados, eu tenho aqui um quadro que dizia o seguinte: em 2014, 1444 pescadores estavam abrangidos pelo FUNDOPESCA; em 2015, apenas foi acionado na Ilha das Fores; em 2016, antes da entrada do Decreto Legislativo, 1367 pescadores

estavam abrangidos pelo FUNDOPESCA. No mesmo ano – refira-se que no mesmo ano e atente-se, 667 pescadores foram abrangidos pelo FUNDOPESCA; em 2017, 751 em 2018, 686.

Sr. Secretário a política e a pretensão daquilo que o senhor defendeu hoje de aumentar o número de pescadores inscritos, não está a resultar, muito pelo contrário a situação diminuiu e agora temos pescadores prejudicados por não terem seguros, com essa medida continuam a não ter seguros, continuam a descontar e continuam a não receber. Estão triplamente prejudicados devido a essa alteração!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando faço um acordo com o PS já sei que não vamos conseguir uma grande marcha, já sei que não vamos conseguir nem sequer uma política de pequenos passos, já sei que o máximo que se consegue obter é andar ao pé coxinho e foi isso que se conseguiu naquela altura, mas eu já sabia.

Já sabia, mas apesar de tudo deixei-me convencer por aquele Sr. Secretário, Fausto Brito e Abreu, que com a música que ele na altura introduziu no âmbito da negociação dizia: “Bom, em relação aos seguros isso vai funcionar! Não se preocupem porque nós vamos implementar mecanismos de fiscalização muito eficazes!”.

Eu perguntei: mecanismos de fiscalização? Ele dizia drones, drones! Nós vamos conseguir observar tudo e vamos implementar ações de fiscalização muito eficazes!

Portanto essas ações de fiscalização vão incidir sobre os armadores, porque esta área das pescas continua a ser a área em que existe a baleia e os chicharros.

O que nós verificámos é que a profunda injustiça que existe no setor não foi combatida por Vs. Exas., afinal os armadores que continuaram sem assegurar os direitos sociais dos trabalhadores o que é que lhes aconteceu? Deixaram a atividade? Não! Foram devidamente penalizados? Não! Os senhores dizem que são muitíssimos casos, continuam a dizer que não foi eficaz, portanto nesta matéria o que eu penso que não se pode fazer, é deixar os pescadores desprotegidos perante os mais poderosos.

Deputado Mário Tomé (PS): Isso não é verdade! É pura demagogia!

O Orador: Neste setor, aliás, cheguei a dizer um dia que quem olha para o estado em que se encontra este setor nos Açores diz assim: “Bom, até parece que não se passaram dois mil anos desde que Jesus

Cristo conseguiu trazer para a sua missão apostólica o apóstolo S. Pedro”.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Fez a multiplicação dos pães!

O Orador: Portanto, parece que nada mudou, os poderosos continuam a ter um domínio avassalador quase feudal nesta matéria e se nós virmos os pescadores, os mais frágeis continuam desprotegidos ...

Deputado Mário Tomé (*PS*): Não é verdade! Isso é pura demagogia!

O Orador: ... e Vs. Exas. continuam a pactuar com esta matéria, por isso é que eu considero que não podem os trabalhadores ser duplamente penalizados: pelos armadores que não fazem aquela que é a sua obrigação legal e pela Região que não fiscaliza e que os afasta da compensação a que têm direito.

Por isso isto é uma dupla penalização que prejudica mais uma vez os mais desfavorecidos, os mais frágeis neste setor.

Dizem Vs. Exas: “Mas este é um mundo em que existem profundas desigualdades!”. Existem profundas desigualdades, mas em 23 anos estas profundas desigualdades desapareceram? Os senhores em 23 anos conseguiram implementar as políticas necessárias para arrancar do feudalismo este setor do ponto de vista do domínio dos mais poderosos sobre os mais fracos, conseguiram arrancar e conseguiram trazer à modernidade este setor do ponto de vista das relações sociais, das relações profissionais? Não conseguiram e Vs. Exas. reconhecem

todos os dias isso, mais do que isso já se renderam, consideram que não é possível, já se renderam ao conjunto de interesses, não se metem com os mais poderosos, Vs. Exas. abandonam é os mais desfavorecidos.

Devo dizer também as outras propostas que aqui são apresentadas são propostas que na minha perspetiva fazem todo o sentido, porque a Região não pode ter o domínio total destes mecanismos, só quando há uma decisão política, as pessoas têm que participar, têm o direito a convocar as reuniões, têm o direito a debater estas reuniões e depois o Governo, numa reunião democrática em que lhes sejam apresentados os factos, poderá dar a sua opinião, mas o que é fundamental é que o processo não esteja inteiramente dependente do arbítrio do Governo sobre esta matéria e é isso que também esta proposta do PSD altera.

Em relação às taxas de execução, que algo que foi referenciado, e mito bem, pelo BE, estas taxas de execução mostram uma de duas coisas: para que é que serve o orçamento? O orçamento é para projetor valores corretos, valores perspetiváveis ou é mera propaganda?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*):

Sr. Deputado, isto não é sobre a construção de um porto!

O Orador: Aqueles valores são os valores que são necessários? Os senhores projetaram aqueles valores que depois não executaram em grande parte, projetaram com rigor?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*):

É sinal de que houve bom tempo!

O Orador: Projetaram tendo em conta as necessidades reais do sistema ou Vs. Exas. colocaram um valor de propaganda para ser discutido no Orçamento e ser divulgado pelos órgãos de comunicação no âmbito das discussões do Plano e do Orçamento?

Os factos demonstram que Vs. Exas. em relação a esta matéria, pelos vistos optaram pela propaganda porque o que Vs. Exas. agora defendem “Não, não há recursos!”. Existem recursos, não são é executados e pelos vistos correspondem às projeções de Vs. Exas. se são sérias, se são objetivas.

Deputado Mário Tomé (*PS*): Qual é o rendimento do pescador do Corvo?

O Orador: Por isso é que eu considero que estas iniciativas são um avanço significativo, constituem um avanço significativo. É evidente que não é uma revolução, não é possível fazer uma revolução com maiorias absolutas, mas é possível dar pequenos passos e este é um passo importante desde que Vs. Exas. tenham a humildade de reconhecer, a humildade democrática que é necessário avançar mais nesta matéria, que é necessário introduzir mais justiça, mais proteção social neste meio.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muitas vezes quando não se tem argumentos, e é o caso, fala-se em demagogia e o PS foi isso que veio fazer a este debate, falando em demagogia quando de facto estamos a falar em assuntos que são sérios e que dizem respeito à vida das pessoas, à sua segurança ao seu rendimento e não há aqui qualquer demagogia, há aqui uma proposta séria e uma proposta que procura atender a um problema sério,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

O Orador: ... a um problema que não pode ser ignorado e que tem que ser debatido e que tem que ser resolvido e é isso que nós estamos aqui a fazer.

Diz-se que o BE não quer que se cumpra a lei relativamente aos seguros.

Bem, esta é a conclusão mais absurda que desse debate pode-se retirar.

Quando o BE coloca na sua proposta de alteração ao FUNDOPESCA a obrigatoriedade de comunicação à entidade com competência de fiscalização em matéria de trabalho, a deteção de uma situação de irregularidade, quem é que não quer que se cumpra a lei? Quando nós obrigamos o FUNDOPESCA a comunicar as irregularidades a quem tem a competência de fiscalizar, quem é que não quer que se cumpra a lei? Mais cumprimento da lei, mais fiscalização do que isso, neste diploma julgo que é impossível e se o PS acha que é possível um

diploma que exija o cumprimento da lei de uma forma mais efetiva, então que apresente uma proposta alternativa e de alteração e tem todo o direito e toda a legitimidade e certamente estaremos aqui todos para debatê-lo.

Mas aquilo que o PS quer – já disse que vai chumbar ambas as propostas, basicamente – é manter tudo como está, tudo como está é fechar os olhos às irregularidades, às ilegalidades e mais demagogia do que isso não existe.

Também foi aqui dito que no passado existiam dezenas de trabalhadores no rol de matrículas, que não deviam estar e que era uma rebaldaria ... Bem resta-me perguntar o que é que faziam as inspeções do Governo Regional, do PS perante essas situações? Fechavam os olhos? Permitiam isso? Como é que é possível?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Foram elas que detetaram isso!

Deputado Mário Tomé (PS): Quem é que detetou essa situação?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):

Por isso é que se corrigiu!

O Orador: Como é que é possível vir aqui dizer isso. Ninguém compreende!

Uma última questão para o Sr. Deputado Mário Tomé: quantas vezes perguntou à sua entidade patronal se tinha o seu seguro de trabalho em dia? Eu deixo essa questão e lanço o repto a todos os açorianos e açorianas a perguntarem a si próprios quantas vezes se lembraram de

perguntar às suas entidades patronais todos os meses se têm o seu seguro em dia ou não?

Bem, isto só de quem ou nunca trabalhou ou então não quer ter um debate a sério nesta Casa.

Deputado Mário Tomé (PS): Estamos a falar de uma atividade de risco!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Em primeiro lugar eu queria fazer uma referência, relativamente ao facto da necessidade e da mais valia que há em haver consensos nesta matéria, conforme foi realçado pelo PS e nós estamos de acordo, o consenso é importante, mas é mesmo muito difícil pelos vistos conseguirmos trazer o PS para o consenso que está gerado, não só aparentemente em toda a oposição, mas também nas personalidades e nas entidades ouvidos no âmbito da Comissão relativamente à apreciação deste diploma, senão vejamos: em relação ao Sindicato dos Pescadores da Terceira, diz o seguinte: “que o Sindicato entende que os critérios dos seguros devem ser retirados dos requisitos de acesso ao FUNDOPESCA ficando a cargo de outras entidades a verificação da validade dos seguros.

Por sua vez o sindicato considera que o FUNDOPESCA está ultrapassado, ...

Deputado Mário Tomé (PS): Não é isso!

O Orador: ... depois vem dizer, Sindicato Livre dos Pescadores, Sr. Luís Carlos Brum, “que a questão principal é tornar o FUNDOPESCA mais abrangente e que chegue a mais pescadores, para já pescadores que descontam todo o ano e não conseguem aceder ao Fundo”.

Deputado Carlos Silva (PS): E o que é que diz o Sindicato de Pescadores da Terceira?

O Orador: Depois vem dizer também o Presidente da Federação das Pescas: “concorda com a redução do prazo para aceder ao FUNDOPESCA e que este deve ser revisto”.

Depois também vem os Sindicatos dos Pescadores de Terceira, S. Jorge, Graciosa novamente dizer “que defendem a existência de uma garantia salarial”.

Ou seja, aparentemente o que se está a passar é que todos nós queremos o consenso, mas o PS não quer.

Portanto, é muito difícil realmente gerar consensos quando a maioria foge aos consensos, talvez em 2016 por ter sido ano eleitoral, se calhar se propusermos isto para o ano talvez venha a existir algum consenso nesta matéria.

Deputada Catarina Chamacame Furtado e Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente, Sr. Secretário, à questão da entidade fiscalizadora.

O Sr. Secretário tem que me dizer qual foi a entidade fiscalizadora que o PSD apresentou nesta alteração que o senhor diz que está errada? O senhor diz que há uma entidade fiscalizadora relativamente aos seguros, mas não diz qual foi a que nós identificámos, diz que devia ser a Inspeção Regional do Trabalho que devia estar aqui identificada, é isso?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*):

Está a referir-me à proposta do Bloco de Esquerda!

O Orador: Nós ainda temos tempo se calhar de ir ao encontro da sua vontade, mas o Sr. Secretário vai ter de me dizer onde é que está aqui identificada erradamente uma entidade fiscalizadora desta matéria, porque segundo aquilo que é o nosso entendimento, aquilo que nós identificamos é realmente o que é necessário para proceder a essa fiscalização.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*):

Estão a disfarçar, porque não conseguem justificar a vossa proposta!

O Orador: Srs. Deputados do PS, Srs. Membros do Governo:

Há duas semanas atrás aprovaram uma proposta do PSD, de aumento do FUNDOPESCA em 50 000 euros.

Quando aprovaram isso certamente conheciam, desde logo, aquilo que estava em discussão já há vários meses nesta Assembleia. Já sabiam!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*):

Não! a proposta foi vossa!

O Orador: Já sabiam! Se os senhores achavam pouco diziam que não valia a pena aprovar porque era pouco para aquilo que se queria fazer; se achavam que a verba que estava inscrita era insuficiente deviam ter justificado ou perguntado por que é que iam aprovar aquela verba.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*):

Os senhores é que têm de justificar os custos!

O Orador: Não serve vir para aqui com essa demagogia que eu diria que é barata relativamente aos custos, ...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*):

É barata, é! É substancial!

O Orador: ... porque eu posso sempre, tal como o Sr. Deputado Jaime Vieira muito bem referiu, perguntar ao Sr. Secretário se sabe a previsão do tempo para fevereiro? E para março sabe?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*):

Mas deviam saber! Os senhores é que fizeram a proposta! Devem ter uma estimativa!

O Orador: Quantos dias vão estar parados e abril? E o bom tempo vem mesmo em maio, em junho ou será que vem depois algum furação, ou alguma tempestade entretanto, que venha alterar eventualmente toda a verba ou que venha de alguma forma prejudicar a execução desta verba?

E o Sr. Deputado António Lima esclareceu essa questão dos custos de uma forma cabal, é que os senhores têm verba que não executam e, portanto, a questão de avaliação dos custos desta nossa proposta,

caberá certamente naquilo que está previsto em termos orçamentais e digam-me os senhores se não é assim, qual é a diferença? Digam os senhores se não querem crer que na nossa afirmação de que esta nossa proposta tem cabimento no atual Orçamento da Região, digam os senhores o que é que falta? Se tivessem dito há três semanas atrás, nós em vez de propormos 50 mil, se calhar propúnhamos 500 mil, mas os senhores é que têm que dizer o que é que está em falta.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*):

Não, não! Os senhores é que têm que dizer, mas não sabem! Os senhores apresentam a proposta e não sabem!

O Orador: Depois relativamente a uma pergunta que eu preciso e gostaria, apesar de não ser correto questionar o Sr. Secretário uma vez que a proposta é nossa, mas o Sr. Secretário afirmou em Comissão que não concorda com a eliminação ou com a revogação deste artigo 14.º e 15.º do regime sancionatório e da alínea b), do art.º 13.º relativamente às receitas do FUNDOPESCA.

Diga-me concretamente Sr. Secretário desde 2016 qual é que foi a verba arrecadada pela receita do FUNDOPESCA relativamente à alínea b), o produto das coimas aplicadas por infração deste mesmo diploma? Diga-me qual foi a verba recebida em termos de receita, exclusivamente pela alínea b), e eu explico-lhe por que é que nós propomos a revogação desta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Muito obrigado Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Em primeiro lugar eu julgo que se chegou aqui a um nível de demagogia de tal ordem quando se leem mensagens, isto parecia a ser o Chega na Assembleia da República ...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Tenha tento!

O Orador: ... porque de facto é de uma demagogia!

Oh Sr. Deputado, o senhor com certeza conhece uma realidade, eu também conheço muito bem outras realidades e a sua realidade também a conheço bem porque tenho dados sobre isso.

Bom, em relação à demagogia também se chegou aqui a um ponto em equiparar o FUNDOPESCA como se fosse um porto, ou seja não se executa uma verba para executar um porto. Isto não é assim!

O FUNDOPESCA é um Decreto Lei que tem regras de ativação, tem regras de ativação.

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Não diz quanto é que custa!

O Orador: Eu não sei qual é a confusão que o Sr. Deputado faz disso. Se não estão criadas as condições para ativar o FUNDOPESCA, por que é que se há de ativar o FUNDOPESCA? O Sr. Deputado explique-me!

Por exemplo, este ano temos bom tempo, ...

Deputado Francisco César (*PS*): O senhor é que tem bom tempo!

O Orador: ... os pescadores estão a ir para o mar, estão a ganhar dinheiro, por que é que se há de ativar o FUNFDOPESCA? Explique-me! Isto não faz sentido absolutamente nenhum!

Por outro lado os Srs. Deputados defendem que os pescadores não devem lutar pelos seus direitos.

Isto é uma coisa muito estranha vindo dos partidos de esquerda! Não devem saber os seus direitos.

Deputado António Lima (BE): Não devem lutar? Quem é que disse isso? Alguém disse isso?

O Orador: Disse, porque disse assim e eu vou citá-lo: “Um pescador não tem que saber se tem seguro ou não tem!”, Pelo amor de Deus, isto é reverter completamente ...

Então os pescadores e os funcionários não têm que saber junto dos patrões se têm os seus direitos reunidos e se está tudo feito? Pelo amor de Deus, Sr. Deputado!

Outra coisa que eu gostaria de referir é que de acordo com a lei penal e de acordo com aquilo que me é informado pelos juristas, um funcionário público não tem obrigação, só tem obrigação de denunciar quando as coisas são crime. Eu não sou jurista, mas é essa informação que eu tenho. Um funcionário não tem obrigação de denunciar o que é que seja se não for um crime, isso é a informação que eu tenho e por outro lado não vamos transformar os funcionários da Direção Regional das Pescas em fiscalização. Não é a função

deles! Existem órgãos próprios para fiscalizar, neste caso a Polícia Marítima e a Inspeção Regional do Trabalho.

Em relação ao PSD ainda não me respondeu, quer dizer eu não estou aqui a pedir que o PSD me diga se o tempo vai estar bom ou vai estar mau, agora se os senhores apresentam uma proposta que sabem que aumenta significativamente o FUNDOPESCA, pelo menos devem ter uma estimativa, senão eu vou parafrasear o Sr. Deputado Artur Lima, aqui de manhã, ou há bocado, em que dizia que quando se fazem propostas nesta Casa deve haver alguma responsabilidade. Pelo amor de Deus! Quer dizer os senhores têm pelo menos que saber o montante que está em causa.

Em segundo lugar deixe-me dizer-lhe uma coisa. O senhor sabe que a proposta que propõe e já agora os pescadores açorianos, incluindo os de Rabo de Peixe ficam a saber, e vamos supor, se houver ativação do FUNDOPESCA durante 30 dias, quanto é que os pescadores teriam que receber? Saberão que seria o equivalente ao salário mínimo. Certo? Agora os senhores introduzem uma outra coisa. Introduzem que o pescador tinha que fazer 8% do desconto para a segurança social, ou seja, o que os senhores estão a fazer é diminuir! Estão a diminuir o que os pescadores tinham direito a receber! Estão a perceber? Isto é que não se compreende! Isto é que não se compreende! Porque dos 666 euros, vamos supor que é o salário mínimo em 2020, tinham que descontar, porque os descontos para a segurança social são feitos pela entidade patronal e pelo próprio

trabalhador, ia ser diminuído. Isto é uma coisa absurda, completamente absurda!

Mais, os senhores sabem que os pescadores já têm um regime convencional de descontos para a segurança social, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o regime convencional cobre?

O Orador: ... não precisam de outros descontos, nem precisam que o tempo do FUNDOPECA lhes desconte porque isso já é feito automaticamente, isso já é o regime convencional que existe para a pesca especial em que é baseado no valor descarregado em lota ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E quando não descarrega em lota?

O Orador: ... são 10%, todos os pescadores já estão abrangidos pela segurança social, não precisam de nada, de envolver o FUNDOPECA nisto.

Mais ridículo ainda é que os senhores querem que o tempo que estão no FUNDOPECA conte para o regime de contribuições e para as reformas, e isso tudo. Isto é ridículo! O pescador basta fazer uma descarga num mês, já tem direito a 30 dias.

Deputado Jaime Vieira (PSD): E qual é o valor que desconta sobre os 30 dias?

O Orador: O que os senhores querem pôr é o trabalhador a descontar mais de 30 dias num mês. Não há mais de 30 dias num mês! Não há mais de 30 dias num mês e os senhores querem passar isto para não

sei quantos dias, contando com o tempo do FUNDOPESCA. Pelo amor de Deus!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, deixe-me dizer-lhe também que se o Sr. Deputado acha e encara este problema seriamente, vem aqui um pouco brincar com as palavras e mais uma vez vem com aquela coisa ridícula da não execução do FUNDOPESCA. Há critérios e estes critérios se não estão reunidos não se ativam.

Deputado Bruno Belo (PSD): Conclusão: estamos todos errados, só o senhor é que está certo!

O Orador: Mas ainda mostrando o desconhecimento que os senhores têm do FUNDOPESCA, eu posso lhe mostrar, e já foi referido aqui pelo Sr. Deputado Mário Tomé, os senhores querem que o FUNDOPESCA reúna, é uma das propostas, a pedido do Presidente ou de um terço dos trabalhadores.

Oh, Sr. Deputado, existe um regulamento interno que foi aprovado por quem participa no FUNDOPESCA e esse regulamento está aqui.

Sabe o que é que diz o art.º 7.º: Reuniões ordinárias – o Conselho Administrativo reúne ordinariamente duas vezes em cada ano, etc, por aí fora.

Depois, no art.º 8.º. Reuniões extraordinárias (isto é o regulamento do FUNDOPESCA, os senhores puseram normas aí e sugestões que já estão aqui) – o Conselho Administrativo reunirá extraordinariamente sempre que o Presidente o convoque, por sua iniciativa, a pedido por escrito de qualquer dos vogais”.

Portanto também cai por terra essa vossa proposta, o que demonstra um grande desconhecimento em relação a essas matérias, mais uma vez.

Deputado Luís Maurício (PSD): Então um regulamento é constituído depois da legislação estar publicada ou é depois? Um regulamento é feito depois da legislação publicada!

O Orador: Já se percebeu que os senhores em vez de pensarem que estão a aumentar o FUNDOPESCA para os trabalhadores estão a diminuí-lo, já se percebeu isso; por outro lado citam aqui um sindicato que ultimamente parece que defende mais os patrões do que os trabalhadores e do que os pescadores, porque muitas vezes vem para a comunicação social contra os contratos de trabalho (coitadinhos dos patrões não conseguem pagar os ordenados e não conseguem fazer contratos de trabalho) pelo amor de Deus, esse sindicato não está a defender com certeza os pescadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os outros? E o Presidente da Federação das Pescas?

O Orador: Haverá com certeza mais coisas, mas eu gostaria ainda era que me respondessem às perguntas que foram aqui colocadas para avaliarmos as propostas que estão em cima da mesa.

Por outro lado, os senhores querem equiparar o FUNDOPESCA a um regime previdencial, a uma remuneração previdencial, o que é completamente errado no âmbito daquilo que é a segurança social neste País e porquê? Para já este regime não é obrigatório, este

regime do FUNDOPESCA é voluntário, portanto não abrange todos os pescadores, este é voluntário. Há muitos pescadores que não querem saber do FUNDOPESCA.

Finalmente, e se tivermos preocupados com o rendimento dos pescadores deixem-me dizer, e porque fomos aqui acusados de não fazermos nada pela pesca, de não sabermos o que é que andamos a fazer, de não conhecermos a realidade da pesca, oh Sr. Deputado, eu posso mostrar o que é que tem sido feito em termos do aumento do rendimento dos pescadores e posso mostrar-lhe que particularmente em Rabo de Peixe, Sr. Deputado – eu agora não tenho aqui – mas posso dizer-lhe que tem aumentado sucessivamente os rendimentos dos pescadores de Rabo de Peixe, significativamente: de 2018 para agora passou de 4 milhões e pouco de euros, para 5 milhões e novecentos, se não estou em erro. Aí há uns anos foi 2 milhões e tal, já estamos em 5 milhões, ponto nove.

Mas posso dizer-lhe mais e posso dizer-lhe como é que se aumenta o rendimento dos pescadores. Sabe como é Sr. Deputado? É implementando medidas de sustentabilidade dos recursos, é fazendo uma gestão mais racional das quotas, como nós fizemos com o goraz, com os ibéricos e como vamos continuar a fazer com outras espécies, isto é que valoriza o pescado e isto é que faz aumentar o rendimento dos pescadores, é dando formação e escolarização aos pescadores, como já o fizemos e continuamos a fazer, não sei se o Sr. Deputado tem consciência do trabalho que tem sido feito em Rabo de Peixe

mesta matéria em particular. Nós temos hoje em dia - veja só como é que nós nos preocupamos com os pescadores de Rabo de Peixe – mais três turmas que estão a tirar o 9.º ano de escolaridade em Rabo de Peixe, Sr. Deputado, muitos deles, alunos que já tiraram a 4.ª classe ao abrigo destas aulas de escolarização da Rede Valorizar.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Sabe como é que se aumenta o rendimento dos pescadores? É promovendo e dizendo aos armadores que eles têm que dividir o POSEI Pescas pelos seus pescadores e não ficarem com o POSEI Pescas todo para eles.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sabe como é que se aumenta o rendimento dos pescadores e em particular de Rabo de Peixe, Sr. Deputado? É quando o bolo inicial que é dividido por eles não vê descontos para a dívida do barco, porque essa dívida deveria ser da responsabilidade do armador.

Sabe como é que se aumenta o rendimento dos pescadores? É não havendo descontos para festas religiosas e para clubes desportivos porque esse dinheiro pertence aos pescadores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nem é tirando do bolo dos pescadores verbas para pagar penhoras e dívidas ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Essa sua última parte é muito baixinha! Isso não é para si! Pergunte à Norte Crescente que ele responde a isso!

O Orador: ... e não devem ser tiradas do bolo dos pescadores porque os pescadores são funcionários, não são donos dos barcos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, relativamente a esta proposta ...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, posso esperar um bocadinho desde que me desconte o tempo.

Presidente: Desconto.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Relativamente a esta proposta eu queria só dizer duas ou três coisas.

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: Sra. Presidente, eu assim não tenho condições de continuar.

Presidente: Srs. Deputados ainda há pouco se queixavam que não permitiam o Sr. Deputado Jaime Vieira falar, portanto agora ...

(Aparte inaudível))

Presidente: É isso que eu estou a chamar a atenção. É isso que eu estou a dizer, portanto vamos permitir agora que o Sr. Deputado José Ávila possa fazer a sua intervenção.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, depois da câmara se acalmar um pouco mais, vou dizer duas ou três coisas relativamente a esta proposta e que há duas ou três conclusões que nós temos que tirar daqui.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa diz que está difícil (para ele é só esta não tenho mais nenhuma) arranjar consensos, pois é e sabe porquê Sr. Deputado? É porque os consensos dão trabalho, fazer consensos dá muito trabalho.

A outra questão que aqui me traz a esta intervenção é uma conclusão que eu tirei que o PSD não sabe explicar a sua proposta.

Deputada Mónica Seidi (PSD): O senhor é que não consegue perceber!

O Orador: O BE fez o favor de explicar a sua proposta e explicou muito bem, o PSD não consegue explicar a sua proposta e isto é muito mau.

Deputado Luís Maurício (PSD): Nós explicámos aos pescadores, isso é que interessa!

O Orador: Quando trouxemos até aqui a esta Casa uma proposta que foi consensualizada, nós fizemos o trabalho de casa, fizemos todos – o Sr. Deputado Luís Garcia representava na altura o PSD – nós na altura fizemos as simulações, que é assim que se deve fazer e apresentamos os valores que daria a ativação exatamente igual ao ano anterior.

Portanto, Srs. Deputados era vossa obrigação trazer até esta Casa quais as implicações financeiras que isso poderia ter no Orçamento, mas não trouxeram.

A outra conclusão que nós tiramos aqui é que a vossa proposta – segundo aquilo que nós ouvimos agora da parte do Sr. Secretário – é que a vossa proposta efetivamente prejudica os pescadores dos Açores

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... e esses pescadores têm que saber que os senhores trouxeram aqui uma proposta que duplica as contribuições para a segurança social, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Se já temos um Presidente da SATA a meio tempo, qual é o problema duplicar?

O Orador: ... além daquilo que já pagam e quando fazem uma maré conseguem fazer o desconto pelo mês, neste caso os senhores iam obrigar os pescadores a pagar mais 8% dos seus rendimentos.

Ora, andam a dizer que os rendimentos são curtos e ainda trazem esta questão à baila.

Sr. Deputado, não trazer aqui o impacto orçamental, acho que é uma irresponsabilidade!

Deputado Luís Maurício (PSD): O Sr. Deputado sabe quando é que vai chover?

O Orador: O senhor tem que nos dizer quanto é que pode custar a ativação do FUNDOPESCA segundo estas ...

Deputado Jaime Vieira (PSD): Mas como é que se pode saber?

O Orador: O senhor não me respondeu a nenhuma das perguntas e eu fiz várias perguntas e fiz as perguntas todas de boa fé no sentido de o senhor me explicar que impactos é que isso tem em termos orçamentais, que impactos é que isso tem para os próprios pescadores e que impactos é que isso tem para a fileira da pesca e o senhor tinha obrigação de trazer quando fez esta proposta.

Relativamente ao Sindicato dos Pescadores da Terceira, Graciosa e S. Jorge, que foi citado aqui, ele disse uma coisa que tem piada, que vai mesmo é contra aquilo que os senhores disseram, o representante do sindicato respondeu que o atual regime legal, o FUNDOPESCA deve continuar em vigor.

Portanto foi isso que o sindicato disse, que deve ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Continue!

O Orador: ... até que seja apresentado o fundo de garantia ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Seja rigoroso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah, seja sério!

O Orador: Oh Sr. Deputado, o senhor não é mais sério do que eu! O senhor não é mais sério do que eu!

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: Eu estou a dizer-lhe que o senhor não é mais sério do que eu! Tome nota!

Esta proposta do fundo de garantia salarial das pescas é uma proposta do próprio sindicato, o sindicato é que disse que iria fazer esta proposta.

Portanto, meus amigos, isto não tem nada a ver com o que os senhores trouxeram aqui. Trouxeram uma proposta má, uma proposta que não é quantificável, uma proposta que prejudica os pescadores e uma proposta que não serve para nada, é uma mão cheia de nada!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Chegados próximo do final deste debate gostaria de responder ...

(Aparte inaudível)

O Orador: ... (próximos do final, necessariamente, porque a hora regimental está a chegar) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, só nessa perspetiva!

O Orador: ... fez o Sr. Secretário algumas afirmações que não posso deixar sem resposta.

Em primeiro lugar, relativamente à execução orçamental eu não percebo o incómodo, se calhar até percebo, é que estava o Governo Regional preocupado com o impacto financeiro de uma das propostas e eu limitei-me a dizer quais são as execuções no Plano.

Bem, por que é que foi? Eu não fiz considerações, agora se o Sr. Secretário achou que esses dados não estão bem ou que por algum motivo não deveria ser, eu sinceramente não percebi o seu incómodo com esses factos, números do Governo Regional porque dinheiro tem estado previsto, não tem sido executado por vários motivos, certamente, mas parece-me que tem havido verba para acomodar um FUNDOPESCA muito mais benéfico para os pescadores.

Acusou esta bancada e a mim pessoalmente de algo que julgo que é lamentável, de afirmar que os trabalhadores não devem lutar pelos

seus direitos, como perguntar ao patrão todas as semanas se tem o seguro em dia fosse algo normal e fosse isso lutar pelos seus direitos. Oh, Sr. Secretário, imagine o que é um trabalhador ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Srs. Deputados ...

O Orador: ... firmar um contrato com o seu empregador, ter toda a documentação em dia, tudo certo, tudo dentro da legalidade e duas semanas depois o seu patrão retirar o seu seguro de trabalho. Como é que o trabalhador vai saber que o seu patrão não está a cumprir a lei? Vai todos os dias perguntar se tem a sua documentação em dia? É isso que o senhor está a dizer? Isto não é lutar por direitos, isso é ridículo, peço desculpa Sr. Secretário, não pode estar a falar a sério e essa acusação lamento, rejeito liminarmente e é lamentável que a faça aqui.

Diz o Sr. Secretário que a Direção Regional das Pescas e os seus funcionários não têm obrigação de comunicar as irregularidades relativamente aos seguros.

Aceito essa interpretação jurídica, mas aquilo que o BE está aqui a fazer é colocar esta obrigação no Decreto Legislativo Regional do FUNDOPESCA. Se for aprovada passam a ter essa obrigação porque está prevista no Decreto Legislativo Regional, têm que denunciar e se quer que essa denúncia seja feita o PS (o Governo não vota

obviamente) tem de aprovar a sua proposta e o senhor pelos vistos não concorda com ela, a pergunta que eu deixo: quem é que o senhor está a proteger, são os patrões ou quer poupar dinheiro? Essa questão tem de responder porque a nossa proposta defende os trabalhadores e não prejudica ninguém, só prejudica aquele que não cumpre e disso não há dúvidas. É inatacável e os senhores dão as maiores cambalhotas argumentativas para justificar o seu voto contra e não conseguem.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Apoiado!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco César (PS): Vai explicar agora?

O Orador: Eu percebo perfeitamente que no calor do debate podemos exaltar-nos, mas de facto eu não esperava que o Sr. Deputado António Lima questionasse ou afirmou, parece que o senhor nunca trabalhou.

Deputado António Lima (BE): Não disse isso!

O Orador: Não! O senhor disse isso há pouco.

Com o devido respeito nunca faria, nem colocava em causa qual é a sua atividade profissional, mas com certeza se perguntar a alguns amigos meus, vão dar-lhe referências em relação à minha atividade profissional e pelo facto de ser Inspetor das Pescas não tem o dom da

razão, nem da verdade, simplesmente exprimimos opiniões relativas aos determinados assuntos que são aqui debatidos.

Voltando à questão que nos importa aqui relativa às duas propostas, de facto fica comprovado que a proposta do PSD prejudica gravemente os pescadores, aliás e nessa matéria vou novamente reformular uma questão que fiz inicialmente ao Sr. Secretário que não tem a ver com o aditamento do art.º 6.º proposto pelo PSD relativo à segurança social, mas se por acaso a Direção Regional das Pescas, o seu gabinete, conseguir ter uma previsão de os impactos que teriam com a interpolação da passagem dos oito para os cinco dias ou dos quinze para os dez dias.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jaime Vieira, tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco César (PS): Vai explicar agora!

O Orador: A explicação que o PSD tem que dar, acima de tudo tem que ser a explicação a quem por direito merece e deve ser dada.

A explicação que nós temos que dar tem que ser depois na avaliação aos pescadores que nos elegeram, ...

Deputado Francisco César (PS): Desculpe?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Nós é que votamos, Sr. Deputado!

O Orador: ..aqueles que nos elegeram para estar cá, é a estes que nós temos que dar explicações.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é demagogia!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):
Aqui é que se aprova!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Mas Srs. caros Srs. Deputados, caras Sras. Deputadas: Que eu saiba nesta Casa existem Comissões e nestas Comissões são colocadas uma data de questões. Nessas Comissões costuma-se fazer perguntas e explicar o que está em causa. Nós apresentamos o documento, nós perdemos tempo no documento e questões acerca do PS, lembro ainda também quando a Sra. Presidente disse questões a colocar, ninguém tinha questões a colocar.

Deputado Carlos Silva (PS): Essa proposta reduz o rendimento dos pescadores!

O Orador: Quanto a isso, meus senhores, se não tem questões a colocar é por isso que eu digo que aquilo que nós podemos fazer é falar os pescadores açorianos.

Eu ouvi dizer que a proposta do PSD iria prejudicar os pescadores.

Oh meus senhores, quando se defende aqui no art.º 5.º, em que nós diminuámos os dias para ativação do FUNDOPESCA, em que no continente português é mais usado,...

Deputado Mário Tomé (PS): São paragens biológicas!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):

Mas o regime no continente é pior!

O Orador: ... estamos a falar de três dias seguidos, nós fomos para cinco; quando todo o setor comungou dessa opinião e respondeu que sim que era uma boa resposta para que o FUNDOPESCA fosse acionado.

Do nosso lado nós queremos que seja acionado mais vezes; do nosso lado nós queremos que os pescadores possam acima de tudo ser ajudados mais vezes e aquilo que os senhores hoje aqui estão a dizer que nós é que não queremos apoiar os pescadores, ou por outro lado nós queremos prejudicar.

Se vocês querem o mesmo que nós, aprovelem esse Decreto Legislativo, criem medidas de alteração e que comunguem da nossa opinião, porque eu não sei como é que nós vamos prejudicar com esse diploma, querendo que o FUNDOPESCA seja acionado mais vezes, com essa medida dos dias consecutivos e dos dias interpolados.

Deputado José San-Bento (PS): Que raio de argumento é esse?

O Orador: Isto é não querer! Consulte o Decreto Legislativo!

Dizer também, dividir a questão da frota.

Deputado Carlos Silva (PS): E a segurança social?

O Orador: Da maneira como está bastam vir as grandes embarcações que façam grandes descargas em lota que todo o setor fica prejudicado.

Aquilo que nós procuramos e hoje ao trazer o Decreto Legislativo, é que esta divisão de frota possa beneficiar todos os pescadores e haja maior equidade aquando das descargas.

Como eu já disse isto teve também a concordância de todo o setor.

Aquilo que os senhores falam a nível da segurança social.

No continente português é isto que acontece, esta medida acontece no continente português.

Deputado Mário Tomé (PS): São paragens biológicas! É diferente!

O Orador: A questão do FUNDOPESCA, eu tenho aqui e poso ler.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Leia, leia! Estamos aqui para isso!

Deputado Carlos Silva (PS): A bem da transparência explique!

O Orador: Eu queria perceber numa região onde as pescas tem um peso maior do que no continente, por que é que nós não podemos dar as mesmas condições, porque querer fazer com que os nossos pescadores dos Açores não tenham reformas entre os 280 e 400 euros, que tenham subsídios de desemprego que é uma ninharia, esta proposta vem claramente ajudar os pescadores ao contrário do que os senhores defendem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Agora digo mais, parece-me é que os senhores estão satisfeitos com o *status quo* das pescas atuais, estão satisfeitos com baixas reformas, estão satisfeitos com baixos rendimentos ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):

Não estamos! Por isso é que estamos a aumentar o rendimento!

O Orador: ... e estão satisfeitos que se continue a viver um setor em dificuldade. Parece-me que os senhores estão imensamente satisfeitos com essa medida.

Mais, dizia o Presidente da Federação das Pescas o seguinte: “O novo regulamento face ao seguro que é exigido penaliza alguns pescadores e na reunião do Conselho de Administração do FUNDOPESCA voltaremos a falar do assunto, alguns armadores ficaram condicionadores no pagamento do seguro, o que irá condicionar que os pescadores recebam”, explicou.

Continuando a citar para o Alberto Rita: “Era importante que mais pescadores beneficiassem do FUNDOPESCA, o que não está a acontecer por via das exigências do novo regulamento e face à quebra de rendimentos.

Meus senhores, com a vossa tomada de posição quem está contra o setor e quem vai continuar a piorar o setor é o PS e o Governo que o suporta.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Oh, finalmente!

O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS deu um ar da sua graça!

(*) Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não era para intervir sobre esta matéria, mas há algo qui que me parece fundamental discutir.

Em primeiro lugar e falo para o Sr. Deputado Jaime Vieira.

O Sr. Deputado Jaime Vieira dizia aqui neste Parlamento que só dá explicações a quem merece ou a quem tem que dar.

Bom, permita-me Sr. Deputado que dentro daquilo que são os meus limitados conhecimentos do Regimento desta Casa e do funcionamento da autonomia, que lhe diga que o Sr. Deputado tem obrigações de explicar a todos os Deputados desta câmara a sua proposta. Quem tem que responder às perguntas sobre a sua proposta ...

Sr. Deputado Jaime Vieira estou a falar consigo, não sei se está mais ocupado com outra coisa. É o Sr. Deputado Jaime Vieira! O Sr. Deputado Jaime Vieira tem que explicar a esta câmara a sua proposta! O senhor tem que explicar as implicações da sua proposta ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... e nesta câmara o senhor tem que responder a perguntas do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é o senhor para achar?

Deputado Jaime Vieira (PSD): Quem é o senhor?

O Orador: Quem é que eu sou? Oh Sr. Deputado, eu sou um Deputado eleito como todos os deputados do PS que querem fundamentar o seu sentido de voto com as suas explicações.

O senhor arroga-se a dizer que não tem que dar explicações. Olhe, temos todos que dar! O PS quando vota a favor; o PS quando vota contra; o PS quando é proponente; o PS quando julga as propostas que lhes chegam.

O Sr. Deputado o que parece fazer aqui perante esta câmara é não querer explicar a sua proposta e sabe por que é que me parece que não quer explicar a sua proposta?

Deputado Francisco Coelho (PS): É porque não sabe!

O Orador: Porque o que parece é que a sua proposta acaba por prejudicar os pescadores ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... porque os pescadores ao terem um acréscimo de descontos, vão acabar por receber menos e é isso que eu lhe pergunto, Sr. Deputado, o senhor quantifique a sua proposta e explique perante esta câmara – nós temos ainda algum tempo antes da hora regimental, eu prometo que me sento, esta bancada espera que o senhor explique impactos das suas propostas, eu até espero que o Sr. Deputado Bruto da Costa se sente – se efetivamente a sua proposta prejudica ou não, o rendimento dos pescadores porque vão ter que descontar mais. É isso que o senhor tem que explicar.

Olhe, eu sento-me já: impactos da sua proposta. Explique os impactos da sua proposta e a se elas prejudicam ou não o rendimento dos pescadores, ...

Deputado Jaime Vieira (PSD): Eu já expliquei!

O Orador: ... porque o que me parece é que vão ter que fazer um desconto adicional e se vão ter que fazer um desconto adicional isso prejudica os pescadores.

Então o senhor vem aqui apresentar uma proposta que prejudica os pescadores, que tira rendimento aos pescadores e o senhor arroga-se ao direito de não querer dar nenhuma explicação a esta câmara?!

Deputado Jaime Vieira (PSD): Já expliquei há bocadinho!

O Orador: Isto é que é o sentido de democracia do PSD?

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Quando é o PS, o PS tem que explicar, quando é o PSD, o PSD não tem que explicar absolutamente nada. Isto não é forma de estar em democracia, isto não é forma de um partido que um dia gostava de ser poder!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Muito obrigado Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito rápido e enquanto não temos as respostas que todos já solicitámos, ...

Deputado Jaime Vieira (PSD): Quais respostas?

O Orador: ... deixe-me só pôr aqui um referencial das medidas para se perceber o que é que está a aumentar aqui e o que é que está a diminuir.

Bom, em termos de receitas está a diminuir porque os senhores retiraram receitas de umas coimas que há quando há prestação de falsas declarações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde? Quando? Diga lá!

O Orador: Isso é o que os senhores queriam, os senhores é que vão ter que explicar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Seja sério! Diga!

O Orador: Depois há uma diminuição do número de dias, portanto o FUNDOPESCA ia ser mais frequentemente ativado, o que poderia trazer mais custos, além de ser incomportável do ponto de vista operacional e administrativo porque talvez durante um ano os funcionários não fariam outra coisa senão o FUNDOPESCA, além de que tem que se contactar muitas entidades quando se está a tratar da análise do FUNDOPESCA e isto ia diminuir enormemente o risco da análise e a confiança nas análises que se fazem no FUNDOPESCA de todos os documentos e aumentaria a probabilidade de fraude no FUNDOPESCA com as medidas que os senhores propõem.

Bom, já vimos que o que os senhores propõem é uma diminuição do rendimento ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: É! É porque o aumento brutal que os senhores estão a propor neste FUNDOPESCA, também com certeza que ia exigir um maior desconto dos pescadores para o FUNDOPESCA na lota. Claro que ia!

Portanto, os senhores estão a tirar rendimento aos pescadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que isso está?

O Orador: Decorre do funcionamento do FUNDOPESCA que é um desconto feito em lota, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Eu acho que isto chegou a um ponto e au nível ...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Começou no telemóvel!

O Orador: ... que realmente que realmente demonstra bem o vosso nervosismo e as vossas condições para entrar de uma forma séria num

debate que é importante para um setor que tem a maior relevância para os Açores como o setor das pescas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os senhores quando não há argumentos atiram com falsidades.

Quanto à questão da segurança social a nossa proposta tem um art.º 6.º-A que diz assim no n.º 2: “Para efeitos do disposto no número anterior – ou seja os descontos para a segurança social – o FUNDOPESCA assume a responsabilidade para o pagamento dos valores equivalentes às contribuições e quotizações de cada trabalhador”, portanto é o FUNDOPESCA que assume os custos, não são os pescadores como os senhores falsamente querem assumir.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia *(Gui Menezes):*

Mas não pode ser! A segurança social não aceita isso!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

O Orador: Os senhores tenham vergonha de querer mentir sobre uma proposta válida! Tenham vergonha da falsidade que andam a tentar fazer passar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

(Diálogo entre os deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Sr. Secretário eu perguntei-lhe no início deste debate quanto é que os senhores ...

(Diálogo entre os deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não me obriguem a terminar os trabalhos já, ou fazem silêncio ou eu vou terminar os trabalhos.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, pode continuar.

O Orador: Quanto a outra forma, o Sr. Secretário de uma altiveza e arrogância nunca vista neste Parlamento, vem dizer: “Os senhores não percebem nada disto! Os senhores não percebem nada disto, eu é que sei!”, são as suas palavras: “Os senhores não percebem nada disto!”.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*):

O Deputado Jaime Vieira é que disse!

O Orador: O senhor é que sabe disto e então eu perguntei-lhe por que é que o senhor era contra a revogação do regime sancionatório previsto no art.º 14.º, em consequência também a revogação do art.º 15.º, relativamente à instrução e aplicação das coimas.

Eu perguntei-lhe isso e perguntei-lhe também qual é a receita que estas duas normas ...

Deputado João Vasco Costa (PSD): Sabe que não pode fazer!

O Orador: Oh Sr. Deputado João Vasco tente fazer apartes pelo menos educados, é que a sua falta de educação já começa a chatear um bocadinho a conduzir os trabalhos.

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo

O Orador: Tente ser educado pelo menos, se conseguir.

O Sr. Secretário não tem resposta para mim.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):

Estou à espera das vossas respostas!

O Orador: Sabe porquê Sr. Secretário? É que desde 2016 este regime sancionatório não pode ter receitas, porque não tem a norma correspondente.

Diz assim o art.º 14.º, n.º 1 do regime atual: “Constitui contraordenação punível com coima de 498,80 a 2 493,99 a inobservância do disposto no n.º 2 do art.º 7.º. Sabe o que é que diz o n.º 2 do art.º 7.º? Diz assim o n.º 2 do art.º 7.º: “A compensação salarial é acumulável com outros apoios financeiros ao agregado familiar”.

Deputado António Lima (BE): É um erro!

O Orador: Qual é a violação que pode existir aqui? Havia de facto uma possibilidade de violação no regime anterior e o regime anterior dizia: “... para além disso que não tenham a mesma finalidade. Aqui

sim, podia haver uma violaçãozinha e até se aplicava uma coima. Desde 2016 não pode aplicar coima nenhuma porque a norma deixou de existir.

Depois, diz ainda a outra grande norma sancionatória deste regime, deste diploma, a grande coima que podia ser aplicada, n.º 2, do art.º 14.º: “As falsas declarações prestadas no âmbito do n.º 2, do art.º 5.º (oiça com atenção, é relevante ouvir os números dos artigos) serão punidas nos termos da Lei Penal, sem prejuízo da reposição das quantias indevidamente pagas”.

Sabe o que é que diz o art.º 5.º deste diploma?

Deputado António Lima (BE): Foi revogado!

O Orador: Revogado!

Portanto Sr. Secretário, este diploma em termos e normas sancionatórias não tem nenhuma, não servem de nada cá estar e nós propomos a revogação apenas por uma correção material de um diploma desta Casa, ...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):

Mas votou a favor!

O Orador: ... apenas para valorizar o trabalho legislativo desta Casa, coisa que os senhores não querem saber e pelos vistos estão-se borrifando para o FUNDOPESCA e para os pescadores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa tem inscrições que vão transitar para amanhã, regressamos às 10 horas.

Eram 20 horas e 01 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste **Parreira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Maurício Mendonça Santos

Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Transcrição efetuada por, Noélia Fraga e Sara Azevedo